



FILIADO À **FASUBRA**
Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp

XIV CONGRESSO **TRABALHADORES DA UNICAMP** 23 a 25 de Abril de 2025

CADERNO DE TESES E CONTRIBUIÇÕES

APRESENTAÇÃO

Em tempos de ataques, reafirmamos a luta coletiva em defesa da democracia, da educação e da vida!

Companheira, companheiro, seja bem-vinda/o ao XIV Congresso dos Trabalhadores da Unicamp;

Sua presença aqui é mais do que uma formalidade: é um ato de resistência, de coragem e de compromisso com a luta coletiva em defesa da universidade pública, do serviço público e da democracia.

Vivemos um período de intensificação dos ataques à classe trabalhadora, aos direitos sociais e às liberdades democráticas. Enfrentamos também as investidas de setores fascistas, racistas, misóginos e antidemocráticos que tentam, a qualquer custo, desestabilizar o ambiente universitário.

A recente agressão de um grupo de extrema direita a estudantes, professores e técnicos no IFCH é um episódio grave e inaceitável. Esses setores anti-povo e anti-ciência, não é de hoje que querem calar a universidade, criminalizar o pensamento crítico e instaurar o medo. Mas não passarão!

Nosso Congresso acontece em meio a esses tempos sombrios. E por isso mesmo, se fortalece como um espaço fundamental de organização, debate e deliberação da nossa categoria.

Debateremos as conjunturas nacional e internacional, a universidade, a estrutura sindical – fazendo uma avaliação da atuação do STU (balanço e perspectiva). Também vamos eleger o Conselho Fiscal e definir um plano de lutas e de políticas permanentes de combate às opressões, principalmente nas questões racial, de gênero, de orientação sexual e da pessoa com deficiência.

Aqui, não discutimos apenas salários e condições de trabalho. Aqui, reafirmamos a defesa da vida, dos direitos, da universidade pública, da ciência, da saúde, da diversidade e da democracia.

Ao se eleger delegado ou delegada, você se coloca na linha de frente dessa construção coletiva. Faz parte de um legado de luta que, há décadas, tem resistido aos ataques dos poderosos, construindo alternativas, promovendo a solidariedade e fortalecendo a organização dos trabalhadores e trabalhadoras da Unicamp.

Parabéns por fazer parte dessa história!

Seu lugar aqui é de protagonismo e de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Façamos o bom debate e vamos juntos/as – com força, coragem e unidade – enfrentar o fascismo, o conservadorismo e os desmontes.

Pelo serviço público, pela democracia e pela vida!

NOME:

UNIDADE:

TELEFONE:

ANOTAÇÃO

SUMÁRIO

Regimento da Eleição de Delegados	04
Regimento Interno do XIV Congresso dos Trabalhadores da Unicamp	05
Tese Chapa Avante STU	11
Tese Nossa Classe: Unificar efetivos e terceirizados para lutar contra as privatizações de Tarcísio e os ataques de Lula de forma independente dos governos e da reitoria	18
Tese Travessia Unicamp: Unificar as lutas para enfrentar a crise econômica e garantir a democracia	24
Tese Alerta Unicamp para o XIV Congresso do STU	31
Tese TLS Unicamp - Precisamos retomar nosso histórico de organização e de luta!	38
Contribuição Comissão de Mulheres Contra Violência de Gênero do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp	44
Contribuição Por um STU mais ativo e uma categoria mais solidária no combate ao sofrimento psíquico no trabalho	46
Contribuição Alteração do Estatuto do Sindicato. Execução de assembleias em modo virtual ou híbrido.	48
Contribuição Por uma nova tradição no STU que unifique efetivos e terceirizados	49
Contribuição O mundo em ebulição – A crise econômica e o redimensionamento da exploração em nível mundial	51
Contribuição Brasil – encruzilhada na defesa de um país com inclusão social	53
Contribuição Uma batalha decisiva: Sem Anistia! Prisão para Bolsonaro e todos golpistas!	55
Contribuição Não a toda forma de opressão! Em defesa dos direitos democráticos e civis das pessoas LGBTQIAPN+!	56
Contribuição Gênero – Mulheres nas universidades e na luta sindical	58
Contribuição Plano de Gestão e Desenvolvimento	60
Contribuição O crescimento do fascismo e do racismo o mundo em efervescência	61
Contribuição 30 horas semanais nas universidades públicas!	63

Regimento da Eleição de Delegados

Capítulo I DAS UNIDADES

Artigo 1º - As unidades onde ocorrerão eleições serão definidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Unidades de Ensino e Pesquisa;
- b) Estrutura administrativa própria que abarque no mínimo 10 (dez) trabalhadores;
- c) Setores caracterizados como unidades específicas, que tenham menos de 10 (dez) trabalhadores, serão agrupados de acordo com a proximidade geográfica e/ou afinidade de trabalho e/ou tradição.

Capítulo II DA ELEIÇÃO DOS DELEGADOS

Artigo 2º - Os delegados serão eleitos na proporção da tabela do artigo 9º e mais 1 (um) para cada 10 (dez) trabalhadores presentes às assembleias setoriais.

No caso da assembleia final o critério usado para tirar delegados é definido de acordo com o número de funcionários presentes à assembleia, sendo 1(um) delegado a cada 10 (dez) pessoas presentes.

Artigo 3º - Não será permitida a eleição de pessoas ausentes às assembleias como delegados ao Congresso.

Artigo 4º - Será garantida a proporcionalidade de acordo com a votação de cada tese.

Artigo 5º - É recomendável que os delegados se elejam a partir das teses ou das posições que defendem. Ficando garantida a participação dos delegados que não participam das teses e que não defendem posições.

Artigo 6º - As assembleias setoriais previamente divulgadas digitalmente nos meios de comunicação do STU com 24 horas de antecedência. Só terão validade mediante acompanhamento de um membro da diretoria ou representante do CR. A Comissão deverá garantir a realização da reunião, com no mínimo a presença de duas teses. A tolerância para início da reunião será de dez minutos, após esse prazo a reunião acontecerá com o representante da tese que estiver presente.

Artigo 7º - As eleições para delegados nas unidades, contemplando todos os turnos de trabalho, preservada a organização por departamento na Área de Saúde, dar-se-ão de 13/03/2025 a 22/04/2025.

Artigo 8º - A assembleia final para a eleição dos delegados dar-se-á em 22/04/2025.

Artigo 9º - Os critérios adotados nas unidades para eleger os delegados a que tem direito segue abaixo:

Unidades nº trabalhadores	Número Delegados
10 a 20	01
21 a 50	02
51 a 100	03
101 a 150	04
151 a 200	05
201 a 300	06
301 a 500	07
501 a 700	08
701 a 1.000	09
1.001 a 1.500	10
1.501 a 2.000	11

§ 1º – Os trabalhadores que não se elegerem na assembleia de sua unidade, poderão se eleger na assembleia final de acordo com o artigo 2º.

§ 2º – Os delegados suplentes substituirão somente os delegados titulares ausentes de sua unidade.

§ 3º – Os delegados suplentes da Assembleia Final substituirão somente os delegados titulares de sua respectiva tese.

§ 4º – Na composição da delegação pela assembleia setorial, será arredondada para cima quando a fração for igual ou superior a 0,5.

Regimento Interno

XIV Congresso dos Trabalhadores da Unicamp

CAPÍTULO I

DO CARÁTER E OBJETIVOS DO CONGRESSO

Art. 1º - São objetivos do XIV Congresso dos Trabalhadores da Unicamp:

- a) avaliar a realidade da categoria e situação política, econômica e social, internacional, nacional e local, definindo a linha de atuação do movimento dos trabalhadores da Unicamp, bem como suas relações intersindicais e fixar seu plano de lutas;
- b) apreciar e votar formas de organização sindical dos trabalhadores da Unicamp;
- c) apreciar e votar qualquer tema, desde que aprovado na Assembleia da sua convocação;
- d) apreciar e votar alterações estatutárias.

§ único: Tendo em vista os objetivos colocados, a dinâmica proposta para este Congresso deve atender a uma exigência fundamental: a de se garantir a mais ampla participação de todos os delegados nas discussões dos pontos de pauta, a partir das teses apresentadas, num clima de respeito e solidariedade de classe.

CAPÍTULO II

DA REALIZAÇÃO DO CONGRESSO

Art. 2º - O XIV Congresso dos Trabalhadores da Unicamp realizar-se-á nos dias 23, 24 e 25 de abril de 2025, na sede do STU.

CAPÍTULO III

DA COORDENAÇÃO DO CONGRESSO

- Art. 3º** - Compete à coordenação do Congresso:
- a) receber, preparar e encaminhar todas as teses e documentos para os trabalhos do Congresso.
 - b) orientar e coordenar globalmente todos os trabalhos do Congresso;
 - c) cumprir e assegurar o cumprimento do Regimento Interno;
 - d) formar as mesas para coordenação dos trabalhos previstas no capítulo VI;
 - e) preparar as pautas e o expediente das Plenárias;
 - f) preparar e encaminhar resolução do Congresso.

§ Único: É de competência da Comissão Organizadora do Congresso:

- a) credenciar os delegados;
- b) organizar as assessorias necessárias;
- c) coordenar a comissão de emendas conjuntamente com a tese guia;

- d) preparar caderno de emendas;
- e) preparar para a sessão de encerramento, o relatório final dos trabalhos.

CAPÍTULO IV

DOS PARTICIPANTES DO CONGRESSO

Art. 4º - Poderão participar todos os trabalhadores da Unicamp, ativos e aposentados (incluindo-se os contratados pela FUNCAMP, os terceirizados, estagiários e patrulheiros), desde que credenciados para tal.

Art. 5º - Os delegados serão eleitos em assembleias convocadas para tal fim, obedecendo aos critérios definidos em assembleia (seja nas unidades ou na Assembleia Geral); como segue:

Unidades nº trabalhadores	Número Delegados
10 a 20	01
21 a 50	02
51 a 100	03
101 a 150	04
151 a 200	05
201 a 300	06
301 a 500	07
501 a 700	08
701 a 1.000	09
1.001 a 1.500	10
1.501 a 2.000	11

§ 1º – Os trabalhadores que não se elegerem na assembleia de sua unidade, poderão se eleger na assembleia final de acordo com o artigo 5º.

§ 2º – Os delegados suplentes substituirão somente os delegados titulares ausentes de sua unidade.

§ 3º – Os delegados suplentes da Assembleia Final substituirão somente os delegados titulares de sua respectiva tese.

§ 4º – Na composição da delegação pela assembleia setorial, será arredondada para cima quando a fração for igual ou superior a 0,5.

§ 5º - Na Área de Saúde, será preservada a organização por departamentos e turnos para eleição de delegados. Que as unidades que possuem turnos diferenciados priorizar o horário da reunião para adequar os dois turnos ou realizar mais de uma reunião.

§ 6º - Os delegados serão eleitos na proporção da tabela que consta neste artigo e mais 1 (um) para cada 10 (dez) trabalhadores presentes às assembleias setoriais. No caso da assembleia final o critério usado para tirar delegados é definido de acordo com o número de funcionários presentes à assembleia, sendo 1(um) delegado a cada 10 (dez) pessoas presentes. Fica garantido o direito do aposentado de se eleger na sua unidade, na Assembleia de Aposentados ou na Assembleia Geral, no entanto se ele estiver presente em sua unidade (sendo eleito ou não) não poderá ser quórum na Assembleia de aposentados.

§ 7º - Pré-inscrição: Os trabalhadores interessados em participar do congresso como delegados, poderão realizar uma pré-inscrição on-line através do site do STU (www.stu.org.br), a partir do dia 13/03/2025. O trabalhador deverá participar, obrigatoriamente, da assembleia setorial de sua unidade ou da assembleia geral, para que possa ser eleito como delegado ao Congresso, conforme artigos 4º e 5º desse regimento.

Art. 6º - Todas as inscrições deverão passar pela Comissão Organizadora do Congresso. As dúvidas surgidas serão apreciadas, em última instância, pela plenária de abertura do Congresso, que decidirá pela maioria simples dos presentes, garantida a apreciação das razões das partes.

Art. 7º - Não há membros natos no Congresso.

Art. 8º - O credenciamento dos delegados e suplentes se dará no local de realização do Congresso, até às 10h do dia 24/04/2025 (quinta-feira). Na ausência dos delegados, os suplentes assumirão a titularidade até o final da sessão.

Art. 9º - Serão credenciados como observadores do Congresso os trabalhadores da Unicamp, não eleitos delegados e convidados, que se fizerem presentes, sem direito a voz e sem direito a voto.

§ único: É facultada às teses a inscrição de um assessor, sem direito a voz e voto, para acompanhamento de sua bancada em plenária e do trabalho da comissão de relatores.

CAPÍTULO V DA PAUTA DO CONGRESSO:

Art. 10º - Será submetida à discussão do Congresso a seguinte pauta:

- Conjuntura Nacional/Internacional
- Universidade / Educação
- Estrutura Sindical (avaliação STU - Balanço e Perspectiva)
- Alteração Estatuto
- Plano de Lutas
- Eleição Conselho Fiscal
- Políticas Permanentes e combate às opressões:
 - a) questão racial
 - b) mulheres
 - c) orientação sexual / LGBTI+
 - d) aposentados
 - e) refugiados
 - f) questões indígenas

CAPÍTULO VI DOS ORGANISMOS DO CONGRESSO:

Art. 11º - O Congresso será composto pelos seguintes órgãos:

- a) Plenária do Congresso;
- b) Grupos de Trabalho do Congresso;
- c) Comissão Organizadora do Congresso;
- d) Comissão de sistematização.

CAPÍTULO VII PLENÁRIA DO CONGRESSO

Art. 12º - A plenária é o órgão máximo e soberano do Congresso e será composto pelos delegados credenciados, observadores e convidados, cabendo aos delegados a competência de discutir, aprovar ou rejeitar, adendar ou suprimir, em parte ou na totalidade, as conclusões dos grupos de trabalho, observando-se a pauta, o Regimento Interno e a ordem do dia.

Art. 13º - Haverá sessões plenárias:

- a) abertura e votação do Regimento Interno e debate sobre conjuntura;
- b) apresentação das teses; das contribuições, e votação da tese guia;
- c) plenárias de discussão, votação dos temas e eleição Conselho Fiscal;
- d) Plenária Final, moções e encerramento do Congresso

Art. 14º - As sessões plenárias serão dirigidas por uma mesa composta de 1 (um) coordenador, 1 (um) secretário e 2 (dois) relatores indicados.

§ único: A mesa convidará assessores auxiliares, caso julgar necessário para auxiliar nos trabalhos.

Art. 15º - 1) A plenária de abertura destinar-se-á:

- a) Saudação aos delegados;
- b) Apreciações de delegados irregulares;
- c) Aprovação do regimento interno do Congresso;
- d) Debate com convidados sobre conjuntura,

indicados pelos proponentes das teses.

2) A segunda sessão plenária destinar-se-á a exposição das teses dentro da seguinte metodologia:

a) serão apresentadas todas as teses inscritas ao Congresso; sendo que para apresentação cada tese terá 15 minutos e para defesa 7 minutos.

b) 5 minutos de apresentação para cada contribuição previamente inscrita.

c) após as apresentações das Teses e contribuições, haverá votação e aprovação da Tese Guia;

3) A terceira sessão plenária destinar-se-á ao debate, apresentações e votações das emendas (adendos, supressão e substituição), eleição do Conselho Fiscal previstos na pauta do Congresso;

4) A quarta sessão plenária destinar-se-á às moções e encerramento do Congresso, sendo que as moções poderão referir-se a quaisquer problemas do interesse geral dos trabalhadores da Unicamp, do Brasil e do mundo.

Art. 16º - As sessões plenárias deliberarão sobre toda a pauta do Congresso, respeitando-se a seguinte metodologia:

a) serão discutidas e votadas as propostas provenientes dos grupos, desde que aprovadas por 10% dos votos dos presentes em cada grupo no momento da votação, estabelecido um mínimo de 02 votos;

b) discussão nos grupos: Todos os grupos debaterão um dos temas propostos e as alterações estatutárias. Vencido este tema, os grupos poderão escolher outros temas da pauta do Congresso para apreciação.

§ 1º: Os grupos definirão os prazos para apresentação, por escrito, das propostas para a mesa.

§ 2º: As propostas que forem apresentadas ao iniciar o grupo e não discutidas, fica garantido que serão encaminhadas à plenária do congresso.

c) para cada intervenção será reservado o tempo de 03 (três) minutos, com a mesa avisando o orador ao término do segundo minuto e ao final do tempo;

d) A votação das emendas apresentadas pelos grupos sobre o tema em questão deverão ter sido entregue à comissão de emendas por escrito nos devidos formulários, podendo qualquer delegado defender e votar propostas divergentes.

e) Para cada emenda será aberta uma defesa de três minutos, consultada a plenária, poder-se-á, extraordinariamente, permitir uma nova defesa para cada posição, seguida de votação.

f) Será garantida a ordem de defesa das propostas, nos seguintes termos:

1. Propostas de alteração serão apresentadas e defendidas primeiras;

2. Quando ocorrer duas propostas sobre o mesmo

ponto, a mesa definirá a ordem por sorteio;

g) quando o delegado quiser fazer declaração de abstenção de voto, deverá entregar o crachá na mesa, durante a votação. Será dado o limite de 01 minuto para até três declarações.

§ único - as sessões plenárias deverão discutir os temas votando as resoluções para a elaboração dos anais do Congresso.

CAPÍTULO VIII DOS GRUPOS DE TRABALHO NO CONGRESSO

Art. 17º - Os grupos de trabalho serão formados pelos delegados, observadores e convidados devidamente credenciados.

§ 1º - Os delegados de cada unidade serão distribuídos proporcionalmente pela coordenação do Congresso nos grupos de trabalho.

§ 2º - As teses deverão indicar fora do sorteio 01 (um) delegado para ser componente de cada grupo.

§ 3º - Os delegados e observadores somente participarão do grupo ao qual pertencem.

§ 4º - Só terão direito a voz e voto os delegados credenciados.

Art. 18º - Aos grupos de trabalhos compete discutir e decidir, indicativamente, sobre matérias constantes da pauta, de acordo com o cronograma e metodologia definidos por este Regimento.

Art. 19º - Haverá uma única sessão dos grupos de trabalho, onde será feito o debate das teses e temas de interesse dos trabalhadores da Unicamp.

§ 1º - A leitura das teses nos grupos será optativa.

§ 2º - A sessão dos grupos de trabalho será instalada por um membro da diretoria do STU ou membro designado pela Comissão Organizadora do Congresso.

Art. 20º - Cada grupo de trabalho deve eleger uma mesa coordenadora dos trabalhos contendo coordenador, secretário e relator.

§ único - A Comissão Organizadora do Congresso poderá indicar para dar suporte para os grupos uma pessoa que funcionará como relator auxiliar.

Art. 21º - Após o trabalho de grupo, os relatores se reunirão para unificar os relatórios, juntamente com a comissão de sistematização.

§ único: Respeitando a ordem de tema estabelecido por grupo de trabalho, os delegados poderão intervir sobre (qualquer) tema da pauta do Congresso, respeitando-se três minutos por intervenção. Caberá ao coordenador do grupo garantir a palavra a todos e encaminhar defesas e votação de posições divergentes.

Art. 22º - A coordenação do Congresso definirá temas comuns para discussão dos grupos de trabalho.

CAPÍTULO IX AS TESES E MOÇÕES

Art. 23º - Os trabalhos apresentados no Congresso obedecerão à seguinte classificação:

a) Teses: devem tratar dos itens que constam da pauta do congresso;

b) Moções: podem referir-se a quaisquer problemas do interesse geral dos trabalhadores da Unicamp, do Brasil e do mundo.

c) Adendos e contribuições podem referir-se a qualquer tema da pauta do congresso.

§ 1º - Não serão aceitas teses individuais ou fora dos critérios acima. As teses devem vir assinadas por no mínimo 3 proponentes.

§ 2º - Os **resumos das teses** deverão ser entregues até o dia 10//03/2025 às 17h, digitalmente e diagramadas em Word, na Secretaria do STU do Sindicato, com 10.000 toques contanto os espaços (textos maiores que o limite serão truncados). Os resumos deverão, obrigatoriamente, conter as alterações estatutárias.

§ 3º - As **teses completas** deverão ser entregues até o dia 24/03/2025 às 17h, digitalmente e diagramadas em Word. Serão divulgadas no caderno de teses, por ordem de sorteio estabelecido pela Comissão Organizadora, entregues à Secretaria do Sindicato, com 35.000 toques contando os espaços (textos maiores que o limite serão truncados).

§ 4º - **Adendos e contribuições** deverão ser entregues até dia 24/03/2025, às 17h, garantindo desta forma a reprodução através do sindicato, com 10.000 toques contando os espaços (textos maiores que o limite serão truncados). Os adendos e contribuições devem vir assinados por no mínimo 3 proponentes.

Art. 24º - As **moções**, para que possam ser submetidas à plenária de encerramento do Congresso, devem ser apreciadas por qualquer um dos grupos de trabalho.

§ único: Terminado o prazo de entrega das teses, a Imprensa do STU disponibilizará, cada uma delas, para os representantes de proponentes.

CAPÍTULO X DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES:

Art. 25º - Cada delegado, devidamente credenciado, terá

direito a 1 (um) voto.

§ 1º - As votações nos grupos e nas plenárias serão feitas levantando-se os cartões de votação.

§ 2º - Em caso de dúvida, os votos serão contados individualmente por um representante de cada posição de defesa.

§ 3º - Não serão permitidos votos por procuração.

§ 4º - Poderão votar todos os trabalhadores da Unicamp, ativos e aposentados (incluindo-se os contratados pela FUNCAMP, os terceirizados, os estagiários e os patrulheiros), desde que credenciados para tal.

Art. 26º - As deliberações nos grupos e nas plenárias serão tomadas por maioria simples.

Art. 27º - Nos grupos e nas plenárias somente será permitida a discussão de matéria constante da pauta e da ordem do dia.

Art. 28º - Todo delegado que desejar intervir nos grupos e nas plenárias deverá se inscrever previamente junto à mesa e o fará segundo a ordem de inscrição.

§ único - Será vedada a cessão de tempo de um delegado a outro, exceto na apresentação e defesa das teses, onde cada uma deve definir a forma de intervenção, respeitado o tempo e a forma de intervenção.

Art. 29º - Os trabalhos que antecederão o Congresso funcionarão dentro da seguinte programação, sendo adequada à data real do Congresso:

•**Dia 10/03/2025:** Encerramento do prazo de entrega dos resumos de tese, com 7.000 toques contando os espaços (textos maiores que o limite serão truncados) e deverá, obrigatoriamente, conter as alterações estatutárias.

•**Dia 13/03/2025:** Início das assembleias setoriais para eleições de delegados. Os aposentados terão uma assembleia específica.

•**Dia 24/03/2025, às 17h:** Encerramento da entrega das teses completas, diagramadas em Word, digitalmente, com 35.000 toques contando os espaços (textos maiores que o limite serão truncados).

•**Dia 24/03/2025, às 17h:** Encerramento do prazo de entrega dos adendos e contribuições, com 7.000 toques contando os espaços (textos maiores que o limite serão truncados).

•**Dia 22/04/2025:** Prazo final para realização das assembleias gerais de eleição de delegados. Serão realizadas 02 (duas) assembleias, sendo uma geral e aposentados.

§1º - As teses apresentadas após o prazo acima não serão confeccionadas pela imprensa do STU.

23/04/2025 (quarta-feira)	24/04/2025 (quinta-feira)	25/04/2025 (sexta-feira)
14h • Credenciamento, aprovação da mesa diretora. • Plenária de abertura: • Saudações aos delegados; apreciações de delegações irregulares; aprovação do regimento interno; debate com convidados. 16h • Apresentação e defesa das teses; • Apresentação e defesa das contribuições; • Votação da tese guia. 18h • Confraternização	9h • Grupos de Trabalho 10h • Encerramento do credenciamento 12h • Almoço 14h • Início da Plenária Final	9h • Plenária Final - Continuação; • Encerramento.

OBS: Em respeito à democratização das discussões do Congresso, deve-se garantir o período de no mínimo duas horas para o trabalho de grupos, independente do cumprimento dos horários previstos no presente parágrafo. Em caso de atrasos na programação, a mesma deve ser adequada a este princípio aqui explicitado.

ANOTAÇÃO

[illegible]

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

TESE DA CHAPA AVANTE STU

Conjuntura Nacional

O Golpe contra Dilma foi inevitável. Tinha uma base que não a sustentava no Congresso Nacional e pior ainda, tinha um Vice-Presidente da pior qualidade que na surdina dos bastidores de Brasília atuava para a deposição da Dilma e posterior assunção do cargo de Presidente do Brasil.

Ao assumir a Presidência da República, Michel Temer – PMDB saca da gaveta a maior Reforma Trabalhista já aplicada contra os trabalhadores. Lhes retirando direitos de longos anos de batalha e criação dos subempregos consignando aos patrões a situação de estar fazendo as contratações por hora de trabalho, aliás, abaixo de 01 Salário Mínimo.

Com isso vários trabalhadores se acharam no direito de ainda reclamar contra quem lutava que essa nova forma de contratação de empregados, lhes enviariam para uma vala de disputa comercial lhes aplicando a condição de que cada um iria buscar o seu emprego através de um CNPJ criado para si. Não é difícil imaginar como vemos hoje o grande número de motociclistas que andam com uma caixa nas costas, fazendo entregas de comidas e encomendas, se achando que são patrões de si mesmo, deixando de contribuir com a Previdência Social, que num eventual acidente de acidente lhe daria alguma guarita.

Mas, para o Temer somente atingir os trabalhadores não era o suficiente, havia uma outra caterva de deputados apoiadores do golpe que tinham uma sanha ainda maior. Para eles seria necessário que fosse liberado grandes propriedades de terras na Amazônia para que eles apoiassem o Governo Temer. Assim, os maiores índices de desmatamento das terras amazônicas ocorreram no Governo do Temer. O Governo ficou submisso à Bancada do Boi.

Contudo, não somente essa bancada de apoiadores do Temer fizeram coro para dar apoio a um Governo enfraquecido e sem nenhuma ação social. Então, as Bancadas da Bala, e da Bíblia lhe deram guarita para que se encerrasse um dos piores mandatos presidenciais de nossa história. Sacramentava-se assim um governo que apoiou um Golpe de Estado numa triste história para nosso Brasil.

Mas, se o Governo Temer foi ruim, jamais imaginávamos que o Governo Bolsonaro fosse tão pior. Se analisarmos pelas falas nas campanhas eleitorais de 2017, era possível de se ver o resultado daqueles dias de 2013.

Foi uma das piores campanhas que já foram feitas para nosso povo. A esquerda através do Fernando Haddad – PT não conseguia se inserir na disputa, a grande mídia apoiando indiscriminadamente as políticas dos novos pensadores da direita brasileira e as grandes mentiras quase se tornando realidade com fake news a todo momento indiscriminadamente.

Ataques diretos às instituições (Legislativo, Judiciário e Executivo) e a população elegendo um governo com ideais totalitário piorando ainda mais a relação da esquerda com a direita, pois os discursos de ódios tomaram contas das campanhas e a esquerda se enfraqueceu ainda mais.

Após a posse de Bolsonaro foi o quanto a população poderia pagar um preço muito alta de estar colocando no poder uma pessoa totalmente despreparada para a gestão, mas não para os ideais da direita. Fato consumado pelo maior enfraquecimento das Centrais Sindicais e Sindicatos nesse período, rebaixando em alto grau as desfiliações nas entidades, descredenciando totalmente as grandes instituições de defesa dos trabalhadores.

Com um Congresso totalmente de direita, Bolsonaro monta um governo com um único objetivo de desregulamentar leis importantes para o povo brasileiro, num processo de passar uma boiada mesmo como disse o Ministro do Meio Ambiente – Ricardo Salles.

O Governo se comunicava através de um “cercadinho” dirigindo aos meios de comunicação palavrões e mensagens chulas, mostrando para aquela grande imprensa que em parte tinha apoiado a sua candidatura, mas com um único objetivo de se manter no poder.

Talvez o que viria posteriormente a esses arroubos seria o mais importante para nossa história. Com o estouro da Pandemia da Covid 19, foi demonstrado que o governo insano não teria a menor piedade de seu povo. Ele conseguiu de uma só vez suspender qualquer compra de vacinas, debochou da situação dos pacientes que estavam passando mal, tendo como resultado final mais de 700 mil mortos com a Pandemia. Os números de Bolsonaro são os piores pois de 65 anos.

Seu fim por si só já está esperado. Contudo, o aparelhamento do governo por pouco não o leva a reeleição. Parece que depois disso nada mais de mal nos iria acontecer.

Paralelamente a esse governo, Lula já fora da prisão começa uma nova articulação política para um eventual governo do campo progressistas. Abandonou de vez a possibilidade de se sair somente o PT e partidos próximos como (Psol, Pstu, PDT e PCdoB) para outros partidos muito mais voltado para o Centro. Assim numa grande articulação conseguiu convencer Geraldo Alkimin em ser seu vice Presidente na disputa de 2021.

A vitória poderia ter sido quase certa, mas como já dito anteriormente, a força do governo Bolsonaro estava nas instituições e nas pessoas que ainda acreditavam que seriam possíveis de manutenção do governo moco e sem ações voltadas para seu povo.

Lula consegue vencer as eleições, mas novamente sofre com a formação de um Congresso Nacional mais

conservador ainda. Conseguiu permanecer com a mesma base de deputados eleitos em 2018, mas consegue fazer articulações com partidos de centro o que o leva a aprovar a Reforma Tributária em 2024.

Contudo, já quando assume o poder, Lula depara-se com uma tentativa de Golpe Militar no dia 08 de janeiro de 2023, com invasões no Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal, Senado Federal e Palácio do Planalto. Ali se verificou que havia uma grande conspiração apoiada pelos militares para que o Governo de Luiz Inácio não fosse levado adiante. Por sorte algumas altas patentes de militares não apoiou essa tentativa de golpe o que, minimamente, trouxe um pouco de conforto ao Governo pois o apoio do Senado e do Congresso Nacional foi de extrema importância que se estabelecesse.

Agora com as acusações da Procuradoria Geral da República, indiciando diversos atores na tentativa de Golpe, inclusive o ex Presidente, o candidato a vice presidente Walter Braga Neto, ex ministros e muitos outros militares que estariam envolvidos nesse episódio. Esperamos que a justiça seja feita e que todos os indicados devidamente condenados. Assim, quem sabe nossas instituições serão mais respeitadas, visto o que foi feito pela República de Curitiba com um Juiz de primeiro grau fazendo conluíus com procuradores para condenação de Lula. Que isso não se repita jamais!

Por fim, dizer que parece não ser verdadeiro, mas como dissemos no início do texto, se não houver conscientização dos trabalhadores e das lideranças do campo progressista. Dificilmente reverteremos a condição do Congresso Nacional.

A sanha dos Deputados Federais pelas Emendas Parlamentares é tão grande que se exemplificarmos o que foi apresentado no ano passado (2024) para o Ministério da Saúde em emendas, dos 26 bilhões em emendas apropriadas foram liberadas até o mês de agosto, ou seja, foi jogado muito dinheiro na campanha eleitoral do ano passado e o resultado não poderia ser outro, muitas prefeituras e Câmaras de Vereadores tomada pela direita.

Como dizia Karl Marx; Trabalhadores, uni-vos!

Conjuntura Internacional

A Vitória de TRUMP nos EUA em janeiro é um marco do crescimento da Extrema Direita Mundial e nesta nova gestão, com maioria na Câmara e no Senado. Ataca os imigrantes, inicia uma guerra tarifária, até com parceiros históricos Canada e México e tenta impor o controle das informações no mundo, com uma aliança com as BIG Techs com objetivo de apoiar as candidaturas da extrema direita no mundo.

Os EUA já não tem o mesmo protagonismo do passado e tenta ganhar folego impondo uma guerra tarifária e se tornando protecionista, como era antes da segunda guerra Mundial.

Tem na China seu principal concorrente, que em conjunto com Brasil, Rússia e Índia e posteriormente África do Sul tentam impor a mudança da moeda do Dólar para outra moeda visando a quebra da hegemonia Americana.

Trump dá apoio irrestrito a Israel contra o povo Palestino que resiste ao genocídio em GAZA. Vira aliado de Trump contra a Ucrânia e busca a rendição de Zelenski na guerra da Ucrânia. Sobre as mudanças climáticas Trump nega e se desliga do Acordo de Paris e adota políticas anti-ambiental.

Conjuntura Estadual

Depois de mais de 25 anos do Tucanato (PSDB) no poder no Estado de São Paulo, em 2022 a população de São Paulo elegeu um representante Bolsonarista, da extrema Direita, Tarcísio de Freitas do PR (partido republicano). Os ataques aos Servidores, já são já são muitos, como por exemplo a PEC 09 que reduziu de 30% no mínimo, na Educação para 25%, só isto significa uma retirada de 10 bilhões de reais da Educação. Na LDO do ano passado, aprovou a redução de 30% nos recursos da Fapesp e propôs incluir a Faculdade de Medicina de Marília, a Faculdade de medicina de Rio Preto e a Univesp nos 9,57% da Usp, Unicamp e Unesp, o que significaria uma redução de cerca de 400 milhões de reais para as Universidades Estaduais paulistas. Depois de muita luta do Fórum das 6 sob a coordenação da Coordenadora Michele SHultz, e do Cruesp, o governo recuou.

Agora temos a Luta pela garantia do Financiamento das 3 estaduais Paulistas com o Governo Tarcísio. No ano passado teria uma reunião do Governo com os Reitores (CRUESP) no dia 30/08/2024, a proposta foi divulgada num seminário sobre Autonomia Universitária promovido pelo Instituto avançados da USP e foi cancelada depois que a proposta do Cruesp foi divulgada numa reportagem do Estadão sobre a proposta de 8,63% da Receita Corrente Líquida.

Área de Saúde

Defendemos o vínculo do HC, CAISM, HEMOCENTRO e GASTROCENTRO, com a Unicamp. Já houve diversas propostas de transformar em autarquia e/ou Fundação e esta luta nossa categoria deve continuar defendendo.

No ano passado foi proposto também duas portas no IOU, a proposta foi feita pela FASCAMP e pela Direção da FCM, onde o atendimento seria 60% SUS e 40% convênios e particulares. O CONSU aprovou uma proposta alternativa de 80% SUS e 20% convênios e particulares. A representação do STU no consu votou contra e defendeu o IOU 100% SUS.

A luta agora é garantir o Vínculo da Unicamp com o Hospital de Sumaré, pois há uma tentativa do Governo Tarcísio de entregar o Hospital para uma OCIP.

Luta contra a terceirização e privatizações

O estatuto do STU permite a filiação dos funcionários das empresas terceirizadas, isto ocorreu, pois o nosso diagnóstico em 1989 com o Consenso de Washington, feito pelo G7 (as 7 nações lideradas pelos EUA) o capital iria expandir para o setor público em toda a América Latina, através das privatizações e das terceirizações.

Resistimos ao Neoliberalismo durante a década de 1990, fazendo atos em frente a Bolsa de Valores do Rio e de São Paulo, contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce e mais recentemente da Sabesp no ano passado. Este processo de avanço do capital ainda continua com o

principal objetivo de privatizar a Petrobrás.

Balanço STU

Quando a chapa avante voltou ao STU em 2017, o sindicato tinha uma dívida de 2.800.000,00, contraída com a construção da sede. Havia inclusive ameaça de greve na obra da sede, pois a empresa Sícara não recebia do STU e não pagava os trabalhadores da obra da sede.

Iniciamos um acordo com as empresas, fizemos empréstimo de 300.000,00 com a adunicamp para a finalização da obra e parcelamos as dívidas com a Sícara em 48 parcelas de cerca de 25 mil reais, com a Ecocontainer em 12 parcelas de 12.000 e com a adunicamp em 36 parcelas de 12.000 reais.

Com esta negociação, foi possível a conclusão da obra e a inauguração da nova sede no dia 19 de setembro de 2019.

Hoje o StU possui apenas um risco fiscal que é uma ação trabalhista de uma Jornalista da ordem de 700 mil reais.

Parcelamos também uma multa de 2016 de cerca de 200 mil bloqueados das contas do STU (Erro do Jurídico da época), pelo apoio a ocupação da Reitoria pelos estudantes. Hoje esta dívida também está quitada.

No final de 2024 o STU possuía em caixa cerca de R\$ 600.000,00.

O Novo contrato do Jurídico de 2018, Sobral e Stoco, já inseriu cerca de 500 novos associados com diversos êxitos em ações.

1) A Recente vitória na ação da Mudança de regime que conseguiu a Modulação na decisão que garante aos aposentados e quem já adquiriu o direito de se aposentar para cerca de 75% dos envolvidos, neste processo também teve a atuação da fasubra como Amicus curiae.

2) A Vitória na ação coletiva da URV.

3) A vitória na ação da GR 30% CLT

4) Vitória contra o Santander no golpe dado que subtraiu 58.000 em 2021 das contas do STU, cujo valor recuperado atingiu 127.000 reais. (19.000 na época e 108.000 em setembro do ano passado.)

Este mandato foi prorrogado por conta da pandemia e a nova direção só assumiu em 31/03/2022.

Questão salarial no pós pandemia

Tivemos um reajuste de 20,67% em março de 2022, 10,51% em maio de 2023, 5% em maio de 2024, isto representa um reajuste de 40,05% de reajuste acumulado no período.

Tivemos a conquista do VR em maio de 2023, que era uma reivindicação que estava na pauta há mais de 10 anos, hoje o valor é de 880 reais mensais com 5% de desconto.

Vitória no Auxílio Alimentação em 2024, com a conquista de um reajuste de 37% que saiu de 1.420 para 1.950 um dos maiores de Campinas.

Conquista do VA Natalino de 1,420,00

Conquista do Auxílio Saúde de até 900, já pago desde Janeiro de 2025 e com continuidade das negociações no dia 13/03, foi incluído Seguro Saúde desde que cadastrado na ANS e também foi solicitado inclusão de saúde preventiva, medicamentos e extensão do Auxílio Saúde para os

Aposentados.

Conquistamos redução no valor do Fretado, agora é lutar para zerar o desconto.

Reajuste no auxílio e Educação Especial

Ampliação da licença paternidade para 20 dias.

Data-base 2025: lutar para 16,50% de reajuste

Nesta data Base de 2025 estamos reivindicando recuperar maio de 2012 até abril de 2025 que hoje representa um reajuste de 16,50%.

A Arrecadação do ICMS teve crescimento de 12,03% no período de janeiro a fevereiro de 2025 e atingiu R\$ 28.183.904.771,00, comparado com igual período de 2024. Esta Arrecadação demonstra que o Cruesp terá recursos para pagar nossas Perdas salariais e que a arrecadação atingirá os 181,886 Bilhões previstos pelo Estado.

Autonomia Universitária

A conquista da autonomia foi fruto da greve de 1988, "SOS UNIVERSIDADE"

Embora a conquista tenha elevado a USP, UNICAMP e UNESP entre as melhores Universidades do Mundo. Temos a garantia do Artigo 207 da constituição e um decreto de fevereiro de 1989 que definiu 8,4% da quota parte do ICMS, para as 3 universidades, em 1992 passou para 9% e em 1995 para 9,57% e que não assegura sua continuidade na conjuntura atual, com o fim do ICMS, previsto para 2033, na Reforma Tributária.

O Fórum das 6 já definiu uma proposta de modelo com financiamento de 8,64% baseado na Receita Tributária Líquida do Estado. E na LDO de 2026 deverá apresentar uma emenda para garantir os 0,1% do IBS que vai entrar em vigor em 2026.

Além da autonomia financeira, administrativa e didática, defendemos um modelo que tenha também Autonomia Orçamentária, onde o próprio Reitor assine os decretos de suplementação e/ou redução do seu orçamento.

Além disso, tem que ser um Sistema Universitário Nacional que estejam incluídas as Universidades Federais Estaduais e Municipais.

Eleição para reitor

A Chapa avante STU, na eleição pra Reitor, teve seus membros apoiando Cesinha/Coelho, também membros apoiando Prof Gontijo/Mariza e Também membros sem apoiar nenhuma candidatura, mas todos garantindo a independência nas posições na defesa dos direitos da categoria.

Por um de sindicato independente da reitoria

Na gestão TOM ZÉ, todas as chapas que compõem o STU apoiaram sua candidatura. Isto não impediu que o Sindicato liderasse grandes lutas, como o FORA TOM ZÉ, outro exemplo a greve contra o ponto eletrônico, que durou 84 dias, e mesmo com uma adesão baixa, conseguiu adiar a implantação por três anos e ainda iniciou a negociação de pontos importante como a não compensação do recesso e as pontes de feriado. Esta luta ainda continua!

Não a Implantação do Ponto Eletrônico!
Portanto defendemos a independência em relação à Reitoria e a defesa intransigente dos direitos da categoria.

Carreira e Esunicamp

No último período – 2022 a 2025 – a Coordenação de Carreira do STU vem debatendo a revisão da carreira PAEPE. Em 2022 o processo de elaboração foi dirigido à disputa das deliberações CAD acerca da carreira PAEPE e do processo de progressão de 2023, onde pela primeira vez o STU apresentou proposta de deliberação alternativa à da reitoria, que independente do resultado formulou soluções para os problemas diagnosticados, a partir do olhar da categoria. Diga-se que este processo, ainda que limitado à reforma das propostas institucionais, permitiu o acúmulo das bases e elementos fundantes das proposições para um novo modelo de carreira que passamos a nos debruçar a partir de 2023.

Nos primeiros seis meses do projeto, as primeiras fases estavam em curso, quando se interrompeu o cronograma para a disputa dos conteúdos das CAD 09, 11 e 12 que foram objeto de revisão no âmbito institucional. Este trabalho resultou em inédita proposta do STU para confrontar a proposição institucional da UNICAMP nos colegiados da universidade.

Em que pese a proposta ter sido derrotada na CAD – o que já era esperado – é de registrar além do protagonismo do STU na disputa, que aproveitou-se o momento de elaboração do projeto de resolução para acumular conteúdos que devem compor o projeto de carreira que se pretende elaborar com a participação da categoria.

A Comissão de Carreira do STU retomou o plano de trabalho original visando à elaboração de plano de carreira com a participação da categoria, com as suas 8 fases e 26 etapas.

Assim sendo, passou-se a definir o cronograma do plano de plano de trabalho e concluído o processo de retomada, chegou-se ao final das quatro primeiras fases, resultando na validação de nova modelagem a propor para a carreira e, ainda, a identificação das normas a alterar.

Entretanto, é fato, que a evolução dos trabalhos, ainda que tenham resultado em volumosa produção de conteúdo, análises e textos, não chegou à validação das minutas de alteração das deliberações de carreira bem como da atualização do estatuto dos servidores da Unicamp (Esunicamp).

O projeto de carreira em elaboração deverá considerar o acúmulo do debate sobre o tema na FASUBRA-Sindical e nas unidades do Fórum das Seis, bem como a realidade normativa da Unicamp acerca da Gestão de Pessoal – deliberações CAD e outras normas editadas pela institucionalidade – bem como o levantamento de problemas e demandas da categoria, a considerar nesta etapa.

No decorrer do processo a ALESP recebeu e decidiu pela criação dos cargos estatutários dos trabalhadores da UNICAMP. A adequação era necessária para regulamentar o quadro de funcionários que ingressava na Universidade com

função e não cargo, como determinam o Tribunal de contas e Ministério Público do Estado de São Paulo. A substituição será gradativa, à medida que os trabalhadores aposentem ou deixem a Universidade, sendo admitido novo trabalhador já no cargo criado, pelo regime ESUNICAMP.

Os números de cargos das carreiras docentes foram mantidos, mas houve redução importante do quadro técnico-administrativo em relação às atuais funções autárquicas da carreira PAEPE. Quase mil vagas ficaram desfalcadas do quadro de funções. Nota-se também que a principal categoria defasada será a de Profissionais PAEPE do nível Fundamental, evidenciando os impactos da terceirização na Universidade.

O STU conseguiu se mobilizar rapidamente e mesmo com prazo exíguo para elaboração das emendas corretivas do projeto, que foram encaminhadas às bancadas parlamentares e formalmente apresentadas. Apesar do nosso esforço o projeto foi aprovado, com apenas uma emenda do STU aceita que foi o reajuste da Tabela Salarial em 10,51% e se cristalizaram os cargos na forma existente no atual modelo de carreira, diminuindo o espaço para alterações estruturais da carreira, no curto prazo.

No último período o STU vem se debruçando na elaboração de uma revisão completa do estatuto das servidoras e servidores da Unicamp – o ESUNICAMP. O texto que está em vigor é da década de 1970, possui além de várias inconsistências jurídicas, um conjunto grande de lacunas e entulhos autoritários que atacam direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores.

A revisão do estatuto de servidores da Unicamp – ESUNICAMP – uma vez que está extremamente desatualizado e as novas admissões têm ocorrido por ele, tratará a relação jurídica com especial atenção para temas essenciais como: gestão de desempenho e controle de frequência; trabalho remoto ou à distância; saúde ocupacional e segurança do trabalho; licenças e benefícios; enfrentamento das diversas formas de assédio; relações de trabalho, gestão democrática e solução de conflitos; condutas éticas, infrações e regime disciplinar.

Concluídas as minutas, hoje em elaboração na comissão de carreira, o cronograma de debate prevê mecanismos de consulta e rodas de conversa – virtuais e presenciais – e o encaminhamento dos textos para deliberação da categoria. Tratam-se de documentos com valor estratégico para o futuro da categoria e que deverão estar na pauta de lutas da categoria.

Defesa das Cotas Raciais, PCDs e Trans

Implementação imediata da regulamentação das cotas PCDs na Unicamp.

Já existe lei Federal, lei Estadual e inclusive a Unesp implantou recentemente as adequações nos horários dos servidores e a Unicamp ainda não Avançou.

Todo apoio a Implantação das Cotas Trans na Unicamp.

Departamento de Aposentados

Hoje os aposentados são a maioria dos sócios do STU, cerca de 1800 sócios e devemos priorizar a pauta dos

aposentados que inclusive foi entregue aos candidatos a Reitor. Alguns pontos que destacamos: direito a voto nas eleições internas na Universidade, extensão do Vale Alimentação e Auxílio Saúde.

Alterações Estatutárias

Somos favoráveis há que não haja nenhuma restrição para trabalhadores da Unicamp, Funcamp e Terceirizados para comporem a diretoria do STU.

No debate recente veio a tona se diretores do STU podem compor a Diretoria recebendo GR (gratificação de representação), no estatuto do STU não há nenhuma restrição e durante estes 34 anos de existência do STU (Fundado em 23 de Junho de 1991), vários diretores recebiam e recebem GRs, até porque antes da conquista da Autonomia, na greve de 1988, existiam diversas GRs que hoje foram extintas (Secretário Junior, pleno, Sênior, chefe de Setor etc) então era um contingente enorme de servidores e muitos tem GRs incorporada. Mesmo em 2017 quando houve o corte de 30%, mais de 1.000 funcionários (CLT e Estatutários) recebiam.

Outra questão que pautou e pauta a organização da nossa categoria desde a Autonomia Universitária é a questão da profissionalização. Com a Autonomia a Universidade passa a se responsabilizar por atividades técnicas e de Gestão, demandando a revisão de processos e a ampliação de atividades e equipes de trabalho.

Neste movimento, a criação em 1999 da (AFPU) Agência de Formação Profissional teve exatamente o objetivo de formar e instrumentalizar os profissionais da Carreira Paepe para assumir cargos de gestão, na alta administração da Universidade, de tal forma que esta assumisse um caráter mais profissional fosse menos dependente de docentes e estratégias menos perenes.

É neste contexto que se insere a discussão das gratificações e a participação de profissionais em atividade de trabalho gratificadas ser também diretor do STU.

O STU há décadas adotou o regime de proporcionalidade na composição de sua direção, exatamente por entender que a luta sindical é a luta de uma “frente” de trabalhadores organizados em torno da defesa dos seus direitos e da democratização das relações do trabalho. Portanto um espaço Institucional a ser disputado.

A proibição de profissionais com gratificação assumir a função de diretores do STU, vai contra o processo de democratização das relações de trabalhona Unicamp. E mesmo vai contra termos pessoas comprometidas com um mundo mais democrático e sem qualquer forma de discriminação e preconceito.

Então durante esses anos o que pautou o debate sempre foi o posicionamento do Diretor frente às decisões da categoria.

As REITORIAS sempre atacaram os diretores do STU, demissões em nas greves 1991 e na greve de 1994, perseguições como a do Miguel Leonel dos Santos que teve que se esconder na casa da Fasubra em Brasília, para não ser demitido. Demitiram ainda vários trabalhadores Funcamp que foram diretores do STU (João Carlos e Emerson, Juliano,

etc e readmitidos posteriormente.

Além das demissões todos e os diretores e diretoras do STU tiveram prejuízos na carreira e na vida profissional, citamos alguns como exemplo:

Marcilio Ventura, passou a carreira toda sem ter promoção ou progressão e ainda quando criaram critério de promover quem nunca tinha sido Promovido (uma fórmula em 2018) a direção da Unidade o excluiu, a atual Diretoria do STU levou o caso para Reitoria, mas não houve encaminhamento.

Antônio Alves Neto, Fundador do STU, nunca teve promoção e progressão desenvolveu diversos projetos sobre Quilombolas no Vale do Ribeira e foi por dois mandatos Coordenador Geral da Fasubra e continua congelado na carreira.

João Paulo Ribeiro, Fundador do STU, afastados há mais de 20 anos como Dirigente Nacional da Fasubra e da CTB e durante todo este período teve sua carreira congelada. A única vez que conseguiu participar do processo de progressão e promoção foi em 2023 devido a pressão da atual diretoria do STU de que tem uma lei do governo Montoro de que diretores afastados para atividades sindicais e de representação de classe não pode ter prejuízo na sua remuneração e na carreira.

Já em 2024 em uma reunião da Cidf já proibiram novamente a participação de servidores afastados para o STU, Fasubra e Centrais, numa votação em que tivemos apenas três votos.

Ângelo Rafael Barreto, fundador do STU, demitido na greve de 1994, equivocadamente, confundido com o Diretor Zé Luiz na ocupação do Restaurante do HC, teve 4 mandatos de vereador e teve sua carreira congelada pela Reitoria mesmo tendo uma lei Estadual que diz que ele não poderia ter prejuízo na sua remuneração.

João Raimundo Mendonça de Souza, Fundador do STU, foi durante anos Coordenador Geral do STU tendo sua carreira congelada durante todo este tempo.

José Luís Pio Romera, Fundador do STU, foi o primeiro funcionário, membro da direção da Fasubra em 1991, da Executiva da federação até o ano de 2000 em 2001, foi pra Prefeitura de Campinas tendo sido Diretor financeiro da SETEC em 2001, Secretário de Recursos Humanos da Prefeitura de Campinas em 2002 e em 2003 e 2004 secretário de Finanças de Campinas. Em 2005 assumiu a Secretaria de Finanças de Várzea Paulista até 2012, em 2013 foi gerente de planejamento de Itupeva até 2016 e em 2017 retornou pra Unicamp e seu enquadramento foi recusado tendo sido enquadrado no piso do nível médio (como se estivesse ingressando na Unicamp), em 2023, depois de 37 anos de Unicamp, mesmo tendo a lei do Governo Montoro garantindo a evolução na carreira.

Maria José Cunha, Fundadora do STU, servidora do raio X do HC, primeira Vereadora negra de Campinas, com um mandado de vereadora, teve também a carreira congelada.

Diretor Fabricio, Foi diretor do STU, perseguido, hoje é Professor da Universidade de Nimes França.

Rosangela Martinhago, Fundadora do STU, teve também a carreira congelada, participou do Governo

Toninho/Izalene e ainda continua na ativa.

Eva Lopes respondeu CPP por sua atuação nas greves e também teve sua carreira congelada.

Gabriela Barros também teve perseguição no CAISM, desconto do salário nas greves e congelamento na carreira.

Adriana Stella foi Diretora da Fasubra e ficou com a evolução na carreira congelada.

O STU está preparando uma ação baseada nesta Lei Complementar Estadual número 343, de 06/01/1984, inciso VII, da Lei Complementar n. 444, de 27/12/1985, que dispõem sobre o afastamento de funcionários e servidor do Estado, para o exercício de mandato como dirigente de entidade de classe, regulamentada pelo decreto 31.170, de 31 de Janeiro de 1990, para cobrar a Unicamp a reparação destes diretores prejudicados. Destacamos o artigo 6º do referido decreto “durante o afastamento, o funcionário ou servidor perceberá o vencimento ou salário e as demais vantagens do cargo ou da função atividade”, no artigo 8º segue “O período de afastamento será considerado de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, inclusive para perfazimento de interstício necessário para promoção por antiguidade.”

É com base neste decreto que estamos garantindo alguns Benefícios e Vantagens para os diretores afastados do STU, da Adunicamp, da Fasubra e do Andes, tais como Vale Alimentação, Auxílio Saúde, participação na progressão da carreira em 2023, GRs, e ainda não garantimos os enquadramentos por antiguidade e complexidade, nem salário condição, tais como Insalubridade e periculosidade, que quando a Reitoria corta do salário do diretor o STU repõe mensalmente, são cerca de 8 diretores e diretoras da área de saúde que recebem reposições.

Outras alterações estatutárias

Devemos incluir alterações que garantam a apurações de denuncia de Assédio Moral, Sexual etc. Para isso estamos propondo um grupo de trabalho que possa se reunir durante o congresso para fazer as devidas adequações no estatuto do STU.

Estrutura Sindical

Defendemos a eleição proporcional para direção do STU, como está no estatuto desde a sua fundação em 1991. Já houve mudanças no passado e retorno para o original. No nosso entendimento este modelo é o melhor pois garante que todos os grupos de pensamentos da categoria que atingirem 10% na eleição, terão representação na Diretoria do STU.

Temos que realizar a eleição do conselho de Representantes do STU e estimular a organização por Local de Trabalho através de Comissões de funcionários Locais.

Defendemos também a Unicidade Sindical, que é um sindicato por categoria. No passado, na usp em 1991, foi tentado a fundação de mais um sindicato na Usp pela Força Sindical.

Defendemos também a organização por ramo de atividade, no caso Ramo da Educação. Na década de 1990 Fasubra, Andes, Sinasefe, Contee e CNTE faziam parte do

DNTE – CUT Departamento Nacional dos Trabalhadores da Educação.

Estamos propondo a refiliação do STU a CUT, Central Única dos Trabalhadores.

Defesa do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas

As mudanças climáticas já estão afetando o Planeta terra, desde 2013, segundo Keeling, que registrou diariamente, desde 1958, a concentração global de dióxido de carbono na Atmosfera. Cada ano que passa a temperatura média da Terra aumenta. Aqui no Brasil, tivemos a Inundação do Rio Grande do Sul e a Seca na Amazônia em 2024. Muitos negacionistas estão se convertendo diante da realidade, como é o Caso do Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul Pepe Vargas, que disse na abertura do Seminário sobre mudanças climáticas na UFRGS no dia 14/03/2025, que ele era um negacionista, mas que agora se converteu diante da realidade que presenciou no Rio Grande do Sul.

Portanto propomos que a Coordenação de Meio Ambiente do STU atue difundindo e participando de ações que promovam a defesa do Meio Ambiente.

Portanto propomos separar a Coordenação de Saúde e Meio Ambiente em duas coordenações.

Machadinho

Participação do (C.C.R.C. 1945) Centro Cultural Recreativo Campinas, "Benedito Carlos Machado" (Machadinho) no XIV Congresso do STU de 23 a 25 de Abril, de 2025.

Reafirmar o apoio aprovado no XIII Congresso do STU

No Último (XIII) Congresso, realizado pelo STU de 12 a 14 de Novembro de 2015, foi apresentada às Reivindicações do C.C.R.C, Machadinho "Núcleo de Resistência Negra em Campinas", foi criado um S.O.S. a favor, em defesa dessa instituição, que foi constituída oficialmente em 08 / 05/ 1945, na Vila Industrial, Rua Cerqueira, N°66, CEP 13035 - 090, / CNPJ 46.046.710.0001/53,

Foi constituída e APROVADA nesse (XIII) CONGRESSO, um pedido de S.O.S. Machadinho, um SOCORRO a essa instituição onde o STU, deveria articular apoio em geral, Jurídico, Administrativo, Contabil,... e o mais importante, o apoio Financeiro, devido a dividas e reconstruções que ha fazer, com órgão governamental (IPTU), CPFL / SANASA, etc,...e que o STU, junto com a universidade, venha a criar um Centro de Educação e Formação dos Jovens Negros, filhas e filhos de trabalhadores da Unicamp.

Formar encontros Racial dos Funcionários Públicos por segmentos Municipal, Estadual e Federal,

Organizar com a Unicamp, um evento para a Comunidade, a exemplo da Feira AfroMIX.

PROPOR: denominação da Rua que Vai do Restaurante Universitário até ao Ginásio Multidisciplinar o, nome da Escritora " Maria Carolina de Jesus",. (autora do livro Quarto de Despejo).

Que o STU, realize I Encontro de Trabalhadores Negras e Negros da Unicamp.

Por Reparações Já!, e Em Defesa das tradições e das terras Quilombolas, entre outras lutas aprovadas a favor Racial.

E ao longo da existência desta instituição que neste ano de 2025, completaremos 80 Anos de existências,.. tivemos e temos como Funcionárias / Funcionários da Unicamp, filiados ao STU, no Quadro da Diretoria do C.C.R.C. os seguintes trabalhadores da Unicamp

Membr@s no Quadro das Diretorias:

Margarida Barbosa / Caism
Reginaldo Bispo / Demitido Político
Marcilio Ventura /
Marcio Roberto do Carmo / HC - CC
Dora Celia Simplicio / HC – CC
Fátima São Roque / HC - 5º andar
João Raimundo Mendonça de Souza (Kiko)
Jose Carlos Borges do Amaral / Graf.
Dona Maria do Amaral / CECI
]Ronaldo Luis de Almeida / SVC
Robson Jose de Almeida / IB
Sandra Maria de Souza / SVC
Angela Soligo / FE
Deivison Pereira de Abreu / IFCH
Jose Carlos de Lara / SVC
Ana Maria de Souza / HC
Ismael Santana / SVC

Propomos para o XIV, Congresso do STU de 23 a 25 de Abril 2025,... o C.C.R.C. Machadinho, reafirmamos , e rerepresentamos Todo as Propostas de Assuntos Raciais

apresenta no XIII Congresso, e que estaremos a trabalhando por todas essas reivindicações.

Solicitamos o Aporte de Apoio Financeiro do STU, o Repasse Mensal ao C.C.R.C. Machadinho através da Conta Bancária do Banco do Brasil Agência = 2447 - 3 Conta Corrente 66 575-4 / ou da Chave PIX = CNPJ = 52 407 016 /0001-17 o valor de R\$ 5.000. 00, (Cinco Mil Reais), uma vez que estamos há 10 anos (120 meses), com esse apoio aprovado e até hoje não foi cumprido.

Manutenção do Machadinho:

Muro, portão, o alambrado e quadra de esporte, banheiro, etc.

Espaço para utilização pelo STU

O Espaço está disponível para a Diretoria do STU, para reuniões, como já ocorreu nesta gestão, bem como as coordenações dos Negr@s, e Aposentados para um almoço mensal, e a festa de final do Ano aos associados do STU e outras atividades Culturais.

Assinam esta tese:

José Luis Pio Romera STU
Uzias Ribeiro – SVC
Gabriela Barros – Prefeitura
José Carlos de Andrade IA
Eva Lopes – Caism
Stefane Garcia aposentado - IEL
Ronaldo de Almeida – SVC
Débora Kranz- DEPI
Maria Cristina Rodrigues TINA – Apos.
João Daniel FASUBRA

UNIFICAR EFETIVOS E TERCEIRIZADOS PARA LUTAR CONTRA AS PRIVATIZAÇÕES DE TARCÍSIO E OS ATAQUES DE LULA DE FORMA INDEPENDENTE DOS GOVERNOS E DA REITORIA

Apresentamos aqui a tese do Coletivo Nossa Classe e independentes para o XIV Congresso de trabalhadores da Unicamp. O congresso acontece em meio ao início do novo governo Trump, de uma escalada militarista internacional, da guerra na Ucrânia e do genocídio em Gaza. No plano nacional, o governo federal ataca os trabalhadores com medidas neoliberais como o arcabouço fiscal e outros ataques, enquanto a extrema direita segue sendo a principal força de oposição. Em meio aos ataques do governo estadual de Tarcísio, a reitoria da Unicamp avança com a instalação do ponto eletrônico, da terceirização e a presença do capital privado na universidade. Para responder a esse complexo cenário, propomos alguns pontos que apontem no sentido de preparar os trabalhadores para lutar contra os ataques de forma independente dos governos e da reitoria unificando efetivos e terceirizados a partir da mobilização na base dos trabalhadores.

Conjuntura Nacional

O governo Lula-Alckmin vive seu pior momento no terceiro mandato, com forte queda na popularidade. Surgem os primeiros sinais de um fim de ciclo do PT. Após dois anos, a frente ampla mantém intactos os ataques de Temer e Bolsonaro, como as reformas trabalhista e da previdência, e impõe novos, alinhados aos lucros dos patrões, como o Arcabouço Fiscal, a Reforma Tributária, cortes no BPC e a Lei Orgânica das Polícias. Também reprimiu lutas, como as greves dos técnicos administrativos das federais e dos trabalhadores do ICMBio e Ibama, insistindo em aprovar a exploração de petróleo na foz do Amazonas, apesar das críticas de ambientalistas. Em mais um recente aceno à direita, o PT fez aliança com bolsonaristas e representantes do centrão, para a reeleição de André do Prado (PL) para a presidência da Alesp, aliado de Tarcísio nas votações dos projetos de privatização da Sabesp e das escolas.

Bolsonaro segue como a principal figura de oposição, mesmo diante da ofensiva judicial contra ele. O bolsonarismo e seu legado devem ser não só responsabilizados, mas derrotados. Isso só pode acontecer com a luta da classe trabalhadora e dos movimentos sociais organizados, sem nenhuma confiança no judiciário, que é racista e foi parte do golpe institucional de 2016, protegendo sempre os interesses da burguesia.

Tarcísio, parte dos distintos tons da extrema direita, segue com ataques no estado de São Paulo, como as privatizações do Metrô, CPTM e Sabesp, o leilão de 33 escolas públicas, a demissão de milhares de professores contratados e a ameaça de reduzir o orçamento das universidades. É responsável direto pelo aumento da violência policial, que só em 2024 assassinou mais de 814

pessoas, maior número em mais de 10 anos, e pelas chacinas que tiram a vida da juventude negra.

A favor do governo e dos patrões está a paralisia das grandes centrais sindicais, como CUT e CTB, que dirigem nosso sindicato via Avante e Alerta, além das centrais patronais como UGT e Força Sindical. Elas submetem a classe trabalhadora aos interesses dos patrões e do governo, mantendo a fragmentação das lutas. Diante disso, defendemos a frente única operária, ou seja, a unidade da classe na luta, exigindo das centrais que organizem na base, com espaços de auto-organização, um plano de ação para barrar os ataques e revogar o legado do golpe institucional.

Devemos nos apoiar nas diversas lutas que vieram se expressando no país, com destaque para a educação, como as dos professores e indígenas, contra o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), base de Lula. Também presenciamos a luta pela redução da jornada de trabalho, expressa na forte greve dos terceirizados da educação contra a escala 6x1 em BH e a greve dos trabalhadores da Onet contra a precarização e essa jornada exploratória na Unicamp.

Apostamos que é preciso se postular fortemente como uma oposição de esquerda ao governo Lula, agrupando todos os setores que se colocam nessa perspectiva de independência de classe. Para isso, é preciso, em primeiro lugar, se apoiar na força das greves e mobilizações em curso, com as da educação, exigir das centrais sindicais sua articulação, a unificação de todas as lutas e um plano de lutas sério, para que não só suas demandas particulares triunfem, mas que também possamos ligá-las a grandes temas nacionais, como o questionamento ao Arcabouço Fiscal e ao pagamento da fraudulenta dívida pública que estrangula o orçamento nacional em nome do lucro do capital financeiro internacional. Dentro desse governo que ataca a população, está o PSOL, na Unicamp representado por Travessia e TLS. Um partido, que avança para se firmar como partido da ordem, tendo um setor votado pelo corte no BPC, junto com o PL, para defender o Arcabouço Fiscal. Para presidência da ALERJ todos do PSOL votaram no bolsonarista Rodrigo Bacellar.

A urgente e necessária tarefa de enfrentar esses desafios compõe a necessidade de erguermos uma nova força política do país, que venha de baixo, e que seja capaz de enfrentar os ataques neoliberais do governo de frente ampla e barrar o avanço da extrema direita. Esse caminho é o da aposta em que a classe trabalhadora pode se erguer como um sujeito político independente e dar uma saída de fundo aos problemas estruturais do Brasil.

- Lutar contra todas as privatizações como Sabesp, Metrô e CPTM no estado de São Paulo que vem levando Tarcísio;

- Pela independência de classe do nosso sindicato em relação ao Estado capitalista e suas instituições como o Judiciário, Congresso, governos, patrões e reitorias, para construir um sindicato classista, democrático e combativo;
- Unificação das lutas para revogar os ataques à classe trabalhadora, como as reformas de Temer e Bolsonaro, e o arcabouço fiscal de Lula-Alckmin;
- Apostamos na construção de uma verdadeira oposição de esquerda ao governo para enfrentar a extrema direita;
- Pela unidade da classe trabalhadora contra a precarização;
- Fim do Plano Safra ao agronegócio, em defesa dos povos indígenas e do meio ambiente.

Conjuntura Internacional

Diante da crise capitalista e suas consequências é necessária uma luta com independência de classe para que sejam os capitalistas que paguem pela crise.

A crise de 2008, a guerra na Ucrânia e o massacre genocida do povo palestino reafirmam a época de crises, guerras e revoluções, evidenciando o caráter destrutivo do capitalismo. A eleição de Trump para conter a decadência do imperialismo dos EUA e o avanço da extrema direita global, acentuam essa situação. Se mostra o fracasso das estratégias reformistas e de conciliação de classes, sendo utópico apostar em saídas pretendidas como multilaterais apoiadas em países como China e Rússia que pressupõem uma suposta coexistência pacífica entre potências rivais no capitalismo. Diante disso, é essencial enfrentar o imperialismo, seu militarismo e suas políticas de dominação com a luta independente da nossa classe.

Estamos diante do maior massacre de um povo na história do século XXI, o massacre ao povo palestino. Com estimativas de mais de 64 mil palestinos mortos e milhões em situação de fome. A grande mídia brasileira tem sido cúmplice e a extrema direita sionista, com Bolsonaro, Tarcísio e Milei na América Latina, faz campanha em defesa da barbárie que Israel promove com apoio do imperialismo dos EUA. Repudiamos essa cumplicidade reacionária com o genocídio colonialista de Israel! O governo mantém todas as relações econômicas, militares e diplomáticas com o Estado sionista e são diretamente as armas de Israel que matam e reprimem os negros nas favelas e periferias.

Os trabalhadores devem se somar ativamente na campanha internacional de solidariedade ao povo palestino. Trabalhadores portuários de diversos países já se recusaram a embarcar armamentos para Israel. Milhões de manifestantes tomaram as ruas no mundo inteiro pelo cessar-fogo. E agora o Trump avança contra os estudantes, das universidades mais caras do mundo, que se levantaram contra o apoio desse país ao genocídio.

Na Argentina, as mobilizações em curso contra a reforma das aposentadorias do governo Milei e a atuação do PTS na Frente de Esquerda e dos Trabalhadores - Unidade é um exemplo, em um país onde a extrema direita chegou ao poder após o fracasso do governo de Alberto Fernandez e

Cristina Kirchner, uma expressão de que o caminho de conciliar com o reformismo anula qualquer saída independente. A derrota do ultra neoliberal Milei será uma conquista para os trabalhadores de toda a América Latina, e por isso, devemos acompanhar e apoiar atentamente o que se desenvolve na Argentina.

Reafirmamos que a luta dos trabalhadores é internacional, e a classe trabalhadora brasileira deve se unir à luta contra a exploração capitalista mundial. Que a crise seja paga pelos capitalistas, por uma sociedade sem classes, exploração ou opressão. Por um governo dos trabalhadores de ruptura com o capitalismo rumo ao comunismo.

- Abaixo o genocídio na Palestina perpetrado pelo estado sionista e colonialista de Israel. Pelo rompimento das relações do Brasil e de todos os convênios da Unicamp com Israel. Por uma Palestina livre, operária e socialista!
- Abaixo o rearmamento imperialista e a ofensiva da OTAN no Leste Europeu. Reafirmamos uma posição de independência de classe no contexto da invasão na Ucrânia. Pela imediata retirada das tropas russas da Ucrânia. Por uma Ucrânia operária e socialista na perspectiva dos Estados Unidos dos Socialistas da Europa;
- Contra as deportações de imigrantes e pela unidade da classe trabalhadora internacional. Por um mundo sem fronteiras!
- Devemos seguir o exemplo da luta dos trabalhadores na Argentina contra Milei e lutar contra a extrema direita com mobilização e de forma independente do governo Lula-Alckmin, sem conciliação, exigindo das burocracias sindicais um plano de luta e a construção de uma greve geral.

Universidade/Educação

Combater o desmonte e a privatização da Educação. Lutar com os estudantes por uma universidade a serviço dos trabalhadores e da população pobre!

No contexto de crise econômica, os capitalistas avançam ainda mais para submeter a educação à lógica privatista, colocando o ensino e a pesquisa a serviço dos lucros de empresários, banqueiros e industriais e da perpetuação da opressão. Os ataques do governo Bolsonaro à educação aceleraram o sucateamento de universidades federais, além de ataques à pesquisa com cortes de verbas que deixaram milhares de pesquisadores e estudantes sem bolsas. Nos anos anteriores de governo do PT foram aprovados projetos como o Prouni e o Reuni que expandiram as vagas ao ensino superior numa chave privatista, já fizeram da educação superior privada um nicho ainda mais lucrativo para os empresários da educação e durante o governo Dilma foi aprovado o Marco Legal da Ciência e Tecnologia e Inovação atrelando diretamente as pesquisas às necessidades do mercado.

O governo Lula-Alckmin não revogou os cortes à Educação feitos durante os governos Temer e Bolsonaro e aprovou bloqueios no orçamento da educação da ordem de R\$ 5,5 bilhões, além de se manter inflexível às demandas da

greve dos técnicos administrativos em nível federal e aprovou o Arcabouço Fiscal, para garantir o pagamento da dívida pública, que restringe o orçamento da educação. O Novo Ensino Médio é uma política do golpe institucional de 2016 que segue sendo levada adiante pelo governo, impondo a lógica empresarial nas escolas para precarizar ainda mais a educação e perseguir o direito de cátedra dos professores.

Na Unicamp, a reitoria aplica os ataques de Tarcísio e do governo federal, entregando a universidade à iniciativa privada. Crescem os convênios com empresas como vemos com a Inova e o projeto do HIDS, que tem como objetivo ser um lugar privilegiado de relação entre a universidade pública e o capital privado, favorecendo a entrada deste último cada vez mais na universidade. Já há laboratórios inteiros financiados por empresas como a Vale, responsável por um dos maiores desastres ambientais no país.

Também assistimos um hospital ser construído com verbas indenizatórias de direitos trabalhistas, o IOU, dentro da Unicamp atendendo convênios particulares, em mais uma espúria imbricação de beneficiamento privado dos recursos públicos. Para além do IOU, neste momento, há a tentativa de desvincular o Hospital Estadual de Sumaré (HES) com a universidade, abrindo mais espaço para a privatização, aprofundando a terceirização, uma vez que ele poderá ser administrado por uma OSS, fruto direto da lei nº 17.893 de Tarcísio, que busca justamente avançar com a privatização da saúde pública.

Além da relação com as empresas, a Unicamp mantém convênio com universidades israelenses abertamente sionistas persegue e processa, até hoje, os estudantes que se manifestaram contra a feira de universidades de Israel.

Fora o aumento dos contratos terceirizados na universidade, como o aprofundamento da terceirização no bandeirão que rebaixou salários e direitos de mais de 300 trabalhadores, a terceirização do almoxarifado central, de assistentes de laboratório e a eliminação de cargos de nível fundamental para aprofundar ainda mais esse processo. É a atual reitoria de Tom Zé que disse que pessoas morrem todos os dias na universidade quando estudantes pediram por um dia de luto à Cleide Aparecida, trabalhadora que faleceu durante expediente dentro do bandeirão, com colegas obrigadas a seguirem trabalhando.

Hoje a terceirização representa em torno de 2 mil trabalhadores, sendo milhares de trabalhadores com condições precárias de trabalho e baixos salários. Já há terceirização de cargos administrativos, enfermeiros, médicos, técnicos de enfermagem e outras funções essenciais que ameaçam o serviço público, sendo a luta contra a terceirização uma luta do conjunto dos trabalhadores, efetivos e terceirizados.

Fora os terceirizados há um grande aumento do número de alunos bolsistas e estagiários em setores quase sem funcionários efetivos, ocorrendo uma verdadeira substituição de trabalhadores efetivos por estudantes trabalhadores que ganham muito pouco para exercer a mesma tarefa e ao mesmo tempo ter que estudar. Por isso também nossa luta deve ser em aliança com o conjunto dos

estudantes da universidade, pois se utilizam da precarização de seu trabalho para precarizar o nosso.

O ponto eletrônico reforça essa política, criando um grande banco de horas com o qual será possível a cobrança de reposição de emenda de feriados e recessos, como já ocorre na USP, onde os servidores já começam o ano devendo horas, ampliando a jornada e reduzindo contratações.

A sobrecarga de trabalho e a ampliação da jornada, via ponto eletrônico, vai na contra-mão da essencial redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais (6h/dia) na Unicamp. Ela deve ser defendida em todas as instâncias, principalmente no sindicato, pois não é apenas uma demanda justa, mas uma medida comprovadamente viável e benéfica.

O advento das novas tecnologias, diferente das promessas feitas, não estão diminuindo a sobrecarga de trabalho da maioria da população. Ao contrário, novas tecnologias são usadas pelo capitalismo para aumentar a exploração de trabalho: nunca se trabalhou tanto como hoje. Menos horas no trabalho significam mais qualidade de vida. Na Unicamp, essa mudança permitiria que funcionários e professores tivessem tempo para descanso, estudo, convívio familiar e saúde mental, fatores essenciais para uma vida digna. Além disso, a redução da jornada para todos aliviaria a pressão sobre os terceirizados, que hoje enfrentam escalas exaustivas (como o 6x1). Menos horas no trabalho é um direito para que todos possam viver mais e melhor, sendo uma bandeira fundamental para atacar a precarização, o desemprego e as jornadas extenuantes.

Enquanto precariza o trabalho, a reitoria segue negando o processo de isonomia salarial com a USP (nível médio e superior), mantendo-a somente para docentes e o quase extinto nível fundamental. Da mesma forma, o processo de progressão não contempla toda a categoria, com prevalência de critérios subjetivos das chefias e aumento da competição entre os trabalhadores.

O Consu é um órgão mantenedor de toda essa política, advindo diretamente da ditadura e que conta com membros de patronais como a FIESP, tendo os trabalhadores e estudantes um quinto de poder de voto, com os terceirizados (quase um terço da categoria, sem nenhum direito a voz e voto) demonstrando a estrutura antidemocrática da universidade. Por isso nossa luta deve ser para acabar com esse órgão antidemocrático, fazendo com que sejam os trabalhadores, docentes e ou não, e os estudantes que decidam os rumos da universidade.

- Contra os cortes à Educação, o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação e pela revogação do Arcabouço Fiscal e o Novo Ensino Médio;
- Defesa das cotas étnico-raciais, trans e para PCD's, rumo ao fim do vestibular. Ampliação de vagas e contratação de professores e trabalhadores em todas as universidades.
- Estatização das universidades particulares, sem indenização aos empresários da educação.
- Bolsas auxílio para todos os estudantes que precisam, sem contrapartida de trabalho;

- Pela revogação do ponto eletrônico e pela isonomia para todos os trabalhadores.
- Fim da escala 6x1 e redução da jornada de trabalho para 30hrs.
- Igualdade salarial e de direitos para todos os trabalhadores terceirizados! Cecom e fretado para todos.
- Por uma Estatuinte Livre e Soberana que redefina democraticamente a estrutura da Universidade, dissolvendo o Consu e substituindo-o por um organismo verdadeiramente democrático, composto por trabalhadores, estudantes e professores, com representação proporcional ao peso de cada categoria.

Democracia de base para erguer um sindicato classista e combativo

Pela mais ampla democracia operária e independência dos sindicatos, para serem ferramentas da luta revolucionária da nossa classe.

Defendemos a mais profunda democracia entre os trabalhadores para que os sindicatos possam organizar o conjunto dos trabalhadores, efetivos ou precários com total independência política e financeira dos sindicatos em relação ao Estado, aos governos e às instituições burguesas. Que os sindicatos não defendam somente os interesses de sua categoria, mas de todos os setores explorados e oprimidos da população, das mulheres, dos negros, das LGBTs. Defendemos o internacionalismo e solidariedade às lutas dos trabalhadores independentemente da sua nacionalidade.

Os sindicatos são uma ferramenta fundamental de luta dos trabalhadores. O Estado e a classe dominante foram obrigados a reconhecer essa ferramenta, mas também buscam controlar a organização da classe trabalhadora através do atrelamento dos sindicatos ao Estado e da burocracia sindical. O governo de Bolsonaro buscou atacar a organização sindical, mas manteve as bases da sua estrutura. Mesmo com o governo rompendo seu pacto com a burocracia e com as mudanças no financiamento sindical, as burocracias sindicais da CUT, Força Sindical e UGT buscaram negociar a manutenção dos seus privilégios e aparatos.

A trégua da burocracia sindical com a extrema direita produziu derrotas profundas nos últimos anos, como a própria reforma trabalhista e da previdência. Isso demonstra como a política de conciliação do PT é responsável por fortalecer a direita e a extrema-direita. Prova disso é que o atual o governo de frente ampla absorve e dá continuidade à agenda econômica da extrema direita, planejando e implementando ataques como o Arcabouço Fiscal, colaborando com outros como o Marco Temporal, a ampliação da terceirização e todos os demais ataques dos governos Temer e Bolsonaro.

A situação da esmagadora maioria dos sindicatos no país leva a uma única conclusão: para resistirmos aos ataques não devemos fomentar nenhum tipo de ilusão no governo de Frente Ampla. Precisamos nos contrapor a esse pacto e

retirar os sindicatos das mãos da burocracia, retomando-os para as mãos dos trabalhadores e a filiação na CSP-Conlutas deve ser orientada nessa perspectiva, pois hoje é a única central que mantém uma posição de independência de classe em relação aos governos. Para isso é fundamental lutar em todos os sindicatos para superar o corporativismo, que separa a luta econômica da luta política batalhando para que os sindicatos tomem em suas mãos as demandas de todos os setores oprimidos e sendo porta-vozes de todas as mazelas e sofrimentos da população como um verdadeiro tribuno do povo. É fundamental batalhar pela mais ampla democracia operária nos sindicatos, reafirmar as assembleias como organismos fundamentais da organização dos trabalhadores, bem como todos os espaços que possam dar voz aos trabalhadores, como os conselhos de representantes de unidade. Defendemos a proporcionalidade na diretoria dos sindicatos para que todas as posições políticas possam se expressar e defendemos a rotatividade de todos os cargos sindicais, e principalmente dos cargos com liberação sindical do trabalho, como forma de combater a burocratização dos dirigentes sindicais. Precisamos batalhar para organizar os setores mais amplos da nossa categoria, incluindo terceirizados e precarizados em geral.

Para isso reafirmamos a necessidade da total independência política do sindicato perante o Estado e as reitorias. Não podendo ser o sindicato ferramenta para campanha em apoio a candidatos à reitoria, como faz atualmente todas as chapas da diretoria, mas ao contrário, deve ser independente para que sirva de ferramenta da mobilização, organização e luta da nossa categoria contra os ataques dos governos e patrões.

- Que os sindicatos organizem todos os trabalhadores, defendendo não apenas os interesses de sua categoria, mas de todos os setores explorados e oprimidos.
- Que o sindicato reafirme sua independência perante os governos e reitoria, sendo seu único compromisso com a luta dos trabalhadores. Sendo assim, não utilizar o sindicato para fazer campanha para os reitoráveis que atacam os trabalhadores e que mantém a estrutura antidemocrática da universidade.
- Aprofundar a democracia de base com a eleição do conselho de representantes sindicais.
- Filiação à CSP-Conlutas por se manter como a única central sindical independente dos governos.

Proporcionalidade

Nosso sindicato é proporcional, sendo que nas últimas eleições nenhuma das chapas que compõem a atual gestão (Alerta, CUT e Travessia) atingiu 40% dos votos da categoria, longe de uma maioria absoluta. A chapa majoritária, composta pela burocracia da CTB propõe majoritariedade na diretoria, justamente para conseguir se encastelar ainda mais no aparato sindical. Isso por si só já é um argumento a favor da manutenção da proporcionalidade, uma vez que se naquele momento a eleição fosse majoritária, nenhuma

chapa conseguiria expressar nem a metade da categoria.

Essa é a forma mais democrática de composição da diretoria, dificultando que uma burocracia sindical controle sozinha o Sindicato. Além disso, por permitir que na própria diretoria se expressem as diferentes posições, ajuda a que os trabalhadores conheçam todas elas, saibam o que cada chapa defende, possam ver a prova na prática de cada uma, e verificar quais são as posições que mais contribuem para o avanço da luta da categoria e da nossa classe. Dessa forma, se amplia o espaço para combater a burocracia sindical não só nas eleições e no aparato sindical, mas na sua influência entre os trabalhadores com posições que enfraquecem a unidade da nossa classe e nossa luta, nos levando a derrotas.

Se hoje é dito que a proporcionalidade atrapalha que se vejam as diferentes concepções, se tornando a diretoria um espaço de disputa permanente que paralisa o sindicato ao não ter assembleias que de fato encaminhem nossas demandas e se tenha mobilização na base, é justamente porque hoje não há nenhuma corrente na diretoria que de fato defenda isso. Uma vez que o fato de a diretoria ser proporcional facilitaria que toda a categoria soubesse quem está contra a mobilização dos trabalhadores em troca das negociações por cima com a burocracia acadêmica e a reitoria.

Exemplo disso é a última greve pelo ponto eletrônico, em que desde o início a posição de todas as correntes da diretoria, e nesse caso também de correntes na oposição como o TLS, era de “convencimento” dos conselheiros do Consu para votarem contra o ponto eletrônico, enquanto não organizava reuniões de base para mobilizar os trabalhadores em uma forte luta contra esse ataque. Nesse sentido, o motivo da paralisação e da não mobilização não era da proporcionalidade e sim do fato de todas as correntes terem a mesma concepção de atuação, sendo assim a proporcionalidade não poderia ser levada até o final, uma vez que não havia nenhuma corrente que defendesse e expressasse uma concepção diferente da mera luta institucional dentro da diretoria.

Não à toa o fim da proporcionalidade é proposto pela chapa majoritária que sempre vem atuando de forma burocrática contra a auto-organização dos trabalhadores. Uma vez que o fim da proporcionalidade será uma ferramenta nas mãos da burocracia para controlar unilateralmente o sindicato, mantendo-o absolutamente paralisado para seus próprios objetivos e contra o desenvolvimento da luta dos trabalhadores, para que o sindicato seja correia de transmissão dos ataques do governo federal e da reitoria, que justamente a majoritária defende ao apoiar incondicionalmente o governo e fazer campanha aberta para a chapa de continuidade da atual reitoria. Por isso defendemos a continuidade da proporcionalidade, aprofundando o debate na categoria sobre as diferentes visões e posições entre as chapas.

Alterações Estatuto

- Em defesa do classismo e da democracia operária, retomar um sindicato combativo com independência de classe, que unifique

trabalhadores efetivos e terceirizados.

- O STU levantará a bandeira e defesa da efetivação de todos os terceirizados da Unicamp sem necessidade de concurso público!
- A assembleia geral é de todos os servidores e trabalhadores da Unicamp, efetivos e terceirizados, com condição de voz e voto.
- Nos momentos de luta, o comando de greve será formado por delegados eleitos proporcionalmente na base e revogáveis, com plenos poderes para decidir os rumos da luta. A diretoria do sindicato se dissolve e se submete à eleição na base dos institutos, não fazendo parte do comando de greve desde o início.
- Rotatividade dos dirigentes sindicais liberados, que ficam afastados por muito tempo da base. Cada diretor poderá ser liberado por, no máximo, meio mandato, sendo substituído por outra pessoa da mesma chapa.

Plano de Lutas

- Exigimos que as centrais sindicais rompam a paralisação e organizem um plano de lutas, construído na base, que leve a uma greve geral para revogar as reformas, o Arcabouço Fiscal, privatizações e todos os ataques.
- Lutar pela recuperação das perdas salariais, isonomia salarial com a USP e igualdade entre efetivos e terceirizados.

Políticas permanentes e combate às opressões: racial, mulheres, LGBT, aposentados, refugiados, indígenas

Unificar trabalhadores e setores oprimidos, para lutar contra a exploração e opressão.

Com o aprofundamento da crise capitalista e vemos o avanço da privatização, da terceirização e da precarização do trabalho. É sobre os ombros dos oprimidos que recaem o ódio da extrema-direita que custam suas vidas, com o aumento do feminicídio, transfeminicídio, da violência policial do Estado, do racismo, da LGBTfobia.

Na Unicamp, o avanço da terceirização escancara as contradições de uma universidade pública considerada uma das melhores da América Latina, com a piora nas condições de trabalho. São uma maioria de mulheres negras que trabalham nos postos mais precarizados das empresas terceirizadas. Recebem menos da metade do salário de um funcionário de nível básico. Além disso, a sobrecarga e as péssimas condições de trabalho são gritantes. A universidade sequer se compromete em garantir suas próprias responsabilidades em relação a refeitórios e vestiários, além de favorecer empresas terceirizadas que sistematicamente atrasam salários e benefícios. Por fim, os relatos de assédios moral e sexual e casos de violência sexual, são comuns e acobertados pela universidade. Ou seja, sobre as trabalhadoras terceirizadas vemos a expressão mais acabada de como o patriarcado se materializa na vida das mulheres trabalhadoras: aprofunda a desigualdade salarial, o adoecimento físico e mental e a

violência de gênero. Nenhuma campanha séria pela equidade de gênero pode estar alheia ao combate à terceirização e à precarização do trabalho.

Pelo 15º ano consecutivo o Brasil é campeão de morte de pessoas LGBTQIA+. É preciso fortalecer as políticas de formação e debate sobre gênero e sexualidade, combatendo o machismo e a LGBTfobia entre a nossa classe para fortalecer a unidade das nossas fileiras, incorporando suas demandas mais sensíveis à nossa luta.

O Brasil é o maior país negro fora da África. O racismo é uma forma de opressão criada sob o capitalismo no passado para escravizar milhões de negros e nos dias de hoje serve para aumentar os lucros dos capitalistas e dividir a nossa classe.

A farsa da “democracia racial”, diz que negros e brancos têm igualdade de condições, localizando o racismo como um problema de indivíduos racistas para eximir a classe dominante e o estado capitalista da sua responsabilidade. Os postos de trabalho mais precarizados são ocupados por uma maioria de negras e negros.

São os negros a esmagadora maioria das vítimas da violência e das chacinas policiais, como vimos com Jordy, assassinado pela guarda municipal de Campinas. As mães de vítimas de violência do Estado têm se levantado no Brasil todo para denunciar a barbárie a que seus filhos foram submetidos. Precisamos estar ao lado dessas mulheres em defesa dos filhos da nossa classe, contra a violência policial e pelo fim de todas as polícias.

A revoltante situação dos povos originários, responsabilidade do capitalismo e que se aprofundou nos anos de Bolsonaro, com o governo Lula-Alckmin segue sem resposta, enquanto os ruralistas são fortalecidos à custa de sangue indígena e do meio ambiente, em nome do Plano Safra. Fortalecer as mulheres, a comunidade LGBTQIA+, negros e indígenas da nossa categoria, significa defender a vida e os direitos dos oprimidos, que são linha de frente das lutas. Defendemos que as lutas contra as opressões sejam encampadas por todos os trabalhadores, unificando nossa classe e combatendo entre os trabalhadores as ideias que só servem à exploração e aos interesses da classe dominante.

Precisamos superar o limite imposto pelas burocracias sindicais, tanto CUT e CTB quanto as patronais Força Sindical e UGT, que atuam como um freio na luta de classes e

separam a luta das mulheres, das LGBT's e do povo negro das lutas econômicas mantendo sua trégua com o governo e com os patrões.

- Criação da secretária de combates as opressões, composta por representantes das coordenações de mulheres, negros e negras e LGBT's e representantes da base eleitos em assembleia.
- Pelo direito a creches para todas as trabalhadoras, efetivas ou terceirizadas, e todas as estudantes mães!
- Lutar pelo fim das operações policiais que assassinam a juventude negra e o povo trabalhador em todo o país, sem nenhuma confiança na Justiça. Confiamos apenas na força da nossa mobilização para arrancar justiça e pela punição dos responsáveis pelos assassinatos. Pelo fim dos tribunais militares! Lutamos pelo julgamento dos policiais por júri popular e pelo fim da polícia, essa instituição racista e assassina;
- Lutar contra o PL do Marco Temporal, em defesa da demarcação de terras para indígenas e quilombolas!
- Lutar contra os discursos nacionalistas e xenófobos contra os imigrantes. Reafirmamos todo apoio aos trabalhadores imigrantes africanos, haitianos, bolivianos e venezuelanos;
- Igualdade de direitos para todos os trabalhadores aposentados!

Assinam essa tese:

Matheus Correia - IB

José Augusto Salim - IB

Rafael Porto - IG

Rafael Prieto - DAC

Adriana Agostinho - HC

Juliana Sideri - IB

Aline Cristina - IB

Guilherme Righetto – IFCH

Marcos Aurélio – DAC

Junior Caetano - FE

Fabiana de Lourdes - FE

Luiz Henrique Gonzaga Ribeiro – IB

Natália Mantovan – FENF

UNIFICAR AS LUTAS PARA ENFRENTAR A CRISE ECONÔMICA E GARANTIR A DEMOCRACIA

O Congresso do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU) é um momento de extrema importância em que técnicas e técnicos administrativos da Universidade têm a oportunidade de decidir os rumos da nossa entidade e da nossa luta. Nesta última década, muitas mudanças ocorreram no Brasil e nas universidades públicas, impactando diretamente a vida das brasileiras(os). O Travessia Unicamp, que compõe o coletivo sindical e popular Travessia Nacional (que integra a direção da Fasubra), preparou uma tese com propostas a serem debatidas com a categoria, levando em consideração os desafios que estão postos diante da atual conjuntura de crise econômica, política e ambiental em nosso país e no mundo.

Para o Travessia, uma das prioridades nos próximos anos é *recuperar a independência do STU frente à reitoria*, de modo a conquistar reivindicações históricas da nossa pauta específica, que vem sendo ignorada pela reitoria, impedindo melhorias e avanços em nossos direitos. Nossas prioridades são: recuperar as perdas salariais desde maio de 2012 (14,8%); impedir a implantação do Ponto Eletrônico (PE) na Unicamp; construir uma carreira digna, que não acirre a competição entre trabalhadores(as), baseada no modelo proposto pelo STU/Fasubra; lutar pela redução da carga horária de trabalho, sem redução dos salários, e pela regulamentação do trabalho remoto; erradicar o assédio moral e todas as formas de retaliação contra funcionários(as); garantir a extensão de benefícios aos aposentados(as); defender melhores condições de trabalho na Área de Saúde e o SUS; garantir o cumprimento da legislação para pessoas com deficiência na Unicamp; lutar pelos direitos dos terceirizados e pela abertura de concursos públicos; e ampliar nossa participação no Consu e demais colegiados, para termos uma Universidade efetivamente democrática.

A partir da conjuntura nacional e internacional, a tese do Travessia Unicamp quer discutir o papel do STU na construção de um novo modelo de universidade, que inclua e valorize o papel dos técnicos(as) administrativos(as), cujo trabalho é imprescindível para o reconhecimento da Unicamp como uma das mais importantes universidades do país e da América Latina. Conheça nossas propostas e participe de nossas discussões.

Unicamp e suas transformações

Reconhecida como uma das melhores universidades da América Latina, a Unicamp perpetua uma política autoritária e antidemocrática, que privilegia apenas um segmento da comunidade: a classe docente. Na prática, estudantes e técnicos(as) administrativos(as) são relegados ao papel de coadjuvantes na Universidade. Façamos uma

análise das últimas gestões. Após chegar ao gabinete da reitoria, em 2017, Marcelo Knobel iniciou uma política de cortes e austeridade na Unicamp, supostamente para cobrir o rombo fiscal causado pelo seu antecessor, José Tadeu Jorge: aumentou o valor do bandeirão, congelou salários e benefícios, ampliou a terceirização e cortou 30% das GRs. Em contrapartida, aumentou o salário de quem estava acima do teto. Já Tom Zé chega à reitoria em 2021, em uma conjuntura de enfrentamento ao bolsonarismo dentro e fora da Universidade. Afirmava nos debates que abriria o diálogo com as entidades e que defenderia a Unicamp dos ataques do governo estadual, discurso que fez com que diversos setores progressistas apoiassem sua candidatura. Porém, o que se viu na prática foi uma política de desrespeito às entidades sindicais e de submissão ao governo do Estado e ao Ministério Público (MP), chegando a abrir mão da autonomia universitária quando assinou o TAC do Ponto Eletrônico.

Mesmo com caixa cheio, Tom Zé manteve a política de arrocho salarial, uma carreira adoecedora, não reconheceu o papel dos(as) aposentados(as), deixando de cumprir a maior parte de seu programa. Sua gestão será para sempre lembrada como a responsável pela instalação do Ponto Eletrônico, que atinge apenas os(as) técnicos(as) administrativos (PAEPs). A resposta da categoria foi a greve de 2023, que desnudou as mentiras de Tom Zé, mostrando a falta de diálogo e de democracia na Unicamp.

Para tentar controlar a emergente insatisfação da nossa base, o reitor apresentou uma política compensatória de auxílios e benefícios, que não têm impacto na folha de pagamento. Seguindo rigorosamente a cartilha do governo Tarcísio, Tom Zé defende uma universidade focada apenas nas atividades-fim (ensino e pesquisa), buscando recursos junto à iniciativa privada, distorcendo o conceito de universidade pública: um projeto de universidade que exclui os(as) funcionários(as), reduz postos de trabalhos e amplia a terceirização, como acontece na USP.

Segundo a professora Marilena Chauí, as universidades estaduais paulistas passam por uma transformação preocupante: em vez de instituições sociais, tornaram-se organizações sociais, em que tudo gira em torno da prática da administração, em que interesses privados se impõem aos interesses públicos. Há uma homogeneização das organizações em curso, que entende que a universidade pública deve ser administrada como qualquer outra empresa ou instituição privada.

O conjunto de erros cometidos por setores da reitoria - como é o caso da Procuradoria Geral (PG) na mudança de regime e no acordo do Ponto Eletrônico, causando prejuízos à Universidade e à vida das pessoas; da Prefeitura do Campus na questão dos fretados; e da DGRH, que não

consegue apresentar ações concretas para conter o aumento dos casos de assédio moral e o adoecimento dos trabalhadores - mostra que a continuidade desta política significa uma derrota histórica para o STU.

O coletivo Travessia defende uma plataforma programática com vinte propostas iniciais, que discute a democracia na Universidade e convida a categoria PAEPE a ampliar a participação nas lutas pela nossa pauta específica. É fundamental a organização e a unidade dos(as) trabalhadores(as), para que o STU represente os interesses da base, por um projeto que dispute, de verdade, um modelo de universidade voltado para a sociedade.

Balanço do STU

A gestão da diretoria do Sindicato está chegando ao fim, infelizmente sem ter conseguido implantar ações para reaproximação com a categoria e ampliação da mobilização da base.

Para o Travessia, isso ocorre porque optou-se por um modelo de “sindicato de resultados”, em detrimento de um “sindicato de luta”, fruto do posicionamento político dos dois grupos majoritários na direção do STU (Alerta e Avante, os mesmos grupos que apoiaram a candidatura de Cesinha).

Um exemplo claro deste “sindicalismo de resultados” foi a condução greve do Ponto Eletrônico em 2023, em que a corrente majoritária, aliada a setores orquestrados pela direção do IFCH e ADunicamp, preferiu se submeter a uma “proposta menos pior” de acordo sobre o Ponto Eletrônico, minando a greve até que ela fosse encerrada – o Travessia foi o único coletivo do STU a defender o fortalecimento da mobilização pela base, entendendo que o debate sobre o Ponto não diz respeito ao “controle de frequência”, mas sim envolve a discussão sobre o modelo de universidade que queremos e a necessidade de medidas para a democratização da Unicamp.

A corrente majoritária do sindicato não soube conduzir a gestão, com a ausência de uma política concreta para a categoria: não realizou a eleição do Conselho de Representantes (CR), se ausentou intencionalmente das plenárias da Fasubra, não investiu nas lutas mais gerais e apostou em um processo de aproximação com a reitoria e com a direção do Hospital de Clínicas (HC) para tentar resolver os problemas em “acordos de gabinete”.

Enquanto isso, coordenações do STU que tiveram participação direta de diretores(as) do Travessia - entre elas jurídico, aposentados, mulheres e cultura - avançaram em ações e propostas para melhoria da nossa entidade, como a mudança do escritório jurídico, a greve do PE, a comissão de mulheres para investigação das denúncias de assédio sexual, entre outras. Já na lógica do Alerta, o sindicato tem de fazer superávit, não pode ter gasto com a entidade nacional e muito menos investir em lutas paralelas de entidades aliadas, investindo o mínimo possível em mobilizações e greve, sem qualquer compromisso com atividades de formação política.

Fora isso, a linha política nesta gestão foi apostar nos conflitos internos da diretoria, para desgastar o modelo de proporcionalidade, ora vigente na entidade. Outro fator é a

explícita campanha ao candidato da reitoria, Cesinha, que só não foi um apoio de corpo e alma devido à presença do Travessia na direção, propondo um debate sobre programas e sobre o modelo de universidade que queremos, em contraponto ao adesismo imediato.

Para o Travessia, o modelo patronal de sindicalismo, defendido pelas correntes majoritárias, deve ser combatido por aqueles que acreditam num sindicalismo de luta, tal qual existia no final da década de 1980.

Greve contra o Ponto eletrônico - Um capítulo à parte

Essa greve e mobilização só ocorreu após um longo debate em que o coletivo Travessia teve de convencer as correntes majoritárias da direção do STU sobre o impacto que o PE causaria na vida dos trabalhadores. Ainda assim, o coletivo majoritário, aliado a setores de oposição orquestrados pela direção do IFCH e ADunicamp (que fazem parte do grupo de apoio a Tom Zé/Cesinha), preferiu minar a greve - a falta de rumo político era visível nas assembleias e nas atividades de greve.

Como apontado pelo Travessia, o modelo de universidade proposto pela reitoria é de total submissão ao governo do Estado: abre mão da autonomia universitária, reduz o número de PAEPE, aumenta a terceirização, arrocha salários e destina recursos financeiros apenas para a categoria docente, pesquisas e custeio.

Por isso, defendemos um sindicato autônomo e verdadeiramente independente da reitoria, filiado à Fasubra, e um novo modelo de universidade que respeite todos os segmentos, garantindo direitos e conquistas para os(as) servidores(as). Nesse sentido, o Travessia propõe:

- Um sindicato de fato independente e autônomo da reitoria;
- A criação de uma escola de formação política no STU, baseada no modelo para classe trabalhadora;
- A manutenção da proporcionalidade;
- A construção de uma plataforma política que discuta o modelo de universidade, para disputar com os demais segmentos;
- A construção de uma estatuinte paritária;
- Uma agenda de assembleias universitárias que debata os rumos da universidade pública;
- A organização dos trabalhadores pela base, com comissões por local de trabalho.

A proporcionalidade como princípio fundamental na atual conjuntura

A proporcionalidade faz parte do DNA do STU. Ainda nos tempos de Assuc, em 1990, a oposição ganhou a direção da Associação, com a montagem de uma chapa proporcional aprovada em convenção prévia. Já o STU viveu a primeira experiência do tipo na década de 1990, com a participação de cinco chapas, modelo que foi mantido durante três gestões. Diante da atual conjuntura, o Travessia segue defendendo a proporcionalidade como um modelo mais democrático de gestão sindical, que amplia a participação da categoria e suas diferentes correntes políticas na entidade.

A atual gestão do STU é regida pela proporcionalidade, qualificada na base, em que as chapas que atingem 10% dos votos na eleição têm direito a um número proporcional das 27 cadeiras da Direção do Sindicato.

Entendemos que este modelo é um avanço na atual conjuntura: a proporcionalidade não pode ser vista como empecilho para a construção da luta, uma vez que o sindicato deve ser uma FRENTE DE TRABALHADORES e não uma correia de transmissão de um grupo para o reitor de plantão.

Se este Congresso aprovar o fim da proporcionalidade, corre-se o risco de o grupo que estiver à frente do STU transformar a entidade em “um puxadinho da reitoria”, principalmente se o candidato da situação, apoiado pelas correntes majoritárias, for eleito na consulta para a reitoria de 2025.

Por isso, o Travessia defende que a proporcionalidade seja mais uma vez referendada no Congresso, garantindo a representação democrática dos trabalhadores da Unicamp dentro da nossa entidade. Este é um caminho para estabelecer o equilíbrio dentro da direção do STU, não tendo como principal objetivo a disputa política pelo poder, mas sim a defesa democrática de todos os trabalhadores.

Conselho de Representantes/CR

O Conselho de Representantes (CR) do STU é a expressão da busca da participação ativa da base no sindicato. Infelizmente, nos últimos anos este espaço está carente de política e de participação. Também é necessário criar comissões por local de trabalho para que o STU possa estar mais próximo da categoria e atender as suas pautas locais. Precisamos resgatar o CR como um fórum que contribui para vida ativa da nossa entidade, delegando a ele as tarefas políticas que aproximem a direção do STU da categoria. DEFENDEMOS:

- Eleição do CR ainda em 2025;
- Criação de comissões por local de trabalho.

Aposentados(as)

Desde a Reforma da Previdência no início dos anos 2000 os aposentados vêm sendo vistos apenas como um peso na folha de pagamento das universidades. Na Unicamp, o número de aposentados cresceu e a reitoria praticamente deu as costas a esses trabalhadores que construíram a universidade.

Neste sentido, lutamos para que os aposentados tenham os mesmos direitos dos trabalhadores da ativa, com extensão dos benefícios, e que existam políticas socioculturais para este segmento. Defendemos:

- Fortalecimento do Departamento de Aposentados do STU;
- Extensão dos benefícios para os aposentados(as);
- Que coordenadores do Departamento de Aposentados sejam aposentados;
- Ampliação a relação sociocultural dos aposentados com o STU;
- Promover Encontro de Aposentados da Unicamp;
- Melhorar diálogo com aposentados(as) e uma

política de acolhimento;

- Participação ativa nos fóruns, eventos e espaços políticos deste segmento, priorizando a participação de servidores aposentados(as).

Uma só universidade: os demais campi

As unidades externas (Limeira, Piracicaba, Cotuca e Cotil, CPQBA e CIS Guanabara) merecem políticas permanentes que permitam acompanhar de perto seu cotidiano para que possamos responder aos anseios dos trabalhadores que, muitas vezes, se veem isolados e esquecidos pela Universidade e pelo próprio sindicato.

O exemplo disto é a tentativa de desvincular o Hospital de Sumaré (HES), a falta da extensão de atendimento do Cecom nas unidades externas e a congregação dos trabalhadores do campus sede com os demais campi. Defendemos:

- A criação das subsedes nos demais campi;
- Atendimento jurídico presencial;
- A figura do diretor itinerante;
- Atividades culturais e esportivas;
- A extensão de atendimento do Cecom nas unidades externas;
- Parcerias com as associações de Limeira e Piracicaba;
- Realização de seminário para definir políticas e ações junto aos campi externos;
- Plenárias mensais e permanentes nas unidades externas;
- Boletim eletrônico específico para estes campi;
- Pontos de mídia digital nos locais de acesso dos trabalhadores.

Funcamp e os trabalhadores terceirizados

Precisamos separar o debate sobre a Funcamp e os Trabalhadores da Funcamp. Entendemos que os trabalhadores da Funcamp são da Unicamp! Desde 1999, com a mudança do modelo de universidade que acabou com setores e com trabalhadores de níveis básico da carreira, com a argumentação de que era mais rápido e barato para a universidade terceirizar, criou-se um segmento diferenciado na Universidade.

Junto com ele diversos problemas vêm se acarretando, como: a alta rotatividade dos trabalhadores, empresas que não pagam corretamente e que não respeitam os direitos trabalhistas, adoecimento e acidentes dos trabalhadores. Esses são alguns dos elementos que o sindicato tem acompanhado: embora não represente juridicamente este segmento, o STU por diversas vezes foi chamado a acompanhar mobilizações e a intermediar negociações junto à reitoria. A luta dos trabalhadores da Funcamp tem sido uma pedra no sapato dos gestores e da reitoria, mas as reivindicações têm se dado através de denúncias, ações trabalhistas e também por demissões arbitrárias.

É necessário que o STU retome a ação de representatividade dos trabalhadores terceirizados da Unicamp, debata o papel da Funcamp frente às contratações de empresas terceirizadas, e lute para a abertura de concurso público em todas as áreas da universidade. Assim,

propomos:

- Acolhimento dos trabalhadores criando comissões por local de trabalho;
- Realizar reuniões periódicas com os trabalhadores em seu local de trabalho;
- Criar um boletim próprio para o segmento;
- Formar comando de mobilizações;
- Atuar nas greves dos trabalhadores terceirizados, dando estrutura, apoio político e jurídico;
- Curso de formação sindical;
- Apoio estrutural jurídico e político aos trabalhadores terceirizados;
- Lutar para mudar o papel da Funcamp junto à Unicamp;
- Fim da terceirização e imediata abertura de concurso público.

Um olhar atento na Área da Saúde

Os Hospitais Universitários no Brasil são de grande relevância no cenário nacional para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da inovação na assistência em saúde da população brasileira. Atualmente, somos em torno de cinquenta instituições funcionando como centros de formação de recursos humanos e de desenvolvimento de tecnologia para a área de saúde.

A efetiva prestação de serviços à população possibilita o aprimoramento constante do atendimento e a elaboração de protocolos técnicos para as diversas patologias. Isso garante melhores padrões de eficiência à disposição da rede do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, os programas de educação continuada oferecem oportunidade de atualização técnica aos profissionais de todo o sistema de saúde.

Os hospitais universitários apresentam grande heterogeneidade quanto à sua capacidade instalada, incorporação tecnológica e abrangência no atendimento. Todos desempenham papel de destaque na comunidade onde estão inseridos.

Os HUs sempre tiveram como maior desafio a manutenção do financiamento adequado pelo estado brasileiro, situação reflexo da política econômica neoliberal, a qual não compreende a importância das políticas públicas para garantia dos direitos sociais.

Na Área de Saúde da Unicamp, há problemas que vão desde questões salariais, condições de trabalho, assédio moral, acúmulos de tarefas, tripla jornada de trabalho e doenças ocupacionais. Com mudanças imperceptíveis aos olhos dos trabalhadores, as novas ferramentas de trabalho e a dinâmica de funcionamento mudaram tanto as relações pessoais (devido à sobrecarga de trabalho), quanto o ambiente (devido às reformas para expansão do atendimento). Isto se deve à postura de sucessivas administrações que buscaram barrar a organização dos trabalhadores naquela área.

Agora, a reitoria retoma o Ponto Eletrônico, que sobrecarregará ainda os trabalhadores. É necessário que o STU instale sua subsede na área de saúde e que organize os trabalhadores com ações periódicas, dando atendimento

político, jurídico e toda assessoria necessária para enfrentamento das chefias que assediam os trabalhadores.

Enfim, verificamos a necessidade de nos voltarmos, enquanto trabalhadores dos HUs, à proposta de um projeto de Hospital já construída coletivamente através do STU em conjunto a Fasubra e, em cada Unidade Hospitalar, disputar a concepção política de gestão pública, com o objetivo principal de garantir um ensino, pesquisa e assistência inovadora de forma participativa, pública, gratuita e socialmente referenciada. Para tanto, propomos:

- Abertura imediata de concurso, para reposição dos quadros;
- Abertura da subsede na área de saúde;
- Atendimento jurídico uma vez por semana;
- Criar um projeto de Hospital através do STU em conjunto a Fasubra;
- Lutar para consulta paritária para escolha do diretor da HC, CAISM etc.
- Não à desvinculação do Hospital de Sumaré (HES);
- Não à Fundação da Área de Saúde.

UMA NOVA COMUNICAÇÃO PARA UMA NOVA ENTIDADE

A imprensa no sindicato é um órgão fundamental e estruturante. Neste sentido, para além de pensar as tarefas e frentes a serem cobertas pela assessoria de imprensa, é fundamental pensar qual imprensa queremos no STU. É necessário que o STU compreenda a comunicação como prioridade, como impulsionador da luta sindical e do enraizamento da entidade na base, indo além do conjunto de suas mídias.

Precisamos de uma equipe de imprensa que esteja conectada com a categoria e seus anseios, se responsabilize por respondê-la e que seja a vitrine da entidade. A imprensa do STU precisa estar atenta à atividade cotidiana da direção sindical, em preocupação permanente com a formação política da categoria e com a organização sindical (visitas às bases e difusão dessas atividades de forma organizada e analítica – não apenas informativa -, divulgação de informações de interesse dos trabalhadores, ainda que não diretamente relacionados com as questões sindicais específicas, geração de conteúdo diferenciado, não só em termos de formato, e acompanhamento das redes sociais).

Com a crescente informatização da vida, temos que entender que a entidade, se não assumir o protagonismo imediato e in loco da comunicação das atividades, outros o farão, e de forma por vezes confusa e dispersa, afinal, nessa “era de informação digital”, a produção de conteúdos não é exclusividade da grande mídia e nem das entidades. Precisamos entender as mídias instantâneas como uma ferramenta de auxílio da luta sindical, e “sairmos na frente” na constituição de conceitos e pautas coletivas que dizem respeito à categoria. Além disso, é preciso entender tais ferramentas como importantes aliados no estreitamento de laços entre a categoria e a direção, e entre o STU e demais movimentos de esquerda, sem esquecer que, assim como as redes sociais são importantes aliados na comunicação, elas também apresentam limitações.

O perfil de tamanho dos textos e de caráter instantâneo não permitem grandes debates e um aprofundamento linear de discussão. Para estas demandas, os instrumentos mais importantes continuam a ser o jornal e a revista, que permitem aprofundar as discussões, conectando debates e se abrindo para intervenções da categoria, não somente da direção da entidade.

A diversificação das mídias do sindicato ajuda de imediato à propagação das atividades e políticas da entidade. Além de uma equipe de mídia comprometida com os trabalhadores da Unicamp, é fundamental que o conjunto dos diretores responsáveis pela coordenação de imprensa assumam de uma vez por todas a tarefa de formar e informar a categoria, sem boicotes às ferramentas, sem lavar as mãos sobre suas responsabilidades, enfim, sendo dirigentes de fato. Propomos:

- Reformulação e modernização do site e demais mídias do STU (vídeos, revistas, cartazes, podcasts, debates online)
- Regularização do jornal bimestral, com espaço para o trabalhador escrever/publicar;
- Criação pontos de acesso a notícias e informação pelo campus;
- Boletim para as notícias de caráter mais imediato e agitado;
- Publicação de textos na grande mídia e nas mídias alternativas;
- Reportagens e entrevistas relevantes para classe trabalhadora;
- Divulgação de atividades políticas e culturais de interesse da categoria;
- Criação de uma equipe in loco de ao menos 3 funcionários para a imprensa do STU.

CULTURA E ESPORTE

O STU já foi bastante atuante na questão de cultura e esporte. Hoje, infelizmente, estas duas frentes estão quase imperceptíveis na nossa entidade. A falta de compreensão de que cultura e esporte fazem parte da vida de uma entidade e que contribuem para socialização dos trabalhadores faz com que o sindicato perca associados e se concentre apenas na luta política imediata.

A Cultura e a Arte são ferramentas poderosas de expressão, resistência e mobilização na luta sindical: através da música, literatura, teatro, pintura, fotografia e outras formas de arte, os trabalhadores conseguem transmitir suas mensagens, comunicar suas culturas, conscientizar a população e fortalecer a união em prol da defesa dos seus direitos.

O coletivo Travessia idealizou, implantou e coordenou o Sind Hour durante a gestão 23/25 do STU, fortalecendo a oportunidade de encontros entre funcionários na sede do Sindicato, uma iniciativa que aproximou o STU dos trabalhadores e permitiu que muitos conhecessem sua nova sede. Além disso, a preservação do patrimônio cultural na luta sindical é uma forma de defender a memória e legado das lutas passadas, inspirando as gerações futuras a continuarem o combate por melhores condições de

trabalho e justiça social. Através de filmes, documentários e obras literárias, é possível manter viva a história do movimento sindical e destacar a importância da solidariedade e da organização dos trabalhadores.

A exposição fotográfica em homenagem à Semana da Mulher, em março de 24, é um exemplo dessa iniciativa. Em resumo, ao valorizarmos e apoiarmos as práticas desportivas e a expressão artística nos movimentos sindicais, contribuimos para uma sociedade mais justa, igualitária e solidária. Assim, defendemos:

- Que o STU promova uma programação cultural ativa e descentralizada, que ultrapasse os limites da Universidade e alcance os trabalhadores onde quer que estejam. Considerando que grande parte dos funcionários da Unicamp reside longe do campus, é fundamental que essas atividades sejam planejadas de forma acessível, tanto em horários quanto em locais estratégicos. Assim, fortalecemos o vínculo da categoria com o sindicato e incentivamos a participação contínua em suas atividades.
- Realização de plenárias e seminários de construção de política de esporte e cultura;
- Criação de grupos permanentes de dança, teatro, coral, maracatu, samba e bloco carnavalesco, bateria para greve;
- Utilização de espaços na Unicamp para criação de um cineclube;
- Um time permanente de futebol do sindicato;
- Retomada das Olimpíadas do STU e torneios esportivos, para além do futebol;
- Prática de esportes de salão;
- Parceria com clubes em Campinas, para realização de atividades culturais e esportivas;
- Criação de academia para aposentados e aposentados;
- Política de esporte para mulheres.

NÃO AO ASSÉDIO MORAL NA UNICAMP!

Nos últimos anos, servidores(as) da Unicamp têm sofrido brutal assédio por parte de alguns chefes, que utilizam de seu poder discricionário, ou seja, de punir os servidores, utilizando o “poder” para perseguir e criar todas as formas de obstáculos, perseguição e constrangimentos. Não são raros os casos em que os servidores entram em depressão, diante das calúnias, difamações e constrangimentos no local de trabalho.

O mais grave: quando os servidores tomam a iniciativa de denunciar os abusos junto à DGRH, não raramente tem ocorrido a inversão de responsabilidades, colocando servidores (vítimas) como culpados, que passam a responder Comissão Processante Permanente na condição de assediador ascendente, tudo isso para constranger e intimidar funcionários que sofrem assédio moral.

Por isso, o STU deve encaminhar nova denúncia junto ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E JUNTO A OIT (Organização Internacional do Trabalho), visando cessar tal situação, cada vez mais insustentável. Além de fazer

campanha permanente contra o assédio do local de trabalho e denúncias permanentes na base social e na Sociedade em especial junto às instâncias deliberativas da Unicamp, exigindo imediatas medidas, além de palestras com a Comunidade Universitária a respeito da situação. Assim, propomos:

- A revisão do TAC do assédio moral junto MPT;
- Criação de uma instância independente da reitoria para apuração de casos de assédio com a participação das entidades de classe;
- Acompanhamento pelo STU de todos os casos de adoecimento no trabalho causados pelo assédio moral;
- Reformulação e reedição da cartilha do STU sobre assédio moral;
- Punição imediata aos assediadores;

TRABALHADORES COM DEFICIÊNCIA: NENHUM DIREITO A MENOS!

Desde a homologação da Constituição da República de 1988, o amparo à pessoa com deficiência também está presente nas relações de trabalho. Garantido na Consolidação de Leis do Trabalho (CLT) e, garantido no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015). De acordo com o estatuto, pessoa com deficiência é “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. A Unicamp, pouco tem se atentado no que determina a lei, quando se trata deste tema e só atua de forma efetiva quando provocada nos Conselhos decisórios, no MP, ou ações judiciais. Isso demonstra que a universidade não tem nenhuma política efetiva para atuar nesta área. O STU recebe periodicamente denúncias de descumprimento de leis e normas estabelecidas para atender os trabalhadores com deficiência, seja na questão de adequação de carga horário, condições de trabalho, mobiliário, e outros pontos previstos em lei. Até mesmo avaliação em processo de concurso público tem apresentado problemas. Cabe lembrar, que as cotas no concurso público estão previstas no artigo 37, inciso VIII, da Constituição da República. Nos termos do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei 8.112/1991, artigo 5º, parágrafo 2º), até 20% das vagas oferecidas nos concursos devem ser reservadas a pessoas com deficiência. O mesmo percentual se aplica aos cargos cujas atribuições sejam compatíveis com as deficiências dos servidores. O regime jurídico dos servidores também assegura ao servidor com deficiência a concessão de horário especial, quando a necessidade for comprovada por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário (artigo 98, parágrafo 2º). Exemplo disto é o caso recente de uma trabalhadora na USP que adquiriu na justiça o direito de ter horário adequado para cuidar do seu filho autista. Aqui na Unicamp, além do STU, existem outros coletivos de trabalhadores e estudantes que lutam para garantir o direito

dos trabalhadores com deficiência para que possam exercer suas funções com qualidade. É fundamental que a reitoria da universidade abra de fato as portas para acolher este segmento, não basta cumprir a cota de vagas no concurso público, se não garantir a permanência desses servidores, dando total apoio, garanta a infraestrutura necessária para que não haja discriminação e nem perseguição a estes trabalhadores. O coletivo TRAVESSIA, defende uma universidade democrática e inclusiva, que resolva os problemas das pessoas com deficiência no trabalho, e garanta todos os seus direitos sem discriminação e assédio. Para tanto, propomos:

- Que STU defenda os direitos dos trabalhadores com deficiência na Unicamp;
- Que o STU crie um departamento para gerar política para este segmento;
- Que o STU elabore uma cartilha orientando sobre os direitos das pessoas com deficiência;
- Que o STU, realize palestras, debates e seminários com vista a um encontro dos trabalhadores com deficiência;
- Que o STU promova uma agenda permanente com a reitoria, para discutir os problemas dos trabalhadores com deficiência;
- Que o STU pressione a reitoria para que cumpra o que esta prevista em lei e garanta o direito dos trabalhadores com deficiência.

MUDANÇAS ESTATUTÁRIAS

O Estatuto de nossa entidade está superado para a nova realidade da classe trabalhadora. Questões como reorganização das coordenações, punições a diretores que não cumpre o estatuto, regras contra possíveis assédios, dentre outros elementos. Defendemos um estatuto que atenda a realidade de nossa entidade e crie condições para que nosso sindicato seja mais democrático, aqui segue algumas propostas de mudança estatutária:

- Artigo 48 - § 2º. De 30% para 50%;
- Artigo 49 – Diminuir período de 6 meses para 3 meses;
- Artigo 50 – Diminuir período de 3 meses para 2 meses;
- Artigo 74 – suprimir
- Incluir: Deveres dos diretores. O diretor eleito, seja indicado e assuma cargos na reitoria, será desligado imediatamente da gestão.
- Incluir nas disposições transitórias:
- Diminuição para 09 coordenações no STU
- Criação de Departamentos para maior participação da base;
- Criação e núcleos permanentes;
- Criar a instância de assembleias virtuais;
- A Dissolução do STU só poderá ocorrer através de um congresso extraordinário, convocado exclusivamente para este fim, com decisão de 2/3 de seus delegados (as);
- Em caso de Dissolução do STU, seu patrimônio se destinará ou distribuído de acordo com a resolução

do congresso de dissolução.

PLANO DE LUTAS

- Lutar em defesa da democracia;
- Lutar contra o desmonte do estado do governador Tarcísio
- Lutar pela desmilitarização da PM;
- Lutar pela pauta específica dos trabalhadores da unicamp;
- Contra o Ponto Eletrônico;
- O STU em conjunto com FASUBRA realizem ações de formação sindical, para refletir sobre o histórico do movimento sindical, visando o debate sobre a importância de se construir o sindicato e ações coletivas em defesa da Universidade Pública, valorização da carreira e demais pautas
- Fora as tropas Brasileiras do Haiti -Organizar os trabalhadores das universidades públicas junto com a FASUBRA -Repudiar a intervenção militar dos países desenvolvidos no norte da África o no oriente
- O STU deve apoiar participar e propor de iniciativas de agenda de mobilizações dos trabalhadores em 2025 em defesa da universidade pública e dos trabalhadores em geral contra a retirada de direitos;
- O STU deve lutar em conjunto com os movimentos populares em defesa da reforma agrária
- O STU deve lutar em defesa do meio ambiente em defesa da água;
- O STU deve manter sua autonomia e independência frente à reitoria e oposição à atual reitoria

Cesinha/Coelho

- O STU deve ser oposição aos governos Dario Saadi, Tarcísio que atacam aos direitos dos trabalhadores;
- O STU deve defender a democracia, manter sua crítica a linha política do governo Lula e lutar pela mudança de agenda do governo que atenda os trabalhadores.
- O STU deve unificar as lutas com os estudantes na Unicamp.
- Incorporação integral das propostas da Comissão de Mulheres que apurou denúncia de assédio sexual no STU.

Em razão do limite de tamanho da tese, os demais temas estarão contemplados nos textos de contribuição ao congresso.

Assinam esta tese os diretores do STU, que compõem o coletivo Travessia:

Beto Roldan (IA)
Bianca Zupirolli (Fasubra)
Jéssica Vega (Aposentada/DEDIC)
Juliana Oshima Franco (SEC)
Maria Edith Almeida (Caism)
Marli Armelin (DEDIC)
Rafael Cabelo (DETIC)
Sandra Ramos (Aposentada/CDC)
Toninho Alves (PRG)
Vicente Estevam (FE)

E também: Ângelo Barreto (IFGW), ex-diretor do STU, e todos os companheiros e companheiras que constroem o Travessia Unicamp (www.travessiacampinas.com.br).

TESE ALERTA UNICAMP PARA O XIV CONGRESSO DO STU

Depois de vários anos sem realizar Congresso, o STU volta a realizá-lo, medida que o ALERTA UNICAMP saúda. A luta dos trabalhadores sempre ganha quando há na categoria uma capacidade de análise da conjuntura e a definição das estratégias, combinados com planos de lutas e fortalecimento da organização. É esse o papel do Congresso.

Aproveitamos esse momento também para prestar homenagem ao nosso companheiro Marcílio Ventura, que nos deixou em 2022. Marcílio esteve presente como trabalhador da Unicamp em todos os Congressos do nosso sindicato e foi figura importante na construção e consolidação do STU. Marcílio Ventura, Presente!

Um retrospecto dos acontecimentos no mundo nas últimas décadas

Quando em 1991 os Trabalhadores fundaram o sindicato em seu I congresso, herança da ASSUC que já existia como instrumento de lutas, estávamos naquele momento vivenciando a definição de uma nova ordem mundial. O império americano, com o fim da URSS, se assume como “xerife do mundo” e impõe uma ordem econômica conhecida como neoliberalismo, cujo objetivo é uma acumulação desmedida do capital, através da desregulamentação estatal, da propriedade privada plena, do livre comércio, livre mercado e da financeirização da economia global. Essa nova ordem passou a ser hegemônica em todos os campos. Organismos internacionais como Banco Mundial e FMI, impuseram as regras do neoliberalismo pelo mundo.

No Brasil, essa lógica começou no governo Collor, mas foi o mantra do Governo FHC que seguiu à risca esse modelo durante o período no qual os tucanos tiveram a frente do governo federal. Nesse contexto começaram os processos de privatizações, das terceirizações e da precarização do trabalho. Os trabalhadores da Unicamp sentiram isso na pele.

Mas houve muita resistência em todo mundo. Os Trabalhadores, juntamente com os diversos movimentos sociais, se organizam, lutam e levantam pautas que fortalecem a inclusão, a defesa de direitos, da soberania dos países e da articulação de mercados regionais. Desse movimento surgem governos progressistas e democráticos como Lula em 2002 e vários outros pela América Latina.

A ofensiva neoliberal, marcada por um mundo unipolar controlado pelos EUA e seus asseclas, geraram guerras e crises que culminaram com o empobrecimento de nações e povos. As guerras mais recentes foram contra os palestinos, utilizando o sionismo fascista, e a Guerra por procuração na qual a OTAN utilizou a Ucrânia, para avançar nos seus interesses militares na fronteira com a Rússia. A Rússia não só vence a guerra como desmoralizou as sanções impostas,

se ancorando em novas relações comerciais.

A China, dirigida pelo Partido Comunista, foi inserida na globalização, mas nos seus termos e voltada para um desenvolvimento com base principalmente na força dos Estado. Seu socialismo do Século XXI ameaça a hegemonia dos EUA, fazendo da China o principal polo econômico e tecnológico do mundo, refletido na eliminação da pobreza, no fortalecimento dos trabalhadores e numa modernização sem precedentes daquele país. Também possibilitou novas relações comerciais baseada no sul global e fora do circuito do neoliberalismo e suas instituições. A formação dos BRICS, inicialmente contando com Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, agora é ampliada a mais países. Além disso, a retomada da Rota da Seda, que marcou a história da China, é emblemática nas novas relações comerciais assistidas pelo mundo.

Num cenário de crise da hegemonia americana, Trump volta ao poder. Quando foi governo na pandemia, e aqui no Brasil tínhamos Bolsonaro, Trump bradou: toda vacina seria primeiro para os braços dos americanos. Enquanto isso, Bolsonaro zombava da situação por aqui. O tom de Trump hoje é parecido. O lema “Fazer a América Grande de Novo” se baseia em dar vazão à guerra cultural, reordenar os objetivos das oligarquias do país, dar tratamento de lacaios aos aliados, fustigar os imigrantes e concentrar as energias para conter os avanços da China. Nesse contexto há uma nova ordem mundial em curso

Propostas:

- O STU deve intensificar a solidariedade aos povos, além de denunciar e ser ativo na luta contra o genocídio do povo palestino, impetrado pelo sionismo fascista liderado por Netanyahu, com o apoio do imperialismo dos EUA;
- O STU deve acompanhar, promover debates e se solidarizar com a luta dos povos do continente Africano, que vêm travando uma luta intensa de emancipação do colonialismo Europeu, que ao longo de décadas espoliou o continente e fomentou divisões étnicas, deixando um rastro de pobreza e desigualdades;
- O STU deve acompanhar e dar visibilidade a COP 30, que será realizada em Belém (PA). Deve assumir o compromisso com a defesa ambiental e se somar a movimentos que cobram dos governos a defesa do meio ambiente. Deve denunciar o negacionismo ambiental que se fortalece com a eleição do Trump nos EUA. Além disso, deve cobrar da reitoria da Unicamp o engajamento na luta em defesa do meio ambiente, com ações que reverberem para além dos muros da universidade;

- O STU deve denunciar e debater a política de guerras permanentes do imperialismo dos EUA, que ao longo dos anos, acompanhado pela ação das BIG-TECH, vem derrubando governos, assassinando líderes políticos e promovendo ataques a soberania dos países e aos direitos dos povos.

Governo Lula com dificuldades para avançar

No Brasil o governo Lula 3, eleito com base em uma frente ampla e no compromisso com as instituições democráticas, contra o golpe, procura alavancar a economia e gerar empregos, tentando ao mesmo tempo manter as políticas sociais de combate à pobreza. Não consegue uma base de sustentação efetiva num parlamento conservador e se vê obrigado a muitas concessões. Há muita dificuldade de mobilização por parte dos movimentos sociais e o parâmetro das disputas está concentrado nas redes sociais.

A extrema direita golpista, agora também embalada pela vitória do Trump, continua com muita influência e tem no bolsonarismo sua principal referência. As cartas para eleição de 2026 estão na mesa. Há um risco grande de retrocessos se não houver nos partidos progressistas e nos movimentos sociais capacidade de unidade, mobilização e conexão com parcelas significativas da população que se encantaram com Bolsonaro e/ou se sentem excluídas do processo político.

Propostas:

- O STU deve se engajar na discussão das eleições 2026, considerando a força da direita e da extrema direita, amplamente vencedoras nas últimas eleições. É preciso defender e construir a unidade eleitoral, sobretudo para derrotar a extrema direita e o bolsonarismo. Mas é necessário, em paralelo, os movimentos sociais se afirmarem e se mobilizarem para um projeto que sirva aos trabalhadores e se conecte com um modelo de desenvolvimento focado na soberania nacional e na inclusão, sendo referenciado na valorização do trabalho;
- No debate para 2026 o STU deve impulsionar discussões com as demais entidades do campus, bem como com as Centrais sindicais, Partidos Progressistas, MST, MTST e demais movimentos sociais, além de se integrar mais a agenda da Frente Brasil Popular e Povo sem medo.

Tarcísio “afilhado” de Bolsonaro tenta ser seu herdeiro

Em SP, Bolsonaro deixou um afilhado. O atual governador Tarcísio faz questão de frisar isso. As privatizações desse governo foram escandalosas. Projetos como a escola militar mostram o quanto ele está comprometido com o bolsonarismo e a guerra cultural. As universidades públicas correm risco e, nesse momento, o governo Lula é um freio contra essa investida. No caso de SP há uma parte da base do governo segurando os ataques do bolsonarismo sobre as universidades com receio de desgastes. Mas há sinalizações que pavimentam o caminho para o estrangulamento financeiro do ensino superior público, para depois atacar a autonomia e retroceder nas conquistas sociais, bem ao

gosto da guerra cultural desejada pelo bolsonarismo e manifestada por Trump nos EUA.

Propostas:

- As entidades e o Fórum das Seis precisam estar muito atentos a esses processos. É necessário intensificar o diálogo com os movimentos e cobrar dos reitores e do CRUESP uma postura de compromisso com a universidade, suas conquistas e juntar forças para derrotar esse projeto;
- Lutar para garantir o financiamento das Universidades após a Reforma Tributária, garantindo que o montante (atuais 9,57% do ICMS) componha a base em um percentual fixo equivalente da Receita Tributária Líquida do Estado de São Paulo;
- Derrotar Tarcísio e o bolsonarismo em SP é tarefa fundamental. O STU deve somar forças com servidores e os movimentos sociais para barrar a saga privatista do governador, denunciando e construindo mobilizações. A greve das universidades, juntamente com o funcionalismo público estadual para derrotar esse projeto privatista deve ser colocada num horizonte próximo;
- STU deve denunciar os ataques à educação do governo Tarcísio, fortalecer o movimento contra a PEC 09 que corta mais de R\$ 10 bilhões da educação em SP e fortalecer a luta contra a privatização das escolas. A greve aprovada pela Apeoesp para enfrentar Tarcísio deve ser vista como “ponta de lança” para unidade dos trabalhadores nesse enfrentamento.

A Unicamp em Movimento

Nosso último Congresso foi em 2015. De lá pra cá muitos acontecimentos foram determinantes para os rumos do Brasil e da Unicamp. Há um marco importante na Unicamp que foram as mobilizações de 2016. O golpe institucional impetrado contra a presidenta Dilma foi mais uma ação de intervenção pelo mundo que serviu aos interesses dos EUA. No Brasil, além de abrir caminho para a extrema direita chegar ao poder com Bolsonaro, também criou a grande fraude jurídica conhecida como “lava-jato”, cuja consequência foi o desmonte de um projeto nacional de desenvolvimento em curso. O ápice dessa fraude jurídica foi a prisão de Lula em março de 2018, articulada por promotores e juízes agindo politicamente a serviço dos interesses dos EUA. As denúncias do “The Intercept Brasil” foram reveladoras desse conluio jurídico, o qual culminou com a vergonhosa indicação de Sérgio Moro a ministro da justiça de Bolsonaro.

Voltando a 2016 na Unicamp, houve, principalmente nas universidades públicas brasileiras, uma forte reação da juventude ao golpe e a ameaça de retrocessos democráticos. Aqui na Unicamp, as frequentes políticas de inclusão já permitiram uma mudança significativa na composição da Unicamp, mas ainda havia resistências à implantação de uma política de cotas. A greve dos estudantes foi um marco fundamental nas mobilizações da Unicamp naquele momento, embandeirados da luta contra

o golpe e a implantação de uma política de cotas, a Unicamp assistiu a um dos maiores movimentos estudantis da sua história, tendo a participação de todos dos cursos e construindo formas de mobilizações mais radicalizadas, como a realização de piquetes em salas de aula e a ocupação da reitoria. Era uma resposta às ameaças à democracia dentro e fora da Unicamp, mas também ao avanço da extrema direita na ocupação dos espaços da universidade.

A mobilização dos estudantes aconteceu em sintonia com a campanha salarial e a greve puxada pelo Fórum das Seis. As lutas se intercalaram e assumiram dimensões importantes. Em um ambiente fortemente marcado pela ofensiva golpista da direita, com a mídia em ordem unida, manipulando as informações, parte dos funcionários e professores se colocaram contra a mobilização estudantil. O STU e a maioria da categoria se mantiveram firmes na luta e na defesa dos estudantes. Docentes alinhados contra a mobilização estudantil, chegaram a provocar uma assembleia na Adunicamp, com objetivo de colocar a entidade a favor de medidas punitivas aos estudantes. Numa das maiores assembleias da Adunicamp e num ambiente bastante polarizado venceu a proposta de apoio a mobilização dos estudantes e o entendimento que aquele movimento representava a defesa da democracia.

Ao final, a greve dos estudantes foi vitoriosa, garantindo um processo de implantação das cotas na Universidade e compromissos com a moradia estudantil. Para os técnicos administrativos e docentes não avançou a negociação salarial, mas o enfrentamento junto com os estudantes foi fundamental para impor a vitória das forças comprometidas com a democracia na universidade e as pautas de inclusão.

A reitoria à época, gestão Tadeu/Álvaro, cedeu a pressão e mobilização, assumindo uma proposta de negociação cujo resultado foi o fim do movimento, mas foi muito ambígua na condução do processo, cedendo às pressões dos setores desejosos por punições dos estudantes. Como resultado, vários estudantes continuaram respondendo a processos e deixou ao final de brinde, como retaliação, um processo responsabilizando financeiramente o STU e o DCE pelas manifestações, mesmo tendo as informações que a ocupação era um movimento da mobilização dos estudantes (ocupatudounicamp). Esse processo rendeu para o STU uma multa de cerca de R\$ 200,000,00. Esse movimento de 2016 marcou a Unicamp e refletiu uma mudança importante na Universidade.

No início de 2017 uma nova composição assume a reitoria da Unicamp. A gestão Knobel/Teresa vence a consulta. O campo político até então na reitoria paga o preço pela ambiguidade na mobilização de 2016. A nova gestão é uma composição que incorpora vários contra a mobilização, os quais pediam a punição dos estudantes. O novo reitor manteve a negociação avançando na política de cotas para negros e indígenas. Também encontra um novo cenário no Estado com um governador disposto a interferir na autonomia das universidades. A base do governo Dória/PSDB, que se elegeu colado em Bolsonaro, constitui uma CPI genérica para investigar as universidades, deixando claro a intenção de intervenção. O reitor da Unicamp

assume uma posição importante, convocando a comunidade da Unicamp e de fora para se reunir numa assembleia universitária para defesa da Universidade contra as ameaças do governo. Também articula pela 1ª vez um Consu conjunto da USP, Unicamp, Unesp, para aprovação de uma moção contra os ataques às universidades.

Se para fora o reitor assumia postura importante na defesa da universidade, internamente a reitoria era dura com o movimento, priorizando uma política de ajustes. Na greve de 2018 o STU fez piquetes no Consu para impedir aprovação do reajuste, ainda em negociação, ocupou parte da reitoria para forçar negociação. Havia um forte descontentamento com cortes e perdas salariais. O desfecho da greve foi a ausência de proposta atendendo às reivindicações e, no final da greve, mais uma tentativa de intimidar o movimento pela judicialização, cujo efeito não prosperou.

Em 2020 foi o ano da pandemia. As medidas da Unicamp naquele momento foram corretas, sinalizando para sociedade a gravidade da situação. Em 2021 em meio a pandemia os professores Tom Zé/Luiza se elegem para reitoria, representando um conjunto de forças que em 2016 se colocaram na defesa da universidade e da democracia. A gestão Knobel/Teresa se desgastou pela dificuldade de unificar uma gestão em que parte de sua base de apoio flertava com o “lavajatismo” e o bolsonarismo.

A reitoria Tom Zé

A gestão Tom Zé pegou uma parte da pandemia e também dos governos Dória/Bolsonaro. Depois da CPI das universidades não atingir seus objetivos, a pressão sobre as universidades se arrefeceu. Tom Zé teve melhores condições políticas e econômicas para gestão da universidade. A posse do governo Lula em 2023 também distensionou as universidades e abre melhores condições para desenvolver projetos, já que o governo Lula tem compromissos com a inclusão e com uma política de ciência e tecnologia, valorizando o papel das universidades. Não houve revés nos compromissos da Unicamp, mas não há um carimbo que possa caracterizar como algo inovador feito pela gestão.

É inegável ter havido nos últimos anos uma melhora nos ganhos dos técnicos administrativos e docentes, influenciando na qualidade de vida. Questões como auxílio alimentação, vale refeição, auxílio saúde, investimentos na carreira, significam melhorias. Mas existem alguns gargalos na categoria em que a reitoria não soube tratar com o devido respeito. Principalmente de uma gestão eleita com o apoio de defensores da universidade e da democracia. Questões como a isonomia nas carreiras dos técnicos administrativos com a USP/Unesp, implantação do ponto eletrônico, ocorrendo em um contexto de profundas transformações no mundo do trabalho, a discussão de como organizar o trabalho e discutir as jornadas de trabalho, tudo isso mereceria um debate profundo com o sindicato e a construção de caminhos.

Na realização desse Congresso já teremos outra gestão eleita na Unicamp. Espera-se uma outra postura da reitoria nas discussões da pauta e respeito às entidades, além de

mais compromissos na relação com a sociedade e os movimentos sociais.

Na consulta o Alerta Unicamp defendeu que o STU deveria ser um instrumento para organizar o debate e cobrar dos candidatos a negociação da pauta dos trabalhadores e o compromisso com a defesa da universidade e sua democracia. Mas enquanto grupo defendeu as candidaturas Cesinha & Coelho por entender os compromissos importantes por trás dessa candidatura e o seu campo político, mais capaz de enfrentar os ataques à universidade e a preservação de sua autonomia e democracia.

Proposta:

- Cobrar a Unicamp, a partir da reitoria, para constituir um Conselho Social com foco em Campinas inicialmente, com a tarefa de duas reuniões anuais. Na primeira, após ouvir sugestões internas e externas, a reitoria apresentaria os compromissos da Unicamp na elaboração de políticas com reflexos no trabalho, meio ambiente, moradia, segurança, mobilidade, saúde e educação. A segunda seria de prestação de contas. A composição desse Conselho envolveria movimentos sociais, órgãos públicos, centrais sindicais e sindicatos ligados à saúde, educação e transportes;
- Cobrar da Unicamp políticas de respeito a acessibilidade, com estruturas e políticas que garantam esse direito;
- Cobrar da Unicamp políticas culturais que ocupem a universidade com eventos e atividades abertos à comunidade e a população em geral. Feiras, apresentações musicais, teatros, saraus e shows devem marcar a vida universitária, ocupando os espaços e garantindo um campus mais seguro;
- Cobrar da Unicamp aperfeiçoamento das políticas de apuração de assédios, racismo e homofobia, ouvindo e debatendo com as entidades sobre essas políticas, além de promover campanhas conscientizadoras da comunidade.

O STU e o XIV Congresso

O Sindicato tem tido uma postura de enfrentamento com a reitoria na defesa dos trabalhadores. Foram várias as paralisações e mobilizações que marcaram a disputa pela pauta unificada e a pauta da Unicamp. Tivemos vitórias recentes e importantes como o auxílio saúde e o vale refeição. Além disso, na luta conjunta com o Fórum garantimos a reposição dos nossos salários. Mas também há discussões da nossa categoria que continuam patinando, como por exemplo a carreira.

Outra questão importante é o ponto eletrônico, na qual a reitoria insiste em um argumento jurídico para avançar com esse projeto. Para o ALERTA UNICAMP, fazer isso é fragilizar a autonomia. Definir como vão ser as relações de trabalho é uma discussão interna da Universidade e não é papel do MPT. Além do mais, o mundo do trabalho passa por profundas mudanças e a universidade tem de acompanhar essa tendência. Ao invés de impor ponto eletrônico a

reitoria deveria estar negociando com o sindicato o funcionamento do trabalho virtual.

Também nas relações de trabalho o STU tem um histórico de construir políticas de combate ao Assédio Moral na Unicamp. Há retrocessos nesse campo que precisam ser corrigidos, inclusive as conquistas asseguradas nos acordos com o MPT. Além disso, o assédio sexual, racismo e preconceitos das mais variadas vertentes no mundo do trabalho precisam ser combatidos e o sindicato deve ser um Fórum de permanente debate sobre esses temas.

O sindicato não tem se omitido em chamar os trabalhadores para luta, contudo é preciso ressaltar as dificuldades nas mobilizações. Nossos movimentos não refletem a organização dos trabalhadores nas unidades e acabam assumindo um caráter vanguardista.

Fortalecer o Sindicato

A construção da sede do STU foi um projeto coletivo, mas foi decisiva a postura e a dedicação do Alerta Unicamp para esse objetivo.

Nossa sede precisa ser um espaço da categoria, com atividades criadoras de vínculo com os trabalhadores, além de um espaço de organização e formação política. Também é fundamental retomar o Conselho de Representantes – CR, para a construção política ser balizada na opinião e participação das unidades. Devemos buscar fortalecer o sindicato e avançar nessas metas.

Propostas:

- O STU deve a partir da pauta pendente que inclui as perdas salariais, isonomia, ponto eletrônico, carreira, etc, iniciar uma discussão com a base, para discutir e ouvir propostas a fim de subsidiar a nossa pauta da data-base/2025;
- O STU deve incorporar na pauta a redução da jornada para 35h semanais;
- O STU deve incorporar na pauta o direito do servidor ter um dia de folga na semana do seu aniversário. Essa é uma prática em funcionamento em várias empresas;
- O STU deve retomar a organização do Encontro de Educadores na Unicamp. O Encontro deve ser um instrumento da valorização das iniciativas de educação popular e de reconhecimento a Paulo Freire, pela enorme contribuição a educação no Brasil e no mundo;
- Defesa da Dedic Unicamp como importante instrumento na formação e educação na Unicamp;
- Defesa do Hospital Estadual de Sumaré (HES) vinculado a Unicamp;
- Criação de uma Comissão da categoria para fazer uma proposta de adequação do Estatuto do Sindicato a fim de nos ajustarmos às novas formas de organização e mobilização introduzidas pelas novas tecnologias, sobretudo após o período da pandemia. Se avaliada na diretoria do STU, as propostas deverão ser submetidas a uma assembleia geral, nos termos do Estatuto.
- Comunicação do STU deve ser mais ativa. As facilidades tecnológicas nos permitem ter um canal

ativo do sindicato, promovendo debates e discussões, mas também se integrando em rede, para divulgar e potencializar canais alternativos do campo dos trabalhadores. Essa é uma discussão que pode envolver as demais entidades do campus;

- Dar continuidade a organização da memória do STU. Destinar o acervo ao arquivo Edgard Leuenroth;

Redução de trabalhadores negros

Os números abaixo retratam uma distorção entre os trabalhadores brancos e negros na Universidade. Os dados são da DGRH e representam todos os trabalhadores contratados pela Unicamp por área, incluindo os técnicos administrativos, docentes, Pesquisadores e extra quadro. Um total de 12.744 servidores.

Quem é antigo na Unicamp conhece a redução grande no percentual de trabalhadores negros por causa das terceirizações a partir dos anos noventa, pela melhoria dos salários que atraiu mais disputa e também pelo modelo de seleção no qual eram feitas as contratações, se assemelhando ao processo de vestibular. Quando se olha para os dados se vê a dimensão do problema. Na discussão das cotas para funcionários se observou tabelas com várias funções onde não se tinha nenhum trabalhador negro naquele momento.

Raça/Cor	ADM. CENTRAL	CENTROS E NÚCLEOS	COLÉGIOS	FACUL. E INST.	ÁREA DA SAÚDE	% GERAL
Amarela	3,80%	2,44%	1,40%	2,07%	1,94%	2,13%
Branca	69,57%	72,54%	82,81%	73,16%	71,03%	72,67%
Indígena	0,54%	0,11%	0,00%	0,30%	0,03%	0,19%
Não Informado	1,63%	4,29%	2,11%	9,92%	1,71%	6,42%
Negra	24,46%	20,63%	13,68%	14,56%	25,29%	18,60%

Os dados incluem técnicos administrativo, docentes, extra quadro e pesquisadores

Combate as discriminações

Esse é um tema sempre cuidado pelo STU, merecendo uma atenção maior. Somos um público com mais de 65% de mulheres entre os técnicos administrativos.

É preciso ressaltar o fato de sermos uma categoria de muitas mulheres negras, sofredoras de dupla discriminação. As questões ligadas às lutas das mulheres devem ter centralidade na nossa pauta.

O fortalecimento da Dedic, a redução de jornada, o combate ao assédio sexual e moral são questões fundamentais.

Proposta:

- Em um país marcado pela violência contra mulher, onde houve só em 2024, 1859 feminicídios consumados (dados LESFEM), é preciso juntar forças para acabar com esse abuso. O STU precisa se integrar mais a esse debate e fortalecer a luta das mulheres dentro e fora da Unicamp.

Lutar contra homofobia

A população LGBT tem sofrido todo tipo de discriminação. Tem se organizado e reagido. As paradas LGBT+ se tornaram símbolos da afirmação e luta. As lutas para enfrentar a violência contra a ofensiva da direita moralista deve avançar e seguir seu curso.

Proposta:

- A luta pelas cotas trans está avançando. Há uma mobilização e organização em torno dessa pauta. O STU precisa se integrar a essa luta. É necessário também retomar a aproximação com as organizações engajadas na causa, as quais têm denunciado e protegido as vítimas de violência. Nesse sentido, a aproximação com o Grupo Identidade e UNALGBT em torno da causa LGBT seria importante para o STU e o movimento.

Valorizar os Aposentados é reconhecer a história

O Alerta Unicamp sempre valorizou o departamento de aposentados. Foram companheiros como o Prof. Osmar Marquese, Dona Maria, Zezé, Sr. Salomão, dentre outros, que deram impulso na estruturação do departamento. Hoje ele é uma realidade e desempenha papel importante na organização e mobilização dos aposentados. Além de ser um instrumento da organização interna, também tem a interface com representações mais gerais dos aposentados, importantes para construir políticas e mobilizações conjuntas.

A luta dos aposentados não tem sido fácil. Todas as vezes que chegam à reitoria com suas reivindicações recebem uma sucessão de não. Como a política atual tem sido de conter salários e fortalecer benefícios, a situação dos aposentados vai ficando mais difícil, exatamente em uma fase da vida onde se aumentam os gastos.

Por isso entendemos que a política do STU deve ser de fortalecer a luta dos aposentados e suas pautas, além de cobrar reivindicações econômicas e participação efetiva dos aposentados na vida da universidade.

Proposta:

- Garantir ao menos duas agendas ao ano com o departamento, diretoria do STU e reitoria, para tratar da pauta dos aposentados;
- Participação dos aposentados Esunicamp no Consu e demais instâncias que definem as políticas da Unicamp, além de garantir o direito a voto nas consultas da Unicamp;
- Inclusão de políticas de acolhimento, ouvidoria e assistência social aos aposentados;
- Extensão dos benefícios concedidos aos trabalhadores da ativa para os aposentados, a fim de que a política de benefícios não funcione como uma forma de burlar a paridade entre ativos e aposentados;
- Paridade na carreira e isonomia com USP e UNESP;
- Criação do auxílio nutrição, específico para os aposentados, nos moldes da Prefeitura Municipal de Campinas e ALESP;

- Criação de programa de assistência ao trabalhador aposentado, através do GGBS, com vistas a concessão de cestas básicas, remédios, itens de cuidados geriátricos, sem empecilhos burocráticos;
- Cobrança da atuação do reitor junto ao Cruesp e governo estadual para devolução do confisco (Decreto 65201) das aposentadorias, ocorridas entre 2020/2023;
- Valorização do histórico de vida laboral dos aposentados e criação de instrumentos para que isso possa ser aproveitado em termos de conhecimento para a Unicamp;
- Ações concretas para banir toda forma de discriminação e preconceito envolvendo o etarismo, dentro e fora do espaço universitário.

Estrutura Sindical

A eleição do STU hoje é proporcional. O ALERTA UNICAMP defende o retorno da eleição majoritária, onde a chapa mais votada dirija o sindicato e não na forma da proporcionalidade onde todas as chapas com coeficiente vão para a diretoria e transforma a direção em um ambiente de disputa permanente.

Centrais Sindicais

O STU participou da formação e da fundação da CTB. Tem sido a Central que mais cresce e melhor compreende a unidade dos trabalhadores. Defendemos a filiação do STU a CTB, mas entendemos a falta de maturidade da nossa categoria para tomar essa decisão nesse Congresso, podendo esta discussão ser feita numa assembleia oportuna.

Proposta:

- Filiação à Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB, caso haja esse debate.

Fasubra Sindical

O STU participa da Fasubra desde a década de noventa. É uma entidade plural muito comprometida com os técnicos administrativos a nível federal. Apesar de ter diretores e militantes da base do STU atuantes na direção da Fasubra, não há conexão da entidade com as estaduais paulistas. Tanto é assim que o Sintusp e o Sintunesp se desfilaram da Fasubra. Por isso propomos a discussão sobre a relevância para o STU dessa filiação junto a federação.

Proposta:

- Discussão sobre a relevância para o STU dessa filiação junto a federação.

Mudanças Estatutárias

- Alterar Artigo 36º para a seguinte redação
- Artigo 36º: A diretoria, órgão executivo do sindicato, será composta por 27 membros e será eleita pelo voto direto e secreto dos seus associados em dia com as suas obrigações estatutárias, de forma majoritária e em único turno, garantindo à chapa que obtiver

maioria simples dos votos válidos a vitória.

- Parágrafo único: Em caso de empate será realizado segundo turno apenas com as chapas que empataram em primeiro lugar nas eleições.
- Exclusão dos atuais parágrafos 1º e 2º do artigo 36º
- Adequar Artigo 37º para a seguinte redação:
Artigo 37º: São as seguintes as coordenações:
 - a) Geral
 - b) Jurídica
 - c) de Secretaria
 - d) Financeira
 - e) de Imprensa
 - f) de Educação, Formação Política e Política Sindical
 - g) de Cultura, Esporte e Lazer
 - h) de Organização Sindical de Base
 - i) de Carreira, RH e relações de trabalho
 - j) de Saúde e Meio Ambiente
 - k) de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria
 - l) de Inclusão e Diversidade
- Exclusão dos parágrafos 5º e 6º do artigo 37
- As assembleias e plenárias da categoria poderão ser virtuais ou híbridas, desde que aprovadas em reuniões da diretoria. Nesses espaços devem ser disponibilizados mecanismos para auferir presenças e para realização de votações de forma segura.

Plano de Lutas

O STU em seguida ao XIV Congresso deve preparar uma agenda nas unidades para reforçar itens e construir o debate da campanha salarial.

O STU deve ser parte integrante da agenda de enfrentamento ao governo Tarcísio contra as privatizações e nesse momento se somar a luta da APEOESP contra a privatização das escolas;

O STU deve ser parte ativa nas agendas gerais dos movimentos em que são previstas manifestações;

- 8 de março – Emancipação das mulheres
- 1 de maio – Dia do trabalhador
- Junho – Parada LGBT
- 7 de setembro – Grito dos Excluídos
- 20 de novembro – Marcha Zumbi dos Palmares

O STU deve preparar um calendário de temas a serem debatidos e discutidos com a categoria, visando a unidade e o fortalecimento dos movimentos sociais e dos trabalhadores para derrotar o bolsonarismo e os retrocessos;

Assinam a tese Alerta Unicamp:

Elisiane do Nascimento Lobo
Marcos Bueno da Silva
Eduardo Favarão Gemis
Marli de Fátima Gomes Silva
Reliton Cleber da Silva
Sérgio Paiollo
Irene Rabelo Moreira Rodrigues
Cleusa Leite de Campos Schetini
Ergio Antônio Moscatini Schetini

Agradecemos a todos o apoio e esperamos sua participação nesse momento importante da nossa categoria.

TLS UNICAMP - PRECISAMOS RETOMAR NOSSO HISTÓRICO DE ORGANIZAÇÃO E DE LUTA!

Introdução: um diálogo necessário com a categoria

Vivemos um momento crítico marcado pelo aprofundamento da precarização, sobrecarga de trabalho e falta de reconhecimento institucional. A ausência de isonomia e recomposição de perdas salariais, de estrutura e investimento permanentes na carreira, redução do corpo de funcionários, implementação compulsória do ponto eletrônico, manutenção de terceirizações com escala 6x1 e resistência à redução da jornada e ao trabalho remoto evidenciam um modelo que ignora nossas necessidades.

As condições ambientais emergentes, como o impacto das mudanças climáticas, impõem novos desafios ao nosso cotidiano. Diante desse cenário, é urgente discutir qual sindicato queremos e como fortalecer sua atuação de forma democrática e combativa.

É a partir deste olhar sobre a situação que a TLS apresenta essa contribuição para o Congresso do STU. Nestes quase 10 anos sem congresso, presenciamos mudanças profundas. Acreditamos que o longo período sem Congresso agravou a paralisia do movimento sindical por diminuir espaços que propiciem uma discussão mais ampla sobre temas que são fundamentais.

10 anos que mudaram o país e o mundo

O século XXI é marcado pela reorganização da estrutura produtiva e do mundo trabalho em escala global. Com o avanço tecnológico acelerado, em menos de 30 anos, a vida das pessoas em todo o planeta mudou.

Conectividade, fluxo de informações em tempo real, agilidade no desenvolvimento de atividades, surgimento de aplicativos de serviços e comércio contribuíram de maneira decisiva para a mudança nos paradigmas e reorganização do trabalho.

Neste mundo tecnológico surgem as grandes empresas de tecnologia e inovação (Big Techs) que definem o rumo da vida de bilhões de pessoas, influenciando a economia, os costumes e comportamentos. Mesmo em pequenas questões de nosso cotidiano notamos a influência dessas empresas, como, por exemplo, a utilização de nossas contas profissionais vinculadas ao google e nossos documentos e arquivos de trabalho salvos em nuvem privada, permitindo que elas tenham acesso aos nossos dados pessoais, mensagens de trabalho e mesmo à informações sobre o desenvolvimento de pesquisas da Universidade.

Presenciamos nas últimas décadas o acirramento da disputa comercial entre as potências imperialistas deste século (encabeçados pela China e Estados Unidos) que além da guerra comercial, disputam a influência e controle econômico do mundo.

Com a crise econômica de 2008, este processo de mudanças tecnológicas e disputas em nível global se

aprofundou, impactando não só o Brasil, mas nossa vida.

Este cenário de crise propiciou, em especial nos últimos 10 anos, a ascensão de governos neoliberais e de extrema-direita em diversos países, inclusive o nosso. Sofremos com as Reformas Trabalhista e da Previdência, a paralisação da contagem de tempo e o enfraquecimento da organização sindical. Na Unicamp, sentimos isto através do avanço da terceirização, pressão por produtividade, controle do tempo de trabalho, congelamento salarial por um longo período, adoecimento físico e mental dos trabalhadores e enfraquecimento das instâncias de participação.

A crise global, juntamente com o avanço tecnológico controlado por grandes conglomerados empresariais, foi o cenário perfeito para o surgimento das novas formas de precarização do trabalho (uberização), em que ocorre o desmantelamento total dos direitos trabalhistas.

A reeleição de Trump nos Estados Unidos é outro sinal da força da extrema-direita que, aliada às grandes Big Techs estadunidenses (Tesla, Google, Meta, etc), fortalece os regimes autoritários, espalha fake news, facilita crimes de ódio, intensifica crises humanitárias e conflitos geopolíticos. As ameaças de Trump – na taxação de produtos dos países ligados ao BRICS, a tensão pela anexação do Canadá e da Groenlândia, realização de deportações em massa de imigrantes, inclusive brasileiros, retirada de direito de populações vulneráveis – demonstram o cenário incerto e perigoso que lidamos.

Um evidente sinal da crise global e fortalecimento da extrema direita é a guerra na Ucrânia. A partir da disputa pelo território e controle dos recursos naturais deste país, a Rússia, União Europeia e Estados Unidos contribuíram para o empobrecimento e desestabilização, permitindo a ascensão de um governo autoritário (Volodymyr Zelensky). A partir deste cenário, iniciou-se uma guerra em que o povo ucraniano é e será a principal vítima.

O mesmo paralelo ocorre com o Estado de Israel e a Palestina. Com o intuito de manter o controle geopolítico e econômico sobre o oriente médio, os Estados Unidos financia há praticamente 80 anos o Estado de Israel que, por sua vez, promove uma verdadeira política de segregação e genocídio do povo palestino e controle militar na região.

Neste mesmo período vivenciamos o aprofundamento da crise climática. No caso do Brasil, o aumento dos desmatamentos e queimadas, além de uma estrutura produtiva no campo e na cidade que privilegia a destruição do meio ambiente já dá sinais claros de esgotamento do modo de organização da nossa estrutura social. Os longos períodos de estiagem, secas e calor extremos na maior parte do país, seguidos de tempestades avassaladoras (como as que abalaram o Rio Grande do Sul recentemente) colocam a necessidade imediata de repensarmos nossas formas de

organização de trabalho e vida.

Adicionalmente, a crise econômica, iniciada em 2008, ainda deixa marcas profundas em nossa sociedade e na universidade, culminando na queda de Dilma e no governo Temer. A Emenda Constitucional 95, de 2016, congelou investimentos por 20 anos na área de Educação, Segurança e Saúde. As Reformas Trabalhista e da Previdência, desmantelamento de políticas sociais e ambientais, a paralisação da contagem de tempo e de salários são alguns exemplos dos diversos ataques que nós sofremos. Para nossa categoria, isso significou aposentadorias em massa, redução do quadro funcional, sobrecarga de trabalho e perdas salariais.

A pandemia da COVID-19, no governo Bolsonaro, aprofundou a crise social e institucional. O negacionismo, o desmonte do SUS e o desprezo pela ciência resultaram na perda de milhares de vidas, no aumento da miséria e na volta do Brasil ao mapa da fome. Na Unicamp, trabalhadores da linha de frente lidaram com sequelas físicas e psicológicas, enquanto a destruição do serviço público foi sentida na falta de investimentos e na precarização das condições de trabalho.

A derrota de Bolsonaro em 2022 foi uma importante vitória, mas não significa o fim da extrema-direita, que segue forte e organizada. A eleição de Lula simbolizou um passo fundamental para a manutenção da democracia e um sinal contra o golpismo e o autoritarismo. Porém as políticas implementadas pelo governo seguem colocando nas costas dos trabalhadores o custo da crise. O ajuste fiscal, com cortes do BPC, achatamento do Salário Mínimo e a descontinuidade da arrecadação do ICMS, que ameaça o financiamento das universidades estaduais, são alguns exemplos dos ataques que sofremos.

Ao mesmo tempo, vemos os ataques às instituições republicanas, como no caso da tentativa de golpe nos atos de 8 de Janeiro. A partir das investigações recentemente reveladas, escancarou-se a participação e liderança de membros do alto escalão do antigo governo, das forças armadas e do próprio Bolsonaro neste processo e na tentativa de assassinato de Lula, Alckmin e Alexandre de Moraes.

Já em São Paulo, o governo Tarcísio mostra o caráter nefasto de seu governo. Logo ao assumir o cargo, inseriu no alto escalão diversos nomes conhecidos da ala bolsonarista e acelerou o processo de privatizações de empresas públicas estaduais, mesmo de setores estratégicos como o saneamento básico, transportes coletivos e escolas. Além disso, através da reforma tributária federal, ameaça precarizar as Universidades Paulistas através da diminuição do repasse para seu financiamento.

Além destes ataques concretos, sempre é válido lembrar da estreita relação da cúpula da Universidade com setores da velha política e da tecnocracia que impactam diretamente nosso cotidiano, não só internamente, mas na cidade. O Hub Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (HIDS), aprovado pelo Conselho Universitário e gestado como plano para ocupação da área da Fazenda Argentina e entorno, é um exemplo disso. Conectado

diretamente ao Polo de Inovação e Desenvolvimento Sustentável (PIDS) de Campinas, esta reformulação, tratada como se fosse algo “sustentável” e que somente traz benefícios para a Unicamp e região, terá impactos ambientais e sociais negativos a curto, médio e longo prazo, como o aumento do trânsito, diminuição das áreas verdes, ampliação dos condomínios fechados, crescimento da especulação imobiliária e aluguel, além da piora da qualidade de vida nestas áreas.

Junto a isso, o atual Secretário de Educação de Campinas é o nosso antigo Reitor José Tadeu Jorge, demonstrando a estreita ligação que existe entre a política universitária e municipal, afinal possui relação direta com a atual gestão do Tom Zé. Esta realidade não é diferente dos demais grupos que disputam a reitoria, no caso da base de apoio de Gontijo e Marisa estão docentes como Carlos Vogt e Marcelo Knobel, que historicamente possuem relação com membros do PSDB como os ex-governadores José Serra e Alckmin.

A Unicamp não é mais a mesma!

A Unicamp é reconhecida como uma das principais universidades do país e do mundo, sempre aparecendo no topo dos rankings internacionais e nacionais como uma instituição de excelência. Apesar desse reconhecimento externo, as contradições internas da universidade se aprofundam a cada dia, seja pela falha em defender uma educação pública, gratuita e com gestão democrática, seja pela relação conflituosa com seus trabalhadores.

Em 2015, a Unicamp foi abalada pela divulgação dos supersalários de diversos servidores do alto escalão, que acumulavam funções, recebiam benefícios duplicados, possuíam dupla matrícula e chegavam a remunerações superiores a R\$ 80 mil mensais. O Tribunal de Contas interveio, exigindo que os salários fossem ajustados ao teto do governador e cobrando maior transparência nas contas públicas.

Além desse escândalo, Tadeu Jorge, reitor à época, deixou um legado de promessas não cumpridas e insegurança para os servidores. Sua gestão não concluiu a promessa de isonomia com a USP, congelou e desestruturou a carreira, fazendo com que os trabalhadores passassem toda sua gestão e parte da seguinte sem progressão. O Vale Alimentação, então irrisório e escalonado, foi reformulado, tornando-se uma moeda de troca para evitar reajustes salariais reais. Como não integra o salário, o benefício não pode ser usado para despesas básicas como aluguel ou vestuário e não é incorporado à aposentadoria.

Em 2017, Marcelo Knobel assumiu a reitoria em um momento de aprofundamento da crise econômica no Brasil, iniciando a recessão econômica. Isto facilitou para que sua gestão aplicasse cortes orçamentários e congelamentos salariais, com reajustes frequentemente abaixo da inflação. Com isso, passamos anos acumulando perdas salariais significativas. Além disso, os prêmios PAEPE e Zeferino Vaz foram suspensos, houve redução de 25% no valor das gratificações, e as carreiras PAEPE e MS (Docente) foram reestruturadas, tornando-se mais burocráticas e inacessíveis.

Apesar de ter aprovado em 2017 e implementado em 2019 as cotas étnico-raciais no vestibular e criado o vestibular indígena, a reitoria não garantiu políticas efetivas de permanência estudantil, resultando em episódios de racismo e discriminação dentro da universidade, incluindo pichações nazistas e assédio moral contra estudantes cotistas.

Com a chegada da pandemia, a Unicamp foi a primeira universidade do Brasil a suspender atividades presenciais, contrariando o então governador João Doria. Durante quase dois anos de isolamento, a categoria enfrentou sobrecarga, falta de estrutura adequada e dificuldades para conciliar demandas profissionais e familiares.

Na área da saúde, os servidores lidaram com falta de equipamentos, propagação do vírus, sobrecarga emocional e colapso da rede hospitalar.

Para piorar, sofremos com o congelamento de concursos públicos, que impediu a reposição de servidores aposentados, e suspensão das férias, resultando em um quadro de funcionários reduzido, sobrecarregado e esgotado – especialmente após a reforma da Previdência que conduziu um grande número de trabalhadores a se aposentar nos anos anteriores.

A atual gestão de Tom Zé propagandeou uma reitoria democrática, mas aprofundou o isolamento e desprezo pelo STU. Em seus primeiros dois anos, recusou-se a dialogar com o sindicato, só realizando uma reunião oficial em 2023. Sempre mandando seu chefe de gabinete, Cesinha, para dizer não a qualquer negociação.

Na mesma toada, o Reitor e o CONSU se posicionaram contrários ao encerramento de convênio celebrado com Universidades Israelenses, além de promover atividades dentro do campus para celebrar estas parcerias, sob protestos do movimento estudantil, que por sua vez foi chamado de violento em discursos publicados no Portal da universidade.

No CONSU e nas câmaras, os representantes dos trabalhadores foram frequentemente silenciados ou desrespeitados, reforçando a hierarquia que privilegia docentes em detrimento de PAEPes. Essa postura contribuiu para o aumento do assédio moral dentro da universidade, problema ainda sem solução, apesar de acordos assinados com o Ministério Público.

O estopim dessa relação conflituosa foi a discussão sobre o ponto eletrônico. Sob pretexto de atender a uma cobrança do Ministério Público, a Reitoria propôs um Termo de Ajuste de Conduta para implementar o sistema apenas para PAEPes.

Durante sua aprovação no Conselho Universitário, os protestos dos trabalhadores foram ignorados, e houve distorção de fatos e pressão sobre os conselheiros para garantir maioria favorável.

Em seguida a estes episódios, a Reitoria implementou o Vale Refeição, alardeado por muitos apoiadores desta gestão como “uma vitória (VR) para compensar uma derrota (ponto eletrônico)!”.

Em 2023, com a iminência da instalação do ponto, a categoria deflagrou uma greve contra a vontade da diretoria

do STU. Durante este processo, foi possível notar que o apoio da categoria à pauta aumentou, tendo muitos trabalhadores se convencendo do perigo do real significado da implementação do ponto. Mesmo com o convencimento da maior parte da categoria da justeza da pauta, a mobilização ficou restrita a alguns setores e a falta de engajamento da diretoria gerou um sentimento de derrota.

Neste cenário, diversos trabalhadores que encabeçaram o movimento de greve, incluindo nós da TLS, trouxemos uma importante reflexão para as assembleias: “em um cenário em que nossa pauta não avança e os trabalhadores desanimam, o que fazemos?”. Isto quer dizer que, apesar de sermos totalmente contra o ponto eletrônico, sem a força suficiente para impedir a implementação, se faz necessária a discussão para evitar que o ponto eletrônico seja implementado da pior maneira, trazendo mais desalento, dor e sofrimento para a categoria. Ainda assim, conseguimos abrir mesas de negociação, mas a proposta de acordo coletivo apresentada foi rechaçada pela categoria. O STU deveria convocar nova assembleia para discutir os pontos problemáticos e retomar as negociações, mas não o fez.

A Reitoria aproveitou-se do fim do ano letivo para declarar o encerramento das negociações.

Com isso, chegamos no cenário atual, em que o ponto será implementado da pior maneira: somente para o baixo escalão, não incluindo grandes cargos gratificados, docentes, pesquisadores e médicos. A falta de transparência cria divisão na categoria e penaliza especialmente os trabalhadores de nível médio celetistas.

Hoje, mesmo sem o ponto eletrônico efetivamente instalado, vemos o desrespeito com a categoria novamente acontecendo com a situação dos fretados e erros no pagamento do Auxílio Saúde. Às vésperas da consulta para nova gestão da reitoria, notamos um desespero por parte dos candidatos em prometer vagamente impedir a concretização do ponto eletrônico, mas sem sequer dar sinais sobre a isonomia, redução de jornada e garantia de financiamento para a carreira PAEPE.

Pautas que o STU deve priorizar

A pauta específica dos trabalhadores da Unicamp tem sido sistematicamente negligenciada pela administração central ao longo dos anos. Reitores se sucedem, mas a situação permanece inalterada. Independentemente das forças políticas que assumem a gestão da universidade, nossas demandas nunca são tratadas como prioridade – nem mesmo aquelas que não exigem recursos financeiros.

Além de ignorar as reivindicações, a administração central frequentemente impõe rebaixamentos à pauta, como ocorreu com o auxílio-saúde, transformado em um “auxílio convênio médico”. O valor de R\$ 900, implementado em janeiro de 2025, ficou muito aquém do que a categoria reivindica há anos. Além de não contemplar todos os trabalhadores, o benefício sequer foi estendido aos familiares.

Para que o STU recupere seu protagonismo na defesa dos trabalhadores, é necessário priorizar pautas que dialoguem

com a realidade da categoria:

Isonomia e recomposição das perdas salariais: a pauta da isonomia é uma demanda dos trabalhadores da Unicamp desde 2011. Está colocada como um dos itens mais importantes da pauta específica do STU. A TLS reivindica a isonomia salarial nos níveis médio e superior com a USP já! A isonomia corrige as enormes perdas salariais que impactaram a categoria ao longo desses 14 anos, pois o processo de progressão na carreira PAEPE não supre as perdas salariais de todos os servidores. A Unicamp tem caixa para implementá-la, porém falta vontade política. O alto escalão da universidade não prioriza o reconhecimento dos trabalhadores, preferindo injetar esse dinheiro em obras faraônicas e manter os altos salários da cúpula que administra a universidade.

Defesa da autonomia universitária e garantia de financiamento: a autonomia universitária é fundamental para garantir que o ensino, a pesquisa e a extensão sejam conduzidos com liberdade científica e compromisso social. No entanto, sem um financiamento público adequado, essa autonomia se torna frágil, incentivando a captação de recursos externos colocando a universidade à mercê de interesses privados. A ampliação do número de cursos e matrículas exige investimento proporcional, garantindo infraestrutura, contratação de trabalhadores e recursos adequados. Por isso o governo estadual de aumentar o repasse para a Unicamp com um financiamento que acompanha a expansão da universidade e assegura condições dignas para estudantes e trabalhadores. A universidade pública deve servir à sociedade, e isso só é possível com autonomia e financiamento públicos!

Fortalecimento das representações nas unidades e luta pela paridade: a TLS luta por uma comunicação eficiente com canais claros, transparentes e acessíveis para que a categoria se informe sobre as atividades e pautas do STU que inclua jornais, boletins, reuniões abertas, redes sociais e etc. Uma postura transparente em relação às decisões e ações do STU tornará os funcionários como parte dos processos e confiantes no sindicato. O STU deve incentivar a participação da base nas assembleias e eventos sindicais criando um ambiente acolhedor e inclusivo. Nesse contexto, torna-se imprescindível a Reativação do CR e a promoção de debates sobre direitos trabalhistas e a importância da sindicalização. O sindicato deve oferecer um atendimento jurídico eficiente, acolhedor e aprofundado nas ações dos trabalhadores, com a celeridade necessária para atender de forma digna as questões encaminhadas pelos servidores. O sindicato deve criar parcerias com outras entidades e movimentos sociais que compartilhem objetivos semelhantes, ampliando a rede de apoio e visibilidade às lutas da nossa classe. Lutar por uma representatividade mais equitativa e paritária é mais do que urgente. Somos o PAEPE no CONSU. É muita disparidade, e isso se repete nas faculdades e institutos, onde a representação dos funcionários é muito desigual nas congregações e

comissões. Para além da baixa porcentagem de representação, o voto do PAEPE é equiparado ao dos alunos que passam em média 4 anos na universidade. Nas consultas e pleitos nosso voto vale $\frac{1}{3}$, enquanto dos docentes valem $\frac{2}{3}$. Esse debate é urgente na categoria, pois nós passamos parte de nossas vidas dedicadas a essa universidade e, nos momentos decisórios, somos relegados a uma pífia representatividade. É preciso trazer a paridade para as instâncias na Unicamp.

Redução da jornada de trabalho: a TLS defende a redução de escala 6x1, encabeçada pelo Movimento Vida Além do Trabalho, que em breve será votado no congresso nacional e prevê que o limite de horas trabalhadas caia para 36 horas semanais sem redução salarial. Sugerimos realizar pesquisa entre os trabalhadores terceirizados para entender suas condições de trabalho, jornadas e o impacto da escala 6x1. Coletar dados sobre a saúde, bem-estar e produtividade dos trabalhadores pode fortalecer a argumentação; criar um grupo de representantes dos trabalhadores terceirizados que se dedique a discutir e planejar ações em torno dessa pauta. Esse comitê pode incluir trabalhadores de diferentes setores para garantir uma representação ampla. Propomos que o STU lidere o movimento na Unicamp para promover campanhas de conscientização entre os trabalhadores sobre os direitos trabalhistas e a importância da redução da jornada, como garantia de mais dias de descanso e lazer, melhorando sua saúde física e mental podendo desfrutar mais dias de descanso com sua família. Com uma boa comunicação, promoção de debates e apoio de outros sindicatos, movimentos sociais e organizações que lutam por direitos trabalhistas, o STU pode aumentar a visibilidade desta pauta global e a pressão sobre a administração da Unicamp.

Estruturação da carreira com investimento continuado: a TLS propõe uma discussão ampla dos moldes da atual carreira PAEPE que ainda não atende os anseios da categoria de servidores técnicos administrativos da Unicamp. É fundamental que se tenha orçamento suficiente para a progressão de todos. Para isso o STU deve trabalhar junto à base para definir qual carreira queremos e como realizar a progressão. Propomos o fim do interstício, principalmente para os servidores que já estão no final da carreira e que ainda desejam participar. Revisão da tabela de progressão no nível fundamental que apresenta apenas 03 (três) níveis verticais que faz com que os servidores com apenas 3 processos atinjam o topo da carreira.

Combate à terceirização e à Pejotização: a terceirização e a pejotização na universidade representam uma ameaça direta à qualidade do serviço público, precarizando as condições de trabalho, reduzindo direitos e fragmentando a nossa força. Esse modelo permite a substituição de servidores por contratos temporários e instáveis, dificultando a continuidade e o comprometimento com as funções essenciais da instituição. Além disso, a lógica do lucro sobrepõe-se ao interesse público, resultando em

menor qualidade dos serviços prestados, sobrecarga dos trabalhadores efetivos e enfraquecimento da luta coletiva por melhores condições. Para garantir uma universidade forte, pública e comprometida com a comunidade, é fundamental combater essas formas de exploração e defender a valorização dos servidores.

Políticas afirmativas e combate às discriminações: a Unicamp deve ampliar suas ações afirmativas e consolidar uma política eficaz de combate às discriminações, garantindo que pretos, pardos, indígenas, mulheres, pessoas com deficiência, LGBTQ+ (especialmente a população trans), refugiados e outros grupos historicamente minorizados tenham pleno acesso e condições dignas de trabalho e convivência. Isso não pode se restringir apenas aos estudantes. Os trabalhadores da universidade – concursados e terceirizados – também enfrentam barreiras estruturais e discriminações cotidianas. É essencial que a universidade implemente medidas concretas para inclusão e valorização desses trabalhadores, garantindo equidade no acesso a cargos, progressão na carreira e ambientes livres de assédio e preconceito. Vemos que historicamente a universidade não tem garantido adequadamente o bom tratamento das diferenças sociais. Um exemplo disso é a falta de política de inclusão para pessoas com deficiência. No trabalho, essas pessoas não têm tido seus direitos à adequação laboral, acessibilidade e equidade na carreira garantidos. Assim como a universidade tem se esquivado de implementar o horário especial, com flexibilidade de horário e redução de jornada sem perda salarial às pessoas com deficiência ou com dependentes nessa condição, já reconhecido pelo STF, e a cota mínima de 5% das funções preenchidas por trabalhadores com deficiência. Existe falta de representatividade nas comissões que tratam sobre discriminação, inclusão e diversidade. Sem ações afirmativas que contemplem toda a comunidade universitária, a universidade continuará reproduzindo desigualdades. A luta por uma universidade verdadeiramente pública e democrática passa pelo compromisso com a diversidade e pelo combate efetivo às exclusões.

Regulamentação do trabalho remoto: a pandemia do coronavírus trouxe uma realidade gritante com relação ao trabalho remoto. Durante quase 2 anos, conseguiu-se que uma grande parcela dos trabalhadores pudessem realizar seus respectivos trabalhos de forma mais eficiente, remotamente. Na Unicamp, a maior parte dos servidores conseguiu atingir metas e objetivos com uma escala de trabalho remoto. Desde então, temos reivindicado a continuidade dessa modalidade para diversos postos de trabalho, garantindo melhorias na qualidade do serviço prestado e proporcionando benefícios aos trabalhadores, como maior flexibilidade, eliminação do tempo gasto com deslocamento até o campus e um ambiente de trabalho mais concentrado, livre de interrupções constantes. Após muita pressão dos trabalhadores, a Reitoria instituiu um GT pela GR-101/2023 para discutir a implementação do

trabalho remoto. Como resultado, foi instaurado um plano piloto sem desdobramentos efetivos apesar do interesse de diversos servidores. É fundamental cobrar da Reitoria maior agilidade na efetivação das diretrizes estabelecidas pelo GT, além de trabalhar junto à categoria para definir o melhor formato para essa nova forma de organização do trabalho. Diversas instituições, incluindo órgãos públicos como a Embrapa, já adotaram o trabalho remoto com sucesso. A resistência à flexibilização dessa modalidade dentro da Unicamp evidencia a necessidade urgente de reorganização da categoria e do movimento sindical, de forma a garantir que os interesses dos servidores sejam ouvidos e atendidos. O STU deve exercer seu papel na defesa dos nossos direitos pressionando a administração para que a implantação do trabalho remoto ocorra de maneira célere e eficaz.

Contra o ponto eletrônico: a implementação autoritária do ponto eletrônico exige um debate aprofundado, considerando a natureza diferenciada do trabalho em uma instituição de pesquisa de excelência. O risco de impor um controle rígido sem levar em conta a diversidade de atividades e jornadas pode comprometer tanto a qualidade do serviço prestado quanto as condições de trabalho. A reitoria parece determinada a avançar com essa mudança sem diálogo adequado gerando insegurança e precarização. Sem um acordo coletivo que garanta direitos e leve em conta as especificidades do nosso trabalho há riscos concretos como o desrespeito à flexibilização necessária para atividades acadêmicas, o aumento da burocracia e a imposição de um modelo que não reflete a realidade universitária. É fundamental que o STU atue de forma transparente e firme, contra o ponto eletrônico, garantindo que qualquer mudança ocorra com negociação real e participação da categoria. A defesa de um modelo justo de controle de jornada deve considerar não apenas a presença física, mas a complexidade do trabalho acadêmico e técnico-administrativo. Sem esse cuidado, podemos enfrentar perdas significativas nas condições de trabalho e no reconhecimento do papel estratégico dos servidores na universidade.

Combate ao assédio: o Estatuto do STU não prevê qualquer tipo de punição para casos de violência contra a mulher e outras discriminações. A TLS entende que garantir condições dignas de trabalho também significa enfrentar todas as formas de assédio (moral e sexual) nos ambientes de trabalho e nos movimentos sociais. Repudiamos qualquer tipo de assédio e defendemos que o STU cobre da reitoria medidas rápidas e eficazes para combatê-lo em todas as instâncias da universidade. É essencial que o sindicato dê andamento às deliberações da Comissão de Mulheres Contra Violência de Gênero, criada em 2024, para investigar denúncias de violência de gênero nas atividades sindicais. A falta de ação diante dessas denúncias é inaceitável. Em casos de assédio moral ou sexual, o agressor deve ser destituído imediatamente de seu cargo, independentemente da função que ocupe. As denúncias devem ser apuradas com rapidez e a instituição deve

garantir proteção e amparo total às vítimas. Apoiamos integralmente o relatório final da Comissão de Violência de Gênero e propomos um Serviço de Atenção à Violência Sexual (SAVS) mais atuante. Exigimos transparência na metodologia adotada para a apuração dos casos de assédio moral na universidade. Também reivindicamos a contratação de mais profissionais para atuar nesse setor, visto que atualmente há apenas um profissional para atender toda a universidade.

Enfrentamento às mudanças climáticas e defesa do Meio Ambiente: a TLS defende um compromisso cada vez maior da Unicamp com a sustentabilidade e a agenda ambiental. Não se trata apenas de reduzir impactos ambientais, mas também de educar e preparar tanto a comunidade interna quanto a externa para enfrentar os desafios globais relacionados às mudanças climáticas. Esses desafios são significativos, especialmente diante do impacto ambiental que o HIDS (Hub Internacional para o Desenvolvimento Sustentável) poderá gerar para a Unicamp e todo o distrito de Barão Geraldo. A TLS luta contra a negociação entre a Unicamp, a Prefeitura de Campinas e investidores imobiliários, em relação à ocupação territorial ao redor do campus. Serão cerca de 2 milhões de metros quadrados no HIDS (incluindo a Fazenda Argentina) destinados à ocupação, e é fundamental que os impactos ambientais dessa expansão sejam debatidos amplamente com toda a comunidade. O STU deve estar representado nessas discussões para cobrar responsabilidades, pois as decisões tomadas sobre esse zoneamento poderão trazer mudanças significativas no clima e na preservação das áreas verdes da região. Além disso, a instalação de condomínios de alto padrão na entrada do campus provocará congestionamentos e dificuldades de acesso, impactando diretamente a população, especialmente na chegada ao Hospital Universitário. Essa situação resultará em atrasos para trabalhadores em seus postos, agravados pela implantação do ponto eletrônico, que penalizará os funcionários por eventuais atrasos decorrentes do trânsito intenso. A TLS reafirma que a participação dos movimentos sociais do distrito de Barão Geraldo é essencial nesse debate, garantindo que as decisões tomadas incluam metas concretas para a redução de emissões e o uso sustentável dos recursos.

Sem Anistia! Prisão para Bolsonaro e os Golpistas!

Mais autonomia, transparência, democracia e combatividade: a atual gestão do STU demonstra pouca combatividade e conexão com a categoria. Falta diálogo e transparência. Com a renovação acelerada do quadro de servidores e avanço das terceirizações, a gestão tem se mostrado incapaz de dialogar e propor ações, seja na pandemia, na luta contra o ponto eletrônico ou nas recentes denúncias de importunação e assédio sexual dentro da diretoria. A falta de espaços democráticos de diálogo com a base fragilizou nossa capacidade de negociação e ação. Isto

possibilitou à reitoria nos ignorar, pois mesmo direitos garantidos por lei, como a redução de jornada para servidores com deficiência ou responsáveis por dependentes nessa condição, são negligenciados pela Universidade sem que o STU aja de maneira assertiva. Enquanto a Unicamp expande suas reservas financeiras, as conquistas dos servidores minguam. Mesmo com o Auxílio Saúde e o VR, os benefícios vem a revelia do STU e através da pressão da base e não refletem uma valorização real dos trabalhadores. O alinhamento de parte da diretoria à Reitoria e as candidaturas à Reitor comprometem a independência sindical e fragiliza nossa capacidade de negociação. O papel da direção do STU deve ser cobrar compromissos concretos dos reitoráveis garantindo que defendam também os nossos interesses. Defendemos que o STU seja protagonista no campus e na cidade, com agenda clara de mobilização, transparência e presença ativa na base. Um sindicato combativo, independente da reitoria e capaz de negociar e buscar avanços reais para a categoria. A TLS reafirma seu compromisso com a defesa intransigente da pauta específica dos PAEPs. A categoria precisa ser ouvida e respeitada. Nossa luta é por um sindicato combativo, que pressione a administração central e exija respostas concretas para as reivindicações da base.

Construção de um sindicato coletivo: nós da TLS acreditamos que a construção de um sindicato combativo e democrático depende da participação ativa da categoria. É essencial recuperar espaços de debate e decisão, fortalecendo o protagonismo da base e a organização coletiva. Independente da forma de composição da diretoria (majoritário ou proporcional), a retomada do CR, Congresso Sindical periódico, e frequência das plenárias e assembleias são ações inegociáveis. Esses espaços garantem a transparência e a mobilização constante e impedem que a direção se distancie da base ou capitule diante da Reitoria e dos governos. Nosso maior desafio neste Congresso é garantir um STU autônomo, independente e combativo. Para isso, precisamos de unidade, organização e enfrentamento. A TLS atua para a retomada das mobilizações da classe trabalhadora com independência dos governos e da patronal, incentivando a democracia e a participação nas bases das categorias. Na Unicamp, participamos das assembleias do sindicato e nos mobilizamos nos locais de trabalho construindo as greves e as paralisações em defesa dos interesses da nossa categoria. Batalhamos para que o STU retome sua combatividade e para que volte a ser uma referência de organização para as lutas da classe trabalhadora na Unicamp e fora dela.

Giovanna da Costa Romaro (FE)
Regiane Palhares (FEA)
Reginaldo Alves Nascimento (IFCH)
Rosemar Sant'Anna (FEA)
Taigor Martino (FE)
Valério Paiva (IFCH)

CONTRIBUIÇÃO DA COMISSÃO DE MULHERES CONTRA VIOLÊNCIA DE GÊNERO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP

Introdução

A luta por um ambiente sindical equitativo e livre de violência de gênero é uma demanda urgente e necessária.

Após análise das denúncias de violência de gênero no STU, o Relatório Final da Comissão de Mulheres contra a Violência de Gênero, de 14 de maio de 2024, evidenciou a persistência de práticas machistas e misóginas no âmbito do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), que não apenas prejudicam a atuação política das mulheres, mas também perpetuam uma cultura de impunidade e desrespeito.

Infelizmente não constatamos mudança na postura do sindicato, uma vez que as sugestões de ações visando a eliminação da violência no sindicato e na categoria não ter tido encaminhamento prático efetivo até o momento.

Algumas ações dependem de alterações no Estatuto atual do STU, que não prevê mecanismos eficazes para punir diretores que cometem violências de gênero, o que contribui para a manutenção de um ambiente hostil e inseguro para as mulheres.

Diante disso, a Comissão de Mulheres contra a Violência de Gênero apresenta no Congresso do STU – conforme encaminhamento constante do Relatório Final – a presente contribuição, que visa propor alterações ao Estatuto do STU, garantindo que haja punições claras e efetivas para casos de assédio, violência política de gênero e outras infrações cometidas por membros da Diretoria.

Além disso, a tese busca fortalecer a participação das mulheres no sindicato, promovendo a equidade de gênero e o respeito mútuo.

Justificativa

O Relatório Final da Comissão de Mulheres contra a Violência de Gênero revelou que:

1. Violência de Gênero no STU: Há relatos de assédio moral, sexual e político, além de práticas de silenciamento e descredibilização das mulheres no ambiente sindical. Essas violências são perpetuadas por membros da Diretoria, que não são punidos devido à falta de previsão estatutária.

2. Impunidade: O Estatuto atual não prevê punições específicas para diretores que cometem violências de gênero, o que resulta em um ciclo de impunidade e perpetuação de comportamentos machistas.

3. Falta de Equidade: Apesar de as mulheres serem maioria no quadro de funcionários da Unicamp, sua participação no sindicato é limitada por uma cultura machista que invalida suas contribuições e as expõe a

situações de violência.

4. Necessidade de Mudança Estrutural: Para que o STU cumpra seu papel de transformação social, é necessário que o Estatuto seja alterado para incluir mecanismos de prevenção, punição e reparação em casos de violência de gênero.

Propostas de Alteração no Estatuto:

ARTIGO 5º - São direitos dos filiados do Sindicato:

(...)

Incluir: j) Ter sua individualidade e integridade física e psíquica respeitada pelos membros da Categoria e da Diretoria do Sindicato.

ARTIGO 6º - São deveres dos filiados do Sindicato:

(...)

Incluir: f) Zelar pela individualidade e integridade física e psíquica de outros membros da Categoria e da Diretoria do Sindicato;

Alterar: g) Cumprir as disposições deste Estatuto, dos regulamentos e acatar as deliberações tomadas pelos órgãos do Sindicato.

ARTIGO 19º - Compete às Assembleias Gerais:

(...)

Alterar: h) Promover avaliação da Diretoria e do Conselho de Representantes sindicais, e decidir sobre a revogação do mandato individual ou coletivo, assim como a exclusão de filiados. Para a exclusão da Diretoria, do Conselho de Representantes sindicais o quorum exigido será o previsto no parágrafo 2º deste artigo, enquanto que para a exclusão de filiados, o quorum será o previsto no parágrafo 1º deste artigo.

(...)

Alterar: § 2º - Nos casos das alíneas G e H é exigido deliberação da Assembleia especialmente convocada para esse fim, cuja decisão se dará por maioria simples dos associados presentes e com condições de voto.

ARTIGO 48º - (...)

(...)

Alterar: § 2º - A composição das chapas deverá ter no mínimo 50% de mulheres.

Alterar: ARTIGO 49º - Qualquer associado da Entidade poderá se candidatar às eleições, nas seguintes condições:

- a) que esteja em dia com as suas obrigações sindicais;
- b) que tenha pelo menos 6 (seis) meses de sindicalização antes da realização das eleições;
- c) que não tenha sido excluído do quadro da Diretoria ou

POR UM STU MAIS ATIVO E UMA CATEGORIA MAIS SOLIDÁRIA NO COMBATE AO SOFRIMENTO PSÍQUICO NO TRABALHO

"Vivemos tempos sombrios, onde as piores pessoas perderam o medo e as melhores perderam a esperança" Hannah Arendt

Há um tempo estamos vivenciando um sentimento de agravamento da solidão, isolamento e angústia na universidade. Casos de suicídio entre os trabalhadores estão deixando de surpreender, e receio que um dia nos deixe de sensibilizar.

Nossa realidade não está descolada do que acontece no Brasil. Só em 2024 houveram mais de 472 mil casos de afastamentos do INSS vinculados à saúde mental (ou seja, o número não contabiliza os afastamentos de servidores estatutários), correspondendo a um aumento de quase 70% em 1 ano, segundo o Ministério da Previdência Social. A própria OMS (Organização Mundial da Saúde), que longe de se preocupar com os trabalhadores, atua de forma a viabilizar a continuidade do capitalismo e manutenção das relações de exploração intra e inter nações já sinalizou "é hora de se concentrar no efeito prejudicial que o trabalho pode ter em nossa saúde mental".

No final do ano de 2024 um caso chamou a atenção pois ocorreu dentro do campus, no horário de trabalho. Quando se conversa com especialistas em saúde mental do trabalhador, somos orientados a olhar esse tipo de episódio como um manifesto e precisamos urgentemente nos atentarmos a isso. Mas não é só nessas circunstâncias que devemos nos preocupar. Não pretendo aqui trazer nomes ou dados que individualize os casos, afinal, obviamente cada sofrimento é único e cada caso possui diversos atravessamentos. O que desejo é fazer um convite à categoria para que discutamos nesse XIV Congresso do STU as ferramentas que temos e que precisamos desenvolver para avançarmos coletivamente nesse tema.

O trabalho ocupa parte muito importante da nossa existência e identidade, e dedicamos a ele boa parte do nosso tempo de vida. Entendê-lo como um elemento agregador e atravessador de nossas dores é fundamental para conseguirmos ter forças para viver além dele - e por vezes a despeito dele.

Um ambiente de trabalho em que não há perspectiva de crescimento, um ambiente que convive com assédio de qualquer natureza ou no qual somos vítimas de assédio, a falta de acompanhamento psicossocial das vítimas de violências verbal e física (racismo, violência sexual, lgbtobia, assédio moral) e metas pouco ou nada flexíveis, sistema de controle dos corpos rígidos que desconsidera as dinâmicas de cada trabalho e das diferentes afetações que a realidade impõe ao cotidiano de trabalho, são fatores ambientais que aprofundam as condições de sofrimento mental.

A sobrecarga de trabalho, a diminuição constante do quadro de servidores, o aumento da complexidade e volume de trabalho, além de representarem um risco em si, impõe uma dinâmica de individualização e isolamento cada vez maior a nós. Este é um caminho em que a Unicamp se aprofunda a cada dia.

A descrença em soluções coletivas, na cooperação entre trabalhadores e na presença e combatividade do Sindicato pioram e muito essa realidade, pois a desilusão e a falta de esperança nos tiram as grades de proteção nos lançando de forma cada vez mais veloz e definitiva ao desamparo.

O Sindicato dos Trabalhadores precisa se engajar definitivamente nessa luta. Tanto na compreensão dos mecanismos de trabalho e funcionamento da Unicamp que prejudicam a nossa saúde e esgarçam nossas relações sociais, como na atuação nacional por responsabilização e regulação de novas relações de trabalho mais justas e saudáveis, e principalmente se tornando uma real ferramenta e referência para a categoria na sua defesa e proteção também do ponto de vista do sofrimento psíquico.

Há experiências no Brasil que podemos nos basear para construção de políticas sindicais e trabalhistas mais humanizadas e eficientes.

Já em 2025 está prevista a entrada em vigor da nova NR1, que prevê a responsabilização patronal frente a manutenção de um ambiente mais saudável do ponto de vista psíquico, exigindo que as empresas identifiquem e gerenciem os riscos psicossociais no trabalho, considerando a Convenção 190 da OIT, já ratificada no Brasil em 2019 e em 2023 levada ao Congresso Nacional para sua efetivação. Precisamos não só cobrar a efetivação da NR1 na Unicamp, mas participar de sua implementação, acompanhamento e aperfeiçoamento.

A Rede Margarida, por exemplo, tem se mostrado um espaço consciente e potente para a articulação dos trabalhadores e seus representantes com vínculo com o Departamento de Saúde do Trabalho da FCM, e devíamos nos aproximar desta rede que já manifestou diversas vezes solidária e aberta para atuar junto à comunidade no sentido de fortalecer nosso Sindicato e a categoria nos casos de pós-venção (atendimento junto aos enlutados por suicídio), mas infelizmente o sindicato ainda não se engajou nessa pauta e claramente precisa de auxílio para construção de políticas mais efetivas.

Outra dificuldade que enfrentamos é a falta de dados. O reiterado descumprimento do TAC do assédio moral da Unicamp, não compartilhando com o STU os dados referentes a denúncias de assédio moral, a falta de acesso a dados sobre afastamentos em decorrência de adoecimento mental e baixas relativas a suicídio de trabalhadores

Para fazer frente a esta realidade é fundamental a criação por parte do STU de um sistema de Vigilância em Saúde Mental do Trabalhador, junto à UNICAMP, CIPA e MPT, e na medida do possível, junto à Adunicamp e SEAAC. Difundir junto à nossa categoria a importância do compartilhamento de informação referente ao sofrimento mental e suicídio. tentado ou efetivados, com o STU, numa tentativa de vigilância popular, que nos possibilite não só acompanhar os casos, mas acolher o trabalhador e sua comunidade.

Participar de conferências e trocas de experiência com outras entidades de classe e pesquisadores da área, para formação dos diretores e membros do CR, a fim de identificar os problemas da categoria, e assim construir e adaptar políticas mais efetivas para nossa comunidade.

Atuar permanente e contundentemente na criação de

Acompanhar e acolher vítimas de assédio e opressões no ambiente de trabalho, visando sua recuperação e fortalecimento, para a superação do trauma e para construção de ambientes de trabalho mais acolhedores.

Ampliar o quadro de psicólogos no Cecom, com preocupação de manter no quadro, de forma permanente, profissionais especializados na atenção às populações oprimidas, tais como negros, pessoas com deficiências, LGBTQIAPN+ e mulheres.

Vincular políticas de acolhimento a vítimas de assédio e violências à política de atenção integral à saúde, incluindo a esfera psicossocial.

Outras ações são possíveis, mas sem dúvida a primeira delas é termos um Sindicato que não inviabilize esse assunto e potencialize as demandas da categoria e se torne referência de acolhimento.

Marina Rebelo (IFCH)
Roberta Botelho (IEL)

ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DO SINDICATO
Execução de assembleias em modo virtual ou híbrido

O Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp, representante dos funcionários de uma das universidades mais renomadas do país, tem como objetivo principal defender os direitos e interesses de seus associados, promovendo a participação democrática e a representatividade em suas decisões. No entanto, a atual forma de realização das assembleias, exclusivamente presencial, tem se mostrado limitada, resultando em baixa participação e engajamento dos trabalhadores. Diante desse cenário, propõe-se a alteração do estatuto do Sindicato para permitir a realização de assembleias em formato virtual ou híbrido, ampliando a acessibilidade e a inclusão de todos os funcionários.

Atualmente, as assembleias são realizadas de maneira presencial, o que, embora garanta a tradição do debate face a face, tem se mostrado um obstáculo para a participação efetiva dos trabalhadores. Muitos associados enfrentam dificuldades para comparecer devido à distância geográfica, já que a Unicamp possui unidades e funcionários lotados em diferentes cidades. Além disso, a rotina de trabalho, compromissos pessoais e a indisponibilidade de tempo para deslocamento têm sido fatores que contribuem para a baixa representatividade nas assembleias.

A experiência de uma assembleia realizada em formato virtual demonstrou que a adoção de ferramentas digitais pode ser uma solução eficaz para superar essas barreiras. Essa assembleia registrou um dos maiores índices de participação dos funcionários, evidenciando que muitos trabalhadores estão dispostos a participar ativamente quando têm a possibilidade de fazê-lo de forma remota.

O sucesso desse modelo reforça a necessidade de

modernizar os mecanismos de participação, adaptando-os às necessidades e realidades dos associados.

A proposta de alteração do estatuto visa incluir a possibilidade de realização de assembleias virtuais ou híbridas, garantindo que todos os funcionários, independentemente de sua localização ou disponibilidade, possam exercer seu direito de voto e de expressão. O formato híbrido, em particular, combina o melhor dos dois mundos: permite a participação presencial para aqueles que preferem ou podem comparecer, enquanto oferece a opção remota para os demais. Além disso, a adoção de plataformas digitais seguras e acessíveis garantirá a transparência e a legitimidade do processo decisório.

Portanto, a proposta de alteração do estatuto do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp para permitir assembleias virtuais e híbridas representa um avanço significativo na busca por maior participação, inclusão e representatividade. É um passo essencial para garantir que todos os funcionários, independentemente de suas circunstâncias, possam contribuir ativamente para as decisões que impactam seus direitos e condições de trabalho.

A aprovação dessa mudança será um marco importante na história do Sindicato, reforçando seu papel como entidade democrática, moderna e comprometida com o bem-estar de seus associados.

Representantes da contribuição:

Allan Michel de Souza
Bruno Gomes Ximenes
Gustavo Bueno Bellini

POR UMA NOVA TRADIÇÃO NO STU QUE UNIFIQUE EFETIVOS E TERCEIRIZADOS

Contribuição do Nossa Classe ao congresso de trabalhadores da Unicamp

A terceirização é a chaga que, com ares de “modernidade”, foi juridicamente acatada e integrada às relações de trabalho no Brasil em 1993, e que, desde então, tem provocado os maiores danos experimentados pelos trabalhadores e trabalhadoras, sendo, inclusive, um dos elementos que se encontram na raiz dos problemas que promovem o trabalho em condições análogas às da escravidão.

Em 1995, primeiro ano do governo FHC – havia 1,8 milhão de terceirizados formais no país. Porém, nos primeiros dois anos do governo Lula, em 2005, os terceirizados já eram 4,1 milhões, um crescimento de 127%. Durante os governos Lula e Dilma o número de terceirizados subiu de 4 a 12,7 milhões, um aumento de 109%. Depois do golpe, com a aprovação da reforma trabalhista e da Lei da terceirização (Lei nº 13.429/2017 que permite a terceirização das atividades fim), a terceirização ampliou-se enormemente durante o governo golpista de Temer e do de extrema direita de Jair Bolsonaro.

O atual governo de Frente Ampla Lula-Alckmin mantém todas as reformas sem qualquer atitude para frear a precarização do trabalho, pelo contrário, toma medidas que agravam a situação, como é o caso da proposta do PL da Uberização que legaliza a jornada de mais de 12 horas dos trabalhadores por aplicativo. Recentemente, a terceirização ganhou renovado ataque por parte do STF que garantiu que o Estado e suas autarquias estão isentos de responsabilidades se a empresa contratada não pagar salários e outros direitos dos terceirizados.

Numericamente, os trabalhadores terceirizados em 2020 já representavam 25% de todos os trabalhadores CLT do país, ou seja, pelo menos 1 a cada 4 trabalhadores de carteira assinada são contratados pelas empresas de terceirização, número que seguramente vem aumentando ano a ano. No serviço público o número de trabalhadores terceirizados também está numa crescente e na Unicamp não é diferente: pode-se afirmar que há na universidade pelo menos 2 mil trabalhadores terceirizados, em uma categoria de 8.830 efetivos.

Enquanto política, a terceirização foi uma maneira da burguesia de distintos países de atingir dois objetivos: 1) a divisão da classe trabalhadora dentro do seu local de trabalho em categorias sindicais distintas, entre efetivos e terceirizados, com direitos e sem direitos, com organização sindical e sem organização sindical, em que uma parcela passou a ser vista como trabalhadores de 2º ou 3º classe; 2) precarizar o trabalho, rebaixar os salários e burlar a legislação trabalhista (a norma do trabalho terceirizado é o desrespeito constante à CLT de distintas formas).

Além disso, a maioria dos terceirizados são mulheres, negros, LGBTs e imigrantes. A terceirização tem rosto de

mulher e a cor da pele negra, e as patronais sabem que é nos setores mais oprimidos da sociedade que poderão encontrar a força de trabalho barata para os trabalhos mais precários. Não é possível falar de igualdade de trabalho e de salário sem se enfrentar com a terceirização.

Por conta da enorme precarização a que estão submetidos (convivendo com baixos salários, brutal assédio, falta de EPIs, descontos irregulares e jornadas extenuantes) os trabalhadores terceirizados são o setor da classe trabalhadora mais explosivo atualmente. Constantemente enfrentam não só a patronal mas também seus sindicatos que comumente são dirigidos por chapas patronais e mafiosas, como é o caso do SIEMACRO (UGT) - representante das trabalhadoras da limpeza. Lamentavelmente, grande parte dos sindicatos que representam os efetivos, ignorando que o avanço da terceirização os enfraquece, aceitam a divisão imposta, pouco ou nada fazem para unificar as fileiras da classe e isolam de qualquer solidariedade às greves de trabalhadores terceirizados.

Isso é particularmente visível nos sindicatos que representam os efetivos em estatais, autarquias e no funcionalismo público. Seu corporativismo elitista se expressa na recusa em defender a efetivação dos trabalhadores terceirizados sem a necessidade de concurso público. Alguns sindicatos chegam a culpabilizar os trabalhadores terceirizados e outros se adaptam a tal ponto que dizem que “há uma terceirização boa (limpeza e vigilância) e uma ruim (atividades fim)”. Afirmam comumente que a efetivação é ilegal e que favoreceria as pessoas em cargos comissionados e indicados por políticos e gestores. Assim, defendem o combate à terceirização (quando a defendem) sem se importar com os trabalhadores que atualmente trabalham como terceirizados - o fim da terceirização sem efetivação significaria sua demissão em massa e poucos passariam no concurso público, que é a prova de que são aptos para o cargo sendo que já provam no dia a dia sua aptidão, por vezes há décadas.

Sobre a questão da legalidade da efetivação sem concurso, vale lembrar que a terceirização é feita para driblar as leis trabalhistas e a própria existência de terceirizados no setor público rompe a legalidade, pois, como afirma o professor da USP e jurista Jorge Luiz Souto Maior “a norma constitucional que prevê a realização de concurso público para a contratação de servidores não traz qualquer excepcionalidade para as ditas 'atividades-meio' ou qualquer outra atividade. Então, o argumento do respeito à legalidade estrita aparece apenas como retórico e até de forma desrespeitosa à inteligência humana”. No que diz respeito aos comissionados e indicados, sabemos que

são a ínfima minoria e o concurso não impede em nada ocorrer esse tipo de prática: a efetivação sem concurso é um programa para a esmagadora maioria dos trabalhadores terceirizados e sua defesa pelos efetivos é um passo fundamental na batalha pela unidade das fileiras da classe trabalhadora.

Na Unicamp vimos algumas greves de trabalhadores terceirizados nos últimos anos. Em 2022, a empresa Soluções assume os bandejões e rebaixa enormemente os salários e as condições de trabalho, chegando ao ponto de uma trabalhadora, Cleide Aparecida, falecer durante o expediente. Contra essa situação, as trabalhadoras do bandejão de Limeira entraram em greve, se enfrentando com a empresa, a reitoria e o seu sindicato. Há poucas semanas, vimos a greve de dois dias dos trabalhadores da manutenção da Onet que foi vitoriosa e conseguiu frear importantes ataques da empresa, como a demissão do Cipeiro e corte do VA. Ambas as greves contaram com o apoio do Nossa Classe e de um setor do movimento estudantil, como a Faísca Revolucionária e o Comitê em Defesa das Terceirizadas. Lamentavelmente, repetindo os piores vícios do sindicalismo brasileiro, nenhuma das chapas que compõem o STU prestou qualquer nível de solidariedade às greves e fingiram que elas não existiram.

Em um sentido totalmente contrário, o SINTUSP possui outra tradição de atuação. Historicamente esteve presente nas lutas das trabalhadoras terceirizadas ativamente, ajudando na organização e nas ações das greves, como foi no caso das greves da Higilimp, da Dima e tantas outras.

É por conta dessa atuação lado a lado que o SINTUSP defende o programa de efetivação dos trabalhadores terceirizados sem a necessidade de concurso público. Por conta de lutas políticas que o sindicato travou por anos na CSP-Conlutas, a central sindical é a única que defende o programa de efetivação sem concurso - uma resposta para a unidade da classe trabalhadora. Mais recentemente, conquistaram, depois de muita luta, o direito das

trabalhadoras terceirizadas utilizarem o circular interno, o BUSP, dando fim à uma absurda prática de segregação racial na maior universidade da América Latina digna do Apartheid na África do Sul e das Leis Jiw Crow nos EUA. Tendo essa vitória como exemplo e em uma perspectiva de igualar direitos, os trabalhadores efetivos da Unicamp podem defender e batalhar para que todos os trabalhadores terceirizados tenham acesso ao Cecom, à creche e às bibliotecas.

Nós do Nossa Classe defendemos ser preciso uma nova tradição no STU e no conjunto da categoria que não naturalize a divisão imposta pelo Estado, reitoria e patronais e batalhe pela unificação entre efetivos e terceirizados. Para isso, os efetivos, que possuem mais direitos e maior capacidade de organização sindical, precisam ser ativos em se solidarizar com os trabalhadores terceirizados em suas lutas e em sua organização no local de trabalho. Basta de nosso sindicato ignorar as lutas dos trabalhadores terceirizados! Para a unificação, é preciso batalhar pela igualdade de direitos e de salário entre efetivos e terceirizadas. Por isso, tendo a batalha pelo BUSP como exemplo, defendemos o acesso ao Cecom, creche, fretado e bibliotecas a todos os trabalhadores terceirizados. Para ter um programa que combata a terceirização sem ir contra os trabalhadores terceirizados, defendemos a efetivação de todos os atuais trabalhadores sem a necessidade do concurso, pois já provam no dia a dia que são aptos para o trabalho. Só assim poderemos unificar a classe e avançar para dar uma resposta de fundo aos problemas que assolam a classe trabalhadora. Uma só classe, uma só luta!

Assinantes:

Matheus Correia – IB

José Augusto – IB

Rafael Porto – IG

Rafael Prieto - DAC

Natália Mantovan - FENF

Conjuntura Internacional

O MUNDO EM EBULIÇÃO - A CRISE ECONÔMICA E O REDIMENSIONAMENTO DA EXPLORAÇÃO EM NÍVEL MUNDIAL

Estamos diante de uma reestruturação da ordem mundial e de uma divisão imperialista dos recursos mundiais. Neste quadro, a ação de Trump por manter a hegemonia econômica norte-americana caminha de guerra comercial através de sobre-taxas de importações, caça aos imigrantes, apropriação das reservas minerais ucranianas (ao mesmo tempo que cessa o fornecimento de armas e de inteligência estratégica de informações para a Ucrânia, forçando na prática sua rendição à Trump e Putin), e a ameaças que podem se concretizar, como de invasões e tomada de territórios da Groenlândia, Palestina, Canal do Panamá ou o Canadá.

Tais ações efetivam-se em detrimento de todas as relações anteriormente estabelecidas, com a imposição de força econômica e ameaças militares sobre Europa, México, Canadá, ou o conjunto dos BRICS diante da possibilidade de se afastarem do dólar como meio de troca. O divisor de águas destaca a ideologia “America First” de Trump, sua busca de preservar a posição de supremacia perante a China, e sua tendência a ver cada questão ou aliança como uma proposta de valor de dólares e centavos. Também ressalta seu afastamento do establishment da política externa do Ocidente, que Trump afirma ter frustrado seu primeiro mandato. Embora o secretário de defesa dos Estados Unidos tenha se comprometido novamente com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Trump disse na campanha que ele pode não defender os membros da aliança que não investiram o suficiente em defesa.

O primeiro teste dessa nova realidade EUA-Europa acontecerá na Ucrânia. Trump desenvolve as negociações para acabar com a guerra na Ucrânia discutindo os espólios de mineração e a perda territorial do país, após sua ligação com Putin, sem espaço para manifestações da Europa, e sequer da própria Ucrânia. O que pode surgir é uma solução nos moldes da partição da Alemanha após a Segunda Guerra Mundial, com o território ocupado pela Rússia congelado sob seu controle com o resto da Ucrânia — do outro lado de uma fronteira dura — permanecendo uma nação dependente da exploração norte-americana. Talvez a borda ocidental pudesse se juntar à União Europeia, como a antiga Alemanha Ocidental. Mas desta vez, as tropas dos EUA não agiriam em base às definições da OTAN em caso de novos confrontos.

O resultado deste processo é uma nova corrida armamentista diante de um cenário de incertezas e recolonizações, e que a redivisão do planeta entre EUA, China e Rússia coloca maiores riscos de uma nova guerra em larga escala. A Europa passa a discutir a estruturação de um exército comum e que otimize seus recursos, o investimento de 800 bilhões de euros e o fortalecimento de uma rede industrial própria de armas, ao mesmo tempo que debate a

ampliação dos gastos militares, partindo da premissa de que os recursos para superação de desigualdades sociais podem e devem ser redestinados para a compra de armas.

As vendas de equipamentos militares dos Estados Unidos para governos estrangeiros cresceram 29% em 2024, atingindo a cifra recorde de US\$ 318,7 bilhões, afirmou o Departamento de Estado, com países buscando repor seus estoques que foram enviados para a Ucrânia e se preparando para grandes conflitos. As vendas aprovadas em 2024 incluem US\$ 23 bilhões em caças F-16 e melhorias para a Turquia, US\$ 18,8 bilhões em caças F-15 para Israel e US\$ 2,5 bilhões de tanques M1A2 Abrams para a Romênia. As compras aprovadas em 2024 geralmente vão para a carteira de pedidos das fabricantes de armas dos EUA, que esperam que os resultados dos próximos trimestres sejam sustentados pela venda de centenas de milhares de projéteis de artilharia, centenas de interceptadores de mísseis Patriot e pelo aumento nos pedidos de veículos blindados.

As principais potências gastaram US\$ 2,4 trilhões em suas forças armadas no ano passado — numa ofensiva liderada por EUA, China e Rússia. Trata-se do valor mais elevado já registrado, superando o auge da Guerra Fria. Apenas os países da Otan foram responsáveis por US\$ 1,3 trilhão, segundo os dados do Sipri (Instituto Internacional de Estocolmo para Pesquisas para a Paz, na tradução). Os gastos no Oriente Médio e Ásia também batem recorde. Para se ter uma dimensão do impacto destas cifras, a pobreza extrema atinge hoje 648 milhões de pessoas que, segundo o Banco Mundial, vivem com menos US\$ 2,15 por dia. Dar mil dólares para cada uma delas por um ano revolucionaria a vida desse segmento mais miserável do planeta e custaria menos de US\$ 700 bilhões. Um terço dos gastos em armas.

Os antagonismos políticos no interior da classe capitalista na etapa histórica atual se acirram, em que a disputa entre partidos de extrema-direita neofacistas e liberais atinge um patamar que coloca a ameaça de desmoronamento dos regimes democráticos burgueses. Nos últimos dez anos a avalanche da extrema-direita veio crescendo de forma avassaladora, e veio ficando evidente que uma parcela da classe dominante, nos mais variados continentes e países, defende a necessidade de regimes autoritários, ainda que admitam eleições. Foi assim no Brasil e na Argentina, mas também na Índia ou nos EUA, na Turquia ou nas Filipinas e, em toda a Europa. Há uma luta em curso entre os capitalistas sobre qual entre os dois regimes políticos de dominação, a democracia liberal ou regimes bonapartistas, corresponde melhor à defesa de seus interesses estratégicos. A esquerda não pode ser cega diante deste perigo, é necessário identificar os momentos

em que a unidade na ação, nas ruas e nas eleições, pode trazer as fissuras burguesas contra a ameaça neofascista.

A situação mundial está determinada, em primeiro lugar, por uma ofensiva contrarrevolucionária das frações burguesas mais antioperárias, racistas, misóginas, obtusas e arcaicas. Estamos em uma difícil defensiva em 2025, depois do esgotamento de duas ondas revolucionárias regionais, a primeira na América do Sul e a segunda no Magreb e mundo árabe, e da maior crise econômica mundial do capitalismo desde 1929, que precipitou uma recessão internacional por uma década. Evitaram uma depressão como nos anos 30 do século passado, mas a etapa mundial teve uma inflexão reacionária na relação social de forças. Desde, pelo menos 2015, quem está na ofensiva é a contrarrevolução. Essa dinâmica foi estabelecida, em grande medida, porque o capitalismo conseguiu ganhar tempo histórico, salvando de um crash catastrófico o sistema financeiro internacional através da estratégia de relaxamento monetário ou Quantitative Easing: a emissão de títulos de dívida pública, em escala inédita de trilhões de dólares. Essa excepcionalidade foi possível porque, simultaneamente, foram implementados ajustes reacionários de desmantelamento das conquistas sociais do pós-guerra na educação, saúde, habitação e transportes públicos que favoreceram o aumento da exploração do trabalho e da desigualdade social.

Nesta situação é errado o reducionismo da análise mundial a uma avaliação exclusiva do peso das mobilizações de massas, em especial quando elas eram expressões de baixo nível de consciência dos antagonismos entre capital e trabalho. A luta de classes foi sempre a bússola marxista para oferecer sentido às inflexões na relação social de forças. Mas a crise de influência da esquerda, das tendências mais moderadas às mais radicais, levou a que o sentido de mobilizações de massas tenha estado em disputa, desde o início. Nem toda mobilização que arrasta setores de massa cumpre um papel progressivo. A burguesia também se apoia em mobilizações de massas, ainda que excepcionalmente.

Mesmo neste quadro, neste processo ocorreram desigualdades porque, apesar da crescente mundialização, não há sincronia na luta de classes. Mesmo no contexto de uma situação reacionária, há lutas e resistência. No Chile, se abriu uma situação pré-revolucionária em 2019, o primeiro

grande ascenso de massas, desde 1973, que colocou em movimento uma nova geração e culminou com a eleição de Boric. Não foram menores as manifestações na Argélia, mas não conseguiram derrubar o regime. No Líbano uma explosão democrática de massas denominada Thaoura, ou revolução em árabe, teve como centelha o aumento de impostos sobre os combustíveis, e fez tremer o regime político.

No ano passado, em Bangladesh, o movimento estudantil acendeu a fagulha de uma greve geral que derrubou um regime há mais de vinte anos no poder. A tentativa de autogolpe na Coreia do Sul foi derrotada por uma reação popular fulminante que incendiou uma greve geral e frustrou a quartelada. Ainda que com muitos limites políticos, em função dos níveis modestos de auto-organização prévios, estas mobilizações expressaram impulso revolucionário e foram gigantescas, imponentes e heroicas. Mas a grandeza destas lutas populares não foi suficiente para inverter o sentido da etapa. O flagelo de mais um genocídio palestino impune é uma ferida que não vai cicatrizar por muitos anos.

A Ucrânia não poderá escapar do destino trágico de mais um Protetorado das potências, porque não há solução militar para a guerra. Será repartida entre a Rússia e os EUA. Mas, embora esta conjuntura seja adversa, não nos pode deixar de ver que as lutas decisivas são aquelas que estão à nossa frente, não aquelas que ficaram para trás.

Assinam esta contribuição os diretores do STU, que compõem o coletivo Travessia:

Beto Roldan (IA)
Bianca Zupirulli (Fasubra)
Jéssica Vega (Aposentada/DEDIC)
Juliana Oshima Franco (SEC)
Maria Edith Almeida (Caism)
Marli Armelin (DEDIC)
Rafael Cabelo (DETIC)
Sandra Ramos (Aposentada/CDC)
Toninho Alves (PRG)
Vicente Estevam (FE)

E também: Ângelo Barreto (IFGW), ex-diretor do STU, e todos os companheiros e companheiras que constroem o Travessia Unicamp (www.travessiacampinas.com.br).

Conjuntura Nacional

BRASIL – ENCRUZILHADA NA DEFESA DE UM PAÍS COM INCLUSÃO SOCIAL

No momento de queda da popularidade do governo, a oposição fascista busca lançar a campanha pelo impeachment de Lula, no mínimo visando obter a impunidade pela tentativa de golpe de Estado e acumular forças para as eleições de 2026.

A luta política vai se acirrar no país, e é necessário defender Lula do golpismo da extrema direita. Ao mesmo tempo, é preciso que a esquerda e os movimentos cobrem mudanças de rumo do governo. Ainda há tempo de evitar o retorno dos fascistas ao poder no Brasil, mas isso exige luta nas ruas e reorientação de estratégia política.

A combinação de dois fatores favorece a extrema direita no Brasil neste momento.

Primeiro, o governo norte-americano, de Donald Trump, tem como um dos seus eixos insuflar as forças da extrema direita em todo mundo, para derrotar governos que se opõem ao neofascismo, como é o caso de Lula. Encorajados e patrocinados por Trump e Musk, o bolsonarismo arquiteta a ofensiva política, visando o triunfo eleitoral em 2026, a rapinagem sobre os recursos e empresas estatais, a “porteira aberta” para cometer crimes ambientais, e a obtenção de anistia aos golpistas. Mas há também o fator interno, não menos importante. É visível o enfraquecimento político do governo federal, em parte pelos seus próprios erros e limites de estratégia política. Há elementos conjunturais que explicam a queda acelerada da popularidade de Lula.

A alta da inflação dos alimentos e dos combustíveis atinge sobretudo as famílias trabalhadoras. A repercussão gigantesca da fakenews sobre a “taxação do PIX” despertou o medo de tributação em milhões de pessoas que têm micro ou pequenos negócios.

Porém, há motivos mais de fundo que ajudam a elucidar o descenso da popularidade de Lula. Uma parte significativa do eleitorado que votou nele está frustrada com o governo, que não está entregando o que prometeu.

A elevação do PIB e de alguns outros indicadores macroeconômicos não está se traduzindo na vida concreta do povo.

A verdade é que a política econômica de Haddad, sob a camisa de força da austeridade fiscal e da alta da taxa de juros, limita severamente a capacidade de produzir uma melhora palpável nas condições de vida da classe trabalhadora.

Além de aplicar uma política econômica restritiva, o governo está renunciando, até aqui, à luta político-ideológica e à mobilização social para fazer frente à sabotagem da oposição bolsonarista, da Faria Lima e do centrão, que mantém o Governo refém em votações fundamentais, como a lei orçamentária anual.

A estratégia política de Lula tenta repetir a receita dos

primeiros governos petistas, de duas décadas atrás.

Acontece que as condições políticas nacionais e internacionais são completamente diferentes e muito mais hostis. Sem engajar e mobilizar sua base social com medidas populares de impacto, sem fazer o enfrentamento político e ideológico cotidiano, contando apenas com um crescimento econômico moderado e uma governabilidade frágil, ancorada no aluguel (caríssimo) de votos do centrão no Congresso, o caminho para a derrota em 2026 parece inevitável, e várias opções de candidaturas de direita buscam ocupar o espaço que foi ocupado por Bolsonaro nas últimas eleições.

Mas ainda há tempo para mudar o rumo, os partidos de esquerda e os movimentos sociais não podem vacilar na defesa de Lula diante da ofensiva política da extrema direita, é fundamental compreender que o inimigo central é o fascismo e que a volta do bolsonarismo ao poder central será trágica para a classe trabalhadora, para a democracia, para os direitos sociais e o conjunto da esquerda. Lideranças e organizações que priorizam os ataques ao governo Lula, atuando contra a unidade antifascista, acabam servindo politicamente aos objetivos do bolsonarismo.

Por outro lado, tem igual importância o entendimento de que é preciso pressionar o governo por uma mudança de rumo à esquerda.

É necessário que Lula abrace a defesa de medidas populares de amplo impacto, tais como: fim da escala 6x1, taxaço das grandes fortunas, redução dos preços dos alimentos e dos combustíveis, isenção do imposto de renda a quem ganha até R\$ 5 mil, reajuste do Bolsa Família e plano robusto de obras públicas e investimentos em educação, saúde, proteção ambiental e transição energética. Para viabilizar essas e outras medidas, é chave romper com as amarras da austeridade fiscal e dos juros altos.

O perigo imediato é que o governo faça um giro à direita, concedendo mais ministérios ao centrão, apertando o cinto do ajuste fiscal e mantendo uma linha de desmobilização social. Por isso, tem enorme relevância uma política dos partidos de esquerda e movimentos sociais que exerça pressão pela esquerda. Iniciativas importantes estão previstas e necessitarão de nosso engajamento, como a realização de um plebiscito nacional esse ano para pautar o fim da escala 6x1 e a taxaço das grandes fortunas.

As Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, a UNE, o MST, sindicatos e diversas outras organizações estão envolvidas nessa construção.

Ao mesmo tempo, estes movimentos sociais precisam articular as lutas fragmentadas em curso, como na educação e saúde em diversos estados, ou nos enfrentamentos às privatizações, dando corpo à uma pauta da classe trabalhadora nas ruas e nas redes.

Em São Paulo, nada é tão ruim que não possa piorar!
São Paulo viveu por vinte 20 anos com a política de desmonte do PSDB. Nas últimas eleições a vitória do setor mais à direita e conservador REPUBLICANOS aliados ao PL de Bolsonaro, exprime o lado mais reacionário do estado.

A Política do governador Tarcísio de Freitas ataca a educação, massacra os professores, não dá reajuste, e amplia a força da PM, com aumento salarial e armamentos.

Derrotar Tarcísio e São Paulo é crucial para que não vivamos um governo Bolsonarista novamente.

Beto Roldan (IA)
Bianca Zupirulli (Fasubra)
Jéssica Vega (Aposentada/DEDIC)
Juliana Oshima Franco (SEC)
Maria Edith Almeida (Caism)
Marli Armelin (DEDIC)
Rafael Cabelo (DETC)
Sandra Ramos (Aposentada/CDC)
Toninho Alves (PRG)
Vicente Estevam (FE)

E também: Ângelo Barreto (IFGW), ex-diretor do STU, e todos os companheiros e companheiras que constroem o Travessia Unicamp (www.travessiacampinas.com.br).

Fora Bolsonaro

UMA BATALHA DECISIVA: SEM ANISTIA! PRISÃO PARA BOLSONARO E TODOS GOLPISTAS!

Sem anistia!

Nos meses de dezembro e janeiro, diversas ações foram estabelecidas na tentativa de disparar um processo golpista diante da troca de poder no país.

Ações de terror em Brasília com focos de depredação sem que nenhuma prisão fosse estabelecida incentivou ainda mais os acampamentos golpistas, apoiados pelo comando das forças armadas, bem como a tentativa de explodir uma bomba junto a um caminhão tanque, dando o prenúncio do que poderia ser o 8 de janeiro deste ano. Mas a invasão e a destruição das sedes dos três poderes da República não seriam possíveis sem planejamento, comando político, financiamento empresarial e facilitação policial e militar.

A Polícia Federal encontrou na casa de Anderson Torres, minuta feita para que Bolsonaro mudasse o resultado das eleições, por meio de intervenção no TSE. Provas não faltam das intenções golpistas, que sempre encontraram em Augusto Aras, o procurador-geral da República, um escudeiro contra qualquer espécie de investigação.

O país está diante de uma encruzilhada histórica: destruir o fascismo bolsonarista ou ser destruído por ele, não há terceira opção. A contemporização e conciliação com golpistas, e seus auxiliares disfarçados de moderados, é receita certa para a derrota.

O governo Lula precisa liderar uma ofensiva implacável. Sem desfazer o ninho golpista no comando das Forças Armadas e policiais, não será possível vencer. Para avançar, a construção da mobilização popular é chave. As evidências colhidas deixam nítido que o propósito da ação era o de provocar um golpe militar que derrubasse o governo Lula.

Articuladores da invasão falavam abertamente em “tomada do poder”, através da instauração do caos no país a partir da ocupação de Brasília, dando pretexto a uma intervenção militar. Mas o plano falhou e o comando militar não agiu para a tomada do poder, embora tenha dado guarida aos acampamentos golpistas.

Tão logo as imagens da selvageria foram veiculadas na televisão e redes sociais, a invasão em Brasília gerou repúdio na ampla maioria da sociedade. Houve também unânime repulsa do ponto de vista internacional, com declarações de condenação de dezenas de países.

Assim foi possível uma contraofensiva, com a intervenção na segurança do DF, com os presidentes dos demais poderes (Legislativo e Judiciário) se posicionando em rejeição ao golpe, e Alexandre de Moraes (STF)

determinando o fim dos acampamentos em quartéis, a prisão dos seus participantes e o afastamento do governador do DF.

O plano golpista do 8 de janeiro fracassou, mas a ameaça segue vigente pela influência política de massas do bolsonarismo, e expressiva penetração nas forças policiais e militares.

As ações golpistas, a priori, recuaram e estão momentaneamente na defensiva. É preciso aproveitar o momento de contra-ofensiva para aprofundá-la ao máximo.

Três aspectos são fundamentais na luta contra o golpismo.

Primeiro, exercer a mais dura repressão contra os inimigos da liberdade — sem anistia, ao mesmo tempo em que deve desbolsonarizar as forças armadas, ao contrário da linha de conciliação de José Múcio.

Segundo, o governo Lula precisa entregar ao povo trabalhador as melhorias de vida prometidas na campanha, de modo a enfraquecer a influência bolsonarista na população, especialmente em setores da classe trabalhadora mais pobres.

Terceiro, é necessário avançar na construção da mobilização e organização de massas à esquerda para a luta contra o fascismo e pelas demandas mais sentidas pelo povo trabalhador.

Sem a melhoria de vida qualitativa da população com empregos, direitos sociais, aumento da renda e valorização dos serviços públicos, o mal estar social pode se aprofundar, gerando um cenário propício para novas ações golpistas e/ou a volta da extrema direita ao poder na próxima

Assinam esta contribuição os diretores do STU, que compõem o coletivo Travessia:

Beto Roldan (IA)
Bianca Zupirulli (Fasubra)
Jéssica Vega (Aposentada/DEDIC)
Juliana Oshima Franco (SEC)
Maria Edith Almeida (Caism)
Marli Armelin (DEDIC)
Rafael Cabelo (DETIC)
Sandra Ramos (Aposentada/CDC)
Toninho Alves (PRG)
Vicente Estevam (FE)

E também: Ângelo Barreto (IFGW), ex-diretor do STU, e todos os companheiros e companheiras que constroem o Travessia Unicamp (www.travessiacampinas.com.br).

NÃO A TODA FORMA DE OPRESSÃO! EM DEFESA DOS DIREITOS DEMOCRÁTICOS E CIVIS DAS PESSOAS LGBTQIAPN+!

Infelizmente, o Brasil tem uma história alarmante de violência e discriminação contra a comunidade LGBTQIAPN+. De acordo com dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2020 foram registrados 1.034 assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+ no país, o que equivale a uma média de 6,2 mortes por dia.

É importante destacar que esses números provavelmente estão subestimados, pois muitos casos são registrados de forma incorreta ou sequer reportados. Além disso, a comunidade LGBTQIAPN+ enfrenta diversas outras formas de discriminação e violência no cotidiano, como exclusão familiar, dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e precarização das condições de vida.

Na história de nosso país, as maiores conquistas de direitos da população LGBTQIAPN+ têm ocorrido por meio do Poder Judiciário. Este é o caso da equiparação ao racismo da discriminação ou violência motivada por orientação sexual ou identidade de gênero, hoje considerado crime no Brasil, com penas de um a cinco anos de prisão. No entanto, a ausência de uma legislação específica dificulta a aplicação uniforme da lei e a garantia de proteção efetiva para vítimas de violência motivada por LGBTfobia.

A união estável entre pessoas do mesmo sexo foi reconhecida legalmente pelo Supremo Tribunal Federal em maio de 2011. Já em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) regulamentou o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

Atualmente, casais homoafetivos possuem os mesmos direitos e deveres que casais heterossexuais, incluindo a possibilidade de mudar o sobrenome e participar da herança do cônjuge. Cartórios que se recusarem a realizar casamentos homoafetivos devem ser punidos. No entanto, a luta por direitos não se limita ao casamento. A adoção por casais LGBTQIAPN+ ainda enfrenta resistência em diversas regiões do país, refletindo o preconceito estrutural da sociedade.

No âmbito internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o dia 17 de maio como o Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia, em comemoração à exclusão da homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Entre 1948 e 1990, a homossexualidade era considerada um transtorno mental, demonstrando como a ciência também já foi utilizada como ferramenta de opressão e reforço do preconceito.

Porém, não há muito o que se comemorar quando olhamos para o Poder Legislativo brasileiro. O Projeto de Lei da Câmara nº 122/06 (PLC 122), apelidado de “lei anti-homofobia”, foi arquivado após passar anos sem nunca ser

pautado no Congresso Nacional devido à pressão das chamadas “bancadas BBB”, compostas por parlamentares ligados às igrejas, ao agronegócio e à indústria de armamentos.

Recentemente, temos visto diversos projetos de lei inconstitucionais tomando lugar nos debates das câmaras municipais por todo o Brasil, tentando impedir o ensino da diversidade nas escolas e a participação de crianças em Paradas do Orgulho LGBTQIAPN+. Esses ataques demonstram uma estratégia organizada para deslegitimar a luta LGBTQIAPN+ e frear avanços em direitos fundamentais.

Podemos dizer que no Brasil não existem políticas públicas eficazes que punam exemplarmente a violência contra a população LGBTQIAPN+. Como resultado, milhões de pessoas e suas famílias vivem sob constantes ataques à sua liberdade e aos seus direitos civis.

A falta de uma política nacional integrada voltada para a inclusão e proteção dessa população reforça a marginalização social, intensificando desigualdades e dificultando o acesso a serviços básicos como saúde, educação e assistência social.

A situação da comunidade LGBTQIAPN+ dentro da Unicamp pode ser considerada mais confortável se comparada à sociedade como um todo. Desde 2020 a universidade conta com uma Política de Combate à Discriminação Baseada em Gênero e Sexualidade, e um serviço específico para atuar em casos em que essas violências acontecem, o SAVS - Serviço de Atendimento à Violência Sexual.

No mesmo ano, foi publicada uma norma que visa garantir o uso do nome social a pessoas trans em todos os documentos oficiais da Unicamp. Na prática, porém, a comunidade universitária emula muito da discriminação que acontece na sociedade. Não são poucos os casos de LGBTfobia recreativa (piadas preconceituosas), desrespeito ao nome social, discriminação no local de trabalho, e outras violências psicológicas e sociais vividas por membros da comunidade universitária.

Entre 2020 e 2021 a Diretoria Executiva de Direitos Humanos (DEDH) e a Escola de Educação Corporativa da Unicamp (Educorp), com a participação de instrutores membros da categoria PAEPE, ofereceram o curso de “Atendimento na Perspectiva dos Direitos Humanos”, que, entre outros temas, abordava a diversidade sexual e de gênero e o combate à violência contra mulheres e pessoas LGBTQIAPN+. O objetivo era, futuramente, tornar o curso obrigatório a todos os servidores da universidade. O projeto, porém, foi abandonado pela gestão do Reitor Tom Zé.

O STU precisa atuar ativamente para fortalecer a organização das pessoas LGBTQIAPN+ dentro da categoria. Não basta apenas lutar por melhores salários; é essencial

que o sindicato se torne um polo de combate à opressão, promovendo um ambiente onde trabalhadoras e trabalhadores LGBTQIAPN+ possam se reconhecer no trabalho e no espaço sindical, utilizando-o como instrumento de luta pelos seus direitos democráticos.

O STU pode adotar diversas medidas para combater a LGBTfobia, incluindo:

- **Sensibilização e educação:** Promover campanhas de conscientização e treinamentos para sensibilizar seus membros e a comunidade acadêmica sobre a importância da proteção contra a LGBTfobia.
- **Proteção dos direitos:** Lutar para garantir que os direitos dos trabalhadores LGBTQIAPN+ sejam protegidos nas instituições de ensino superior, incluindo o direito à não discriminação, à privacidade e à segurança.
- **Atividades culturais e de apoio:** Organizar eventos de conscientização e grupos de apoio para promover a visibilidade e a aceitação da diversidade.
- **Defesa da criminalização da opressão contra LGBTQIAPN+:** Exigir o fortalecimento da legislação e a punição rigorosa para crimes de ódio e discriminação.
- **Luta pela implementação de políticas concretas contra a homofobia e transfobia:** Pressionar governos municipais, estaduais e federal para criação de programas de inclusão e proteção da população LGBTQIAPN+.
- **Mudanças no Código Civil para assegurar o casamento civil igualitário:** Garantir que casais

LGBTQIAPN+ tenham os mesmos direitos e proteção jurídica.

Além disso, é fundamental defender e apoiar projetos de lei que ampliem direitos e garantam proteção para a população LGBTQIAPN+.

- Pela aprovação do Projeto de Lei 5120/2013!
- Pela aprovação do Projeto de Lei 5002/2013!
- Pela inclusão do debate sobre diversidade de gênero e sexualidade nos currículos escolares!
- Pela criação de uma política nacional de combate à violência contra pessoas LGBTQIAPN+!

A luta pelos direitos LGBTQIAPN+ não é apenas uma questão de reconhecimento legal, mas também de justiça social.

Somente com políticas públicas eficazes, educação inclusiva e mobilização contínua será possível garantir dignidade, segurança e respeito para toda a comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil.

Assinam esta contribuição os diretores do STU, que compõem o coletivo Travessia:

Beto Roldan (IA)
Bianca Zupirolli (Fasubra)
Jéssica Vega (Aposentada/DEDIC)
Juliana Oshima Franco (SEC)
Maria Edith Almeida (Caism)
Marli Armelin (DEDIC)
Rafael Cabelo (DETIC)
Sandra Ramos (Aposentada/CDC)
Toninho Alves (PRG)
Vicente Estevam (FE)

E também: Ângelo Barreto (IFGW), ex-diretor do STU, e todos os companheiros e companheiras que constroem o Travessia Unicamp (www.travessiacampinas.com.br).

GÊNERO - MULHERES NAS UNIVERSIDADES E NA LUTA SINDICAL

Nossa categoria é formada majoritariamente por mulheres, porém as mulheres têm proporcionalmente menos cargos administrativos que os homens. Além disso, são os postos de trabalho considerados femininos os menos prestigiados, os com menores salários e os primeiros a serem terceirizados. Um exemplo atual são os Hospitais Universitários e os postos terceirizados.

Os ataques que a classe trabalhadora vem sofrendo nesse último período, como aumento da idade mínima para aposentar, restrição de acesso às pensões, expansão da terceirização, fim dos concursos, arrocho nos direitos sociais, restrição das verbas para os programas assistenciais promovidos em grande medida pelo Ajuste fiscal de Dilma e pela pauta recessiva do Congresso Nacional atingem em cheio as mulheres trabalhadoras.

Tal condição de superexploração, por si só, já coloca as mulheres como um eixo fundamental da luta sindical. Podemos lembrar também da luta por 30h e de como ela é importante para as mulheres, que com todas as responsabilidades que lhes são atribuídas, têm pouco tempo de se dedicarem aos estudos, cuidados pessoais, carreira, filhos e à própria luta sindical. Mas o sindicalismo não pode fazer vistas grossas às pautas eminentemente femininas, sob risco de perderem a confiança política das companheiras.

Questões como saúde preventiva e creche para atendimento d@s filh@s de trabalhadoras(es) são comumente tratadas como apêndices das reivindicações sindicais.

O ingresso significativo de mulheres jovens na categoria torna mais do que necessário que o STU se aproprie da demanda por creches na universidade e torne a luta por um Sistema Educativo de qualidade com status de Unidade de Ensino uma pauta central.

O não respeito da educação infantil como um direito da criança, como a Unicamp faz atualmente (e infelizmente) é um fardo para a mãe e sua inexistência acaba por retirar parte do tempo que as companheiras dedicariam à luta sindical e feminista.

Ter a criança estudando dentro da universidade dá à mãe tranquilidade, amparo e maiores condições de acompanhamento da vida escolar da criança, sem que com isso se prejudique no serviço por ausências prolongadas e frequentes.

Além de compartilhar todas as dificuldades do conjunto da classe (às vezes sofredoras de forma mais dramática), as mulheres enfrentam dificuldades junto aos próprios companheiros de luta e a estrutura sindical que deveria protegê-la.

Não devemos, contudo, equiparar as divergências com opressão. Tão pouco as opressões que sofremos de nossos

companheiros de luta como as que sofremos por parte de governos, patrões e do sistema.

Aqueles que lutam pela emancipação da classe não podem ser lidos como inimigos, ainda que precisemos derrotar o machismo que eles reproduzem e que compreendamos que eles nem sempre se colocarão ao lado das lutas das mulheres quando as pautas feministas ferirem seus “privilégios de homens”.

É essa triste constatação que impõe a demanda de cotas de participação das mulheres nas direções sindicais e o fortalecimento do GTs de mulheres, bem como a regularidade dos espaços de debate de gênero aberto a toda a base.

São as mulheres as protagonistas naturais dessa luta e é necessário que o STU assuma o comprometimento com a viabilização da participação deste setor, tanto em termos de infraestrutura, por exemplo, creches em espaços políticos, mas também em termos políticos, dando peso às atividades e incentivando a criação destas políticas.

Propomos:

- Defender o direito pleno à vida, à liberdade, à saúde, à educação, ao trabalho, e ao lazer;
- Combater qualquer forma de violência e/ou discriminação contra as mulheres;
- Construir atos classistas nos dias 8 de março (dia internacional da mulher), 30 de abril (dia nacional da mulher), 25 de julho (dia internacional da mulher negra latino-americana e caribenha) e 25 de novembro (dia nacional contra a violência a mulher);
- Lutar pela legalização do aborto. Que a mulher tenha total autonomia sobre seu corpo, sem qualquer intervenção do Estado, realizando Seminários sobre este tema casando-o com programa de saúde pública específica;
- Apoio à Luta das Mulheres do campo, da cidade e da floresta;
- Apoio à Luta das Mulheres negras e LGBTQIA;
- Lutar contra a violência à mulher através das mídias e redes sociais, que expõem as mulheres as mais diversas formas de humilhação. Lutar contra a exposição e utilização do corpo da mulher como mercadoria e contra o turismo sexual;
- Luta por creche em tempo integral e ampliação das vagas na creche da Unicamp, visando contemplar integralmente a demanda interna, incluindo os dependentes d@s trabalhadoras/es terceirizados;
- Lutar pela ratificação da Convenção nº 156 e 100, 183 da OIT; Lutar pelo aumento de Delegacias da Mulher no país com atendimento 24h;

- Realizar um Seminário sobre “Machismo, Assédio Moral e Sexual no serviço público e no movimento sindical”, para traçar estratégias de combate;
- Participar da construção da Marcha das Mulheres Negras;
- Criação de um Fórum das Trabalhadoras das Universidades Estaduais Paulistas para articular a luta das Mulheres e suas pautas.

Beto Roldan (IA)
Bianca Zupirolli (Fasubra)
Jéssica Vega (Aposentada/DEDIC)
Juliana Oshima Franco (SEC)
Maria Edith Almeida (Caism)
Marli Armelin (DEDIC)
Rafael Cabelo (DETIC)
Sandra Ramos (Aposentada/CDC)
Toninho Alves (PRG)
Vicente Estevam (FE)

PLANO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO

Defendemos um plano de gestão que seja construído coletivamente e democraticamente.

Com o estabelecimento de metas (fora da lógica produtivista), respeitando uma jornada de trabalho de 30 horas com referência no cumprimento das metas estabelecidas e não do controle eletrônico.

Submetido a uma avaliação coletiva das equipes de acordo com os planos de desenvolvimento institucional, procurando elaborar escalas, revezamentos e divisão de tarefas de modo que atenda os interesses dos servidores.

Mas sempre observando também o interesse público e a missão das instituições em primeiro lugar!

Teletrabalho/Home Office: As novas tecnologias incorporadas pelo mundo do trabalho, em especial no período mais agudo da pandemia, acabaram acelerando a utilização de recursos que agora estão cada vez mais no cotidiano das jornadas de trabalho em ambientes administrativos entre outros.

Os sindicatos precisam discutir sobre adesão a esse método de trabalho, alertando a categoria sobre as vantagens e desvantagens do teletrabalho/home office.

Analisando se os custos de infraestrutura dos locais de trabalho nas Unicamp serão repassados para o ambiente doméstico dos trabalhadores sem ressarcimento.

Outro aspecto que deve ser contabilizado é a utilização de aplicativos ou softwares de inteligência artificial que controlam a jornada de trabalho online.

Tais instrumentos são capazes de introduzir regime de metas de produtividade, comparar a produção entre membros das equipes sem critérios justos, submetendo as pessoas a ritmos extenuantes, prejudicando a saúde mental (podendo gerar mais custos com medicamentos, terapia e etc...) e podendo inclusive se impor como critério para ascensão na carreira, estágio probatório e até a permanência no cargo.

A adesão não pode ser obrigatória e não devemos aderir ao Home Office, sem antes analisar todos esses elementos e outros que possam estar relacionados ao cotidiano de determinada equipe de trabalho específica, preservando a

decisão da categoria.

- Defesa da redução da jornada de trabalho para 30 horas;
- Não ao ponto eletrônico;
- Pela defesa da IN 24, que estabelece metas e não controle de ponto eletrônico;
- Criação de um GT para debater e propor o Teletrabalho/Home Office;
- Criação de um projeto de Plano de Gestão e desenvolvimento;
- Defesa de uma carreira única nas três universidades, com mobilidade entre os técnicos administrativos;
- Lutar pela regulamentação do Trabalho remoto;
- Criação de uma pró reitoria de Cultura e Pertencimento, incorporando a Diretoria Executiva de Direitos Humanos, e aposentados e aposentadas;
- Defesa de uma assembleia estatuinte paritária;
- Construção de um congresso na UNICAMP, com os três segmentos, para discutir o estatuto da UNICAMP;
- Nenhum desmonte do Sistema Educativo da Unicamp.

Assinam esta contribuição os diretores do STU, que compõem o coletivo Travessia:

Beto Roldan (IA)
Bianca Zupirolli (Fasubra)
Jéssica Vega (Aposentada/DEDIC)
Juliana Oshima Franco (SEC)
Maria Edith Almeida (Caism)
Marli Armelin (DEDIC)
Rafael Cabelo (DETIC)
Sandra Ramos (Aposentada/CDC)
Toninho Alves (PRG)
Vicente Estevam (FE)

E também: Ângelo Barreto (IFGW), ex-diretor do STU, e todos os companheiros e companheiras que constroem o Travessia Unicamp (www.travessiacampinas.com.br).

O CRESCIMENTO DO FASCISMO E DO RACISMO: O MUNDO EM EFERVESCÊNCIA

*“não basta não ser racista,
há que ser antirracista” Ângela Davis*

Nesta última década ocorreu a ascensão da extrema direita no mundo e no Brasil. Com isso os velhos valores do conservadorismo se expressaram com maior força, levando ao aumento das discriminações e do racismo.

O discurso dos setores da burguesia de manter a segregação socioeconômica contribui para as elites da sociedade ficarem cada vez mais ricas, explorando e se sobrepondo às camadas mais baixas da população.

Para manter essa política é necessário ter governos que garantam as benesses das classes dominantes - a elite branca e mantenham o modelo de exploração e de discriminação em funcionamento.

A lógica é concentrar o capital nas mãos de poucos, desmontar o estado que atende a população em situação de vulnerabilidade, acabando com as políticas públicas – educação, saúde, cultura, dentre outras, ampliando o papel do braço armado e dos órgãos de controle social. Esse modelo impacta muito mais nas comunidades negras da periferia e tem como consequência o aumento do desemprego, da violência e a pauperização deste segmento.

Mesmo com alguns levantes, como Black Live Matters, movimento que se espalhou pelo mundo com o assassinato de George Floyd nos Estados Unidos, não foi suficiente para barrar o racismo cada vez mais exacerbado de setores de extrema direita. No caso dos EUA a questão racial se dá pela formação do próprio país, com o processo de escravidão não superado o que leva a conflitos sociais constantes.

No último período, a elite branca estadunidense para não abrir mão de seus privilégios, elegeu Donald Trump como porta-voz do racismo pela 2ª vez, acirrando e ampliando o conflito. Já a União Europeia com todo o processo de colonização histórica, como a partilha e a exploração na África, o patrocínio de guerras para o expansionismo do capitalismo gerou problemas estruturais reais na sociedade: a miséria, a dizimação de etnias, precarização do trabalho, as discriminações racistas e sexistas. Esses elementos geraram um processo migratório e conflitos sociais.

Para conter essa pressão os governos de extrema direita geram políticas protecionistas de ódio e culpam os imigrantes de tirar emprego e os privilégios dos europeus.

Jair Bolsonaro e a Necropolítica

Durante 4 anos a frente do governo, aumentaram as tensões étnicas e raciais no país, fruto da onda de extrema direita que inundou o país em nome da “Moralidade e do Patriotismo” - família, tradição e propriedade. Setores fascistas viram no então candidato à presidência a

expressão de seu racismo e ódio contra a população negra.

Agora com a retomada da democracia, o governo Lula tem de avançar nas pautas das comunidades negras e quilombolas no Brasil.

O STU tem de avançar no debate das questões raciais para além dos muros das universidades. Ampliar o debate sobre o Racismo, construindo laços com os movimentos negros e girando a sua atuação para as periferias, pois lá é que se encontram os trabalhadores mais explorados e não por coincidência, a grande maioria negros e negras.

Outro elemento importante é retomar o debate e atualização do projeto Contruir um projeto baseado no projeto da FASUBRA - UM OLHAR NEGRO NA UNIVERSIDADE, pois ele traz temas relevantes que podem contribuir no processo de disputa do modelo de universidade e de estado.

Mulheres Negras e a luta para viverem com dignidade

“Não existe feminismo se você não defender a vida das mulheres negras e não defender a vidas mulheres trans, que são as que mais morrem no Brasil”. Bia Ferreira

Achamos importante ao discutirmos o racismo estrutural, o privilégio da branquitude, caracterizar a opressão que sofre uma mulher negra trabalhadora em uma sociedade capitalista, uma tripla forma de opressão por ser mulher, negra e pobre.

Dos 50,79% de mulheres que temos no país, deste percentual 44% são mulheres negras e pardas. Os números mostram que são as mulheres negras que mais sofrem com a fome, desemprego, todos os tipos de violência, sucateamento dos serviços públicos e todas as questões políticas e sociais que retiram as condições dignas dos trabalhadores no sistema capitalista.

Propomos apresentar abaixo algumas formas como esta tripla opressão atinge as mulheres negras e a necessidade de lutar contra esta desigualdade para que a luta de toda a classe trabalhadora avance rumo a igualdade que garantirá a sociedade igualitária que defendemos. A remuneração de duas mulheres negras juntas, corresponde ao valor do salário de uma mulher branca.

Nos serviços públicos como, por exemplo nas universidades, podemos encontrar esta realidade entre as mulheres que ocupam cargos na Administração.

Terceirização no serviço público e subemprego São as mulheres negras que ocupam mais de 62% dos empregos menos remunerados, ou menos valorizados, como o de empregada doméstica.

Nas universidades são as mulheres negras que estão em maior número na terceirização, em maioria executando as funções de limpeza.

Para enfrentar esta realidade de luta pela sobrevivência

- Que o STU construa um projeto para os trabalhadores negros baseado no projeto 'Um Olhar Negro na Universidade' da FASUBRA;
- Que o STU faça uma radiografia dos trabalhadores negros e negras nas Universidades;
- Que o STU reorganize os GTs raça e etnia;
- Que o STU realize um encontro de raça e etnia no início do primeiro semestre de 2026;
- Que o STU atue junto aos Movimentos Negros para combater o genocídio da população Negra, direito à terra para população quilombola;
- Que o STU crie um observatório do racismo na Universidade;
- Que STU mantenha a defesa por cotas no concurso

E também: Ângelo Barreto (IFGW), ex-diretor do STU, e todos os companheiros e companheiras que constroem o Travessia Unicamp (www.travessiacampinas.com.br).

30 HORAS SEMANAIS NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS!

Uma reivindicação importante, necessária e justa! Desde o surgimento do capitalismo, as classes trabalhadoras desempenharam diversas lutas em prol da redução da jornada de trabalho.

Essa luta é histórica na sociedade contemporânea permeada pelas contradições nas relações antagônicas e inconciliáveis entre capital e trabalho, em que o capital busca de forma incessante, conseguir o maior lucro, pagando a menor remuneração por hora de trabalho ou fazendo com que o trabalhador produza mais num mesmo período de tempo.

Enquanto no Brasil, a nossa luta é CONTRA A jornada 6x1, na Europa já se avança em trabalhar quatro dias da semana, uma vez que quem paga a conta da jornada de trabalho da Europa é o sul global, que contribui com 70% das horas trabalhadas, conforme artigo publicado na Nature (HICKEL, J. et al., 2024)*.

No Brasil as centrais sindicais lutam pela redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas semanais para os trabalhadores e trabalhadoras da iniciativa privada. As Universidades hoje, que instituem para os trabalhadores e trabalhadoras que nelas trabalham jornada de trabalho de 40 horas semanais, não estão isoladas e, portanto, não estão imunes às pressões de diversas ordens do capital.

A luta pela instituição da jornada de trabalho de 30 horas semanais nas Universidades tem características peculiares. Se por um lado, a luta dos Técnico-Administrativos em Educação pela redução da jornada de trabalho visa buscar diminuir a intensidade da precarização das condições de trabalho nas Universidades, e consequentemente por melhores condições de vida; por outro lado, essa luta visa ampliar o caráter público e social das Universidades garantindo o seu funcionamento diário de pelo menos 12 horas ininterruptas de atendimento, ampliando o acesso da população aos serviços administrativos e as atividades do ensino, pesquisa e extensão. Pois, a jornada de 30 horas semanais com o funcionamento diário da Universidade de pelo menos 12 horas, será estruturada de forma que os trabalhadores e trabalhadoras, que fazem 8 horas diárias, realizarão em escalas contínuas, em turnos contínuos,

jornada de trabalho de 6 horas diárias, algo já previsto em lei federal.

O exemplo disto é a UFBA, Unila, UNIFAP. Em diversas outras, a instituição da jornada de trabalho de 30 horas semanais está em processo de implementação.

A luta está em curso, e teremos que nos mobilizar para avançar nessa conquista nas Universidades Públicas que são ambientes que sofrem pressão das contradições da relação capital X trabalho.

Nesse sentido, se essa luta avança no ambiente das Universidades Federais, cabe a STU em conjunto com a FASUBRA formular a proposta para subsidiar os trabalhadores e as trabalhadoras da Unicamp na luta pela instituição da redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, visando manter a Unicamp aberta diariamente ao atendimento ao público, por pelo menos 12 horas e melhorar a qualidade de vida no trabalho da nossa categoria.

Defendemos que o STU inicie um debate junto a categoria referente a extensão das trinta horas e uma ampla campanha junto a categoria desta bandeira.

Precisamos, disputar o conceito de trabalho com as novas ferramentas e tecnologia de trabalho, a necessidade da implementação das 30 horas para todos os trabalhadores da UNICAMP! 30 horas já para todos!

Assinam esta contribuição os diretores do STU, que compõem o coletivo Travessia:

- Beto Roldan (IA)
- Bianca Zupirulli (Fasubra)
- Jéssica Vega (Aposentada/DEDIC)
- Juliana Oshima Franco (SEC)
- Maria Edith Almeida (Caism)
- Marli Armelin (DEDIC)
- Rafael Cabelo (DETIC)
- Sandra Ramos (Aposentada/CDC)
- Toninho Alves (PRG)
- Vicente Estevam (FE)

E também: Ângelo Barreto (IFGW), ex-diretor do STU, e todos os companheiros e companheiras que constroem o Travessia Unicamp (www.travessiacampinas.com.br).

Lined area for text or drawing.



FILIADO À FASUBRA
Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp